

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

HELENA SCHIESSL CARDOSO

**DISCURSO CRIMINOLÓGICO DA MÍDIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA:
necessidade de desconstrução e reconstrução da imagem do criminoso e da
criminalidade no espaço público**

CURITIBA

2011

HELENA SCHIESSL CARDOSO

**DISCURSO CRIMINOLÓGICO DA MÍDIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA:
necessidade de desconstrução e reconstrução da imagem do criminoso e da
criminalidade no espaço público**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito do Estado, no Programa de Pós-Graduação em Direito, do Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Juarez Cirino dos Santos.

CURITIBA

2011

**DISCURSO CRIMINOLÓGICO DA MÍDIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA:
necessidade política de desconstrução e reconstrução da imagem do
criminoso e da criminalidade no espaço público**

por

HELENA SCHIESSL CARDOSO

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito do Estado, no Programa de Pós-Graduação em Direito, do Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná, pela banca examinadora formada pelos professores:

Presidente e Orientador: Professor Doutor Juarez Cirino dos Santos

Membro: Professora Doutora Katie Silene Cáceres Argüello

Membro: Professora Doutora Vera Regina Pereira de Andrade

Curitiba, 28 de março de 2011.

*Aos meus pais,
Francisco e Teresinha,
pelo apoio incondicional.*

Uma possível trilha sonora...



Sou classe média
papagaio de todo telejornal
eu acredito
na imparcialidade da revista semanal

sou classe média
compro roupa e gasolina no cartão
odeio coletivos
e vou de carro que comprei a prestação

só pago impostos
estou sempre no limite do meu cheque especial
eu viajo pouco, no máximo um pacote
CVC tri-anual

mas eu não “tô nem aí”
se o traficante é quem manda na favela
eu não “tô nem aqui”
se morre gente ou tem enchente em Itaquera
eu quero é que se exploda a periferia toda

mas fico indignado com o Estado
quando sou incomodado
pelo pedinte esfomeado
que me estende a mão

o pára-brisa ensaboado
é camelô, biju com bala
e as peripécias do artista
malabarista do farol

mas se o assalto é em ‘Moema’
o assassinato é no ‘Jardins’
e a filha do executivo
é estuprada até o fim

aí a mídia manifesta
a sua opinião regressa
de implantar pena de morte
ou reduzir a idade penal

e eu que sou bem informado
concordo e faço passeata
enquanto aumento a audiência
e a tiragem do jornal

porque eu não “tô nem aí”
se o traficante é quem manda na favela
eu não “tô nem aqui”
se morre gente ou tem enchente em Itaquera
eu quero é que se exploda a periferia toda

toda tragédia só me importa
quando bate em minha porta
porque é mais fácil condenar
quem já cumpre pena de vida



Max Gonzaga — *Classe Média* (2004)¹

¹ Música e letra disponível em: <http://www.maxgonzaga.com.br/f_index.htm>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Dr. Juarez Cirino dos Santos, pela transformação que provoca em todos os seus alunos, pela confiança em mim depositada e pela amizade que transcende os muros acadêmicos.

À professora Dr.^a Katie Silene Cáceres Argüello, por ter despertado a paixão pela sociologia e por ter deixado as suas “marcas” em minha trajetória — com evidentes reflexos neste trabalho.

Aos demais professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, pois eles são a “prova viva” de que o conhecimento não se constrói individualmente.

Aos meus pais, Francisco e Teresinha, pelo amor imensurável e pela disposição de embarcar comigo, com corpo e alma, nas minhas aventuras da vida.

Às minhas irmãs, Elisa e Emily, pelo carinho e apoio moral irrestrito, indispensáveis para realizar um trabalho de fôlego como a pesquisa acadêmica.

Ao meu noivo, Beto, pelo amor e companheirismo, essenciais à superação das minhas “muitas” ansiedades.

Às minhas “amigas do coração”, que sempre tiveram uma palavra de conforto. Em especial, à Juliana, pela dica musical inestimável que se tornou a “trilha sonora” desse trabalho e à Júlia pelos “pitacos” criativos.

RESUMO

O discurso criminológico dominante nos meios de comunicação constrói uma imagem estereotipada sobre a “questão criminal”. Nosso objetivo principal é investigar como a imagem da criminalidade e do criminoso, fabricada pela mídia, auxilia no controle social penal dos socialmente marginalizados, ou seja, como as narrativas jornalísticas servem à manutenção das relações de poder na sociedade capitalista. Nos moldes de uma teoria crítica, além de um diagnóstico de época, também procuramos sugerir um possível caminho emancipatório, através de uma perspectiva “multidisciplinar”. No primeiro capítulo, contextualizamos os meios de comunicação na sociedade moderna, indicando seu desenvolvimento no interior do modelo econômico capitalista. Assinalamos algumas peculiaridades da realidade brasileira, a exemplo da forte tendência à oligopolização e das complexas redes de poder que envolvem os atores no nosso setor de comunicações. No segundo capítulo, debruçamo-nos sobre o próprio processo produtivo das notícias e esboçamos as suas consequências para a construção do retrato da “questão criminal”. O discurso criminológico dominante na mídia apresenta uma imagem seletiva e estereotipada sobre a temática, reduzindo-a à criminalidade violenta e ao criminoso marginal. Veicula também um verdadeiro credo criminológico que pode ser traduzido como afirmação do dogma da pena e da criminalização provedora. A crítica interdisciplinar, elaborada no terceiro capítulo, denuncia, no entanto, que se trata de uma fala não científica, em total descompasso com o conhecimento criminológico. Além disso, é um discurso paranoico que, através da disseminação do medo em face da criminalidade violenta, auxilia na redefinição das formas de organização mental e espacial das cidades, abrindo portas para políticas autoritárias de controle social. Por fim, diante da conjuntura gravosa que se apresenta no Brasil, tentamos, no quarto capítulo, resgatar algumas lições do passado recente, a fim de alertar sobre o perigo que representa a ascensão e a consolidação de um “Estado Penal”. Nesse ponto, as obras de Hannah Arendt e Zygmunt Bauman apontam a necessidade do resgate da política e da dimensão da pluralidade. A transposição dessa meta, em face da problemática do discurso criminológico dominante, encontra um método interessante no paradigma da “newsmaking criminology”. A proposta emancipatória desse trabalho consiste, portanto, na luta política de desconstrução e reconstrução da imagem da criminalidade e do criminoso no espaço público — sobretudo nos meios de comunicação —, e se insere no interior de um projeto maior de superação do sofrimento humano e de busca de alternativas ao controle social penal.

Palavras-chave: Sociedade capitalista. Meios de comunicação. Opinião pública. Medo. Estado penal.

ABSTRACT

The dominant criminological discourse in the media constructs a stereotyped image of the "criminal question". Our primary goal is to investigate how the image of criminality and of the criminal, fabricated by the media, is of assistance to the penal social control of the socially marginalized, that is, how the journalistic narratives serve to the maintenance of power relations in the capitalist society. Within the framework of critical theory, besides the time diagnosis, we also try to suggest a possible way of emancipation, by means of a "multidisciplinary" perspective. In the first chapter, we contextualize the media in modern society, by indicating its development within the economic model of capitalism. We point out some peculiarities of Brazilian reality, as for example the strong tendency toward oligopolization and the complex network of power that involves the actors in our communication sector. In the second chapter, we apply ourselves to the very process of newsmaking and delineate its consequences for the construction of the "criminal question" portrait. The dominant criminological discourse in the media presents a selective and stereotyped image of the topic, by reducing it to violent criminality and to the marginal criminal. It communicates also a proper criminological credo that can be translated as the affirmation of the penalty dogma and of the providing criminalization. The interdisciplinary critique, elaborated in the third chapter, denounces, however, that we are handling with a not scientific speech, in total disproportion to the criminological knowledge. Furthermore, it is a paranoid discourse that, through the spread of fear of violent criminality, assists in redefining the ways of mental and spatial organization of cities, opening the door to authoritarian policies of social control. Finally, faced with the serious situation that presents itself in Brazil, we try, in the fourth chapter, to rescue some lessons from the recent past in order to warn of the danger posed by the rise and consolidation of a "penal state". At this point, the works of Hannah Arendt and Zygmunt Bauman indicate the need to recover politics and the dimension of plurality. The implementation of this goal, facing the problem of dominant criminological discourse, finds an interesting method in the paradigm of "newsmaking criminology". The emancipatory proposal of this work consists, therefore, in the political struggle of deconstruction and reconstruction of the image of criminality and the criminal in public space — especially in the media — and is part of a larger project to overcome human suffering and to seek alternatives to penal social control.

Key-words: Capitalist society. Media. Public opinion. Fear. Penal state.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 A ESTRUTURAÇÃO DA MÍDIA NOS MOLDES CAPITALISTAS	5
1.1 Algumas premissas institucionais da sociedade moderna	5
1.2 A gênese das indústrias da mídia	7
1.3 O comércio de notícias como grande empresa capitalista e as tendências da comunicação no mundo globalizado	10
1.4 As características do setor de comunicações no Brasil contemporâneo.....	14
2 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA CRIMINALIDADE E DO CRIMINOSO NO NOTICIÁRIO	25
2.1 A produção da notícia na sociedade capitalista	25
2.1.1 A imposição da lógica do mercado e o papel determinante do setor publicitário	25
2.1.2 O campo jornalístico dominado pela primazia do espetacular	29
2.1.3 A rotina de produção jornalística e o dilema do falseamento inerente ao processo produtivo	33
2.1.3.1 A coleta de informações e a influência das fontes	34
2.1.3.2 A seleção das “notícias” com base nos “news values”	38
2.1.3.3 A configuração da notícia	43
2.1.4 O jogo de interesses dos grandes atores no setor de comunicações	47
2.2 Os discursos midiáticos sobre a “questão criminal”	53
2.2.1 A imagem da delinquência	53
2.2.2 O retrato do delinquente.....	57
2.2.3 O dogma da pena.....	60
2.2.4 O dogma da criminalização provedora	65
3 UM ESBOÇO DE CRÍTICA INTERDISCIPLINAR AO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE A “QUESTÃO CRIMINAL”	69
3.1 Um discurso desprovido de fundamentação criminológica.....	69
3.1.1 Teorias da criminalidade: um panorama das perspectivas criminológicas	69
3.1.1.1 O princípio etiológico-individualizante	70
3.1.1.2 O princípio etiológico sócio-estrutural.....	71
3.1.1.3 O princípio do “labeling”	72
3.1.1.4 O princípio do “labeling” teórico-socialmente orientado e a perspectiva de luta política da criminologia crítica	74
3.1.2 Teorias de criminalização: um esboço crítico das teorias de legitimação da pena	78
3.1.2.1 A compensação de culpabilidade e a retribuição	78
3.1.2.2 A pena como prevenção especial	81

3.1.2.3 A pena como prevenção geral.....	83
3.1.2.4 As teorias unificadas da pena	86
3.1.2.5 Ponderações da crítica negativa/agnóstica da pena	88
3.1.2.6 Ponderações da crítica materialista/dialética da pena.....	91
3.1.3 A proposta acientífica de política criminal do discurso midiático	96
3.2 Um discurso paranoico.....	97
3.2.1 A paranoia na formulação de Freud	98
3.2.2 A paranoia tomada como estrutura	101
3.2.3 O “quadro paranoico” no discurso midiático	104
3.3 Um discurso de alarme social a serviço do controle social penal seletivo	105
3.3.1 A mídia como agente contaminador do medo social.....	106
3.3.2 A crise de confiança, a segregação social e o esvaziamento do espaço público	109
3.3.3 A utilização politico-ideológica do medo social da violência.....	115

4 A PROPOSIÇÃO DE UM POSSÍVEL CAMINHO DIANTE DA CONJUNTURA SÓCIO-POLÍTICA ATUAL A PARTIR DAS LIÇÕES DO PASSADO121

4.1 Uma digressão arendtiana	121
4.1.1 O contexto do pensamento político de Hannah Arendt	122
4.1.2 O diagnóstico arendtiano da sociedade moderna	129
4.2 Uma digressão baumaniana.....	132
4.2.1 A decantação das lições do Holocausto.....	133
4.2.2 O desafio de uma nova agenda emancipatória.....	137
4.3 A potencialidade destrutiva do discurso criminológico da mídia dominante.....	141
4.4 O “legado” de Arendt e Bauman: a necessidade do resgate da política	148
4.5 A necessidade de desconstrução e de reconstrução da imagem sobre a “questão criminal” no espaço público: a práxis da “newsmaking criminology”	151

CONCLUSÃO159

REFERÊNCIAS.....163

INTRODUÇÃO

"Would you tell me, please, which way I ought to go from here?"
"That depends a good deal on where you want to get to," said the Cat.
"I don't much care where," said Alice.
"Then it doesn't matter which way you go," said the Cat.

Alice's Adventures in Wonderland, de Lewis Carroll.²

A mídia³ possui a capacidade de influenciar a opinião pública. Tendo em vista a produção e difusão da "informação" em grande escala, jornalistas, editores e "poderosos" do setor das comunicações têm o grande poder de disseminar na sociedade a sua visão de mundo, ditando muitas vezes o que se deve pensar sobre os problemas da sociedade, a exemplo da "questão criminal". A construção da imagem da criminalidade e do criminoso através das narrativas jornalísticas é, portanto, seletiva e reflete as hierarquias sociais existentes. Os jornalistas e seus "superiores" — em sua maioria defensores de uma moral tipicamente burguesa — problematizam preferencialmente aquilo que eles mesmos experimentam como ameaça.

A influência da mídia sobre a opinião pública, no entanto, não diz respeito apenas à apresentação da criminalidade de acordo com a perspectiva da classe dominante. A super-representação da violência nos meios de comunicação — reflexo de um sistema comercial da mídia, que impõe a primazia do sensacional por força da ditadura do índice de audiência — também gera uma falsa ideia no imaginário social sobre a ocorrência real dos crimes violentos na sociedade. Dessa maneira, sem nenhum respaldo científico, a exploração econômica de situações de

² *"Podes me dizer, por favor, que caminho devo tomar para sair daqui?"*

"Isso depende muito de para onde queres ir," respondeu o gato.

"Preocupa-me pouco aonde ir," disse Alice.

"Então não importa o caminho que sigas," replicou o gato. (tradução livre)

As Aventuras de Alice no País das Maravilhas de Lewis Carroll.

Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/11/11-pdf.pdf>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

³ Embora toda "espécie" de meio de comunicação apresente suas características distintivas (o rádio difere da televisão, que não se confunde com o jornal impresso, etc.), referiremo-nos, na maioria das vezes, aos meios de comunicação de forma genérica, uma vez que a análise da mídia nesse trabalho refere-se a características elementares comuns a todos os veículos de comunicação. No entanto, deve-se confessar que, ao tratar do assunto, prepondera, em nosso imaginário, a ideia dos meios de comunicação na modalidade impressa e televisiva.

“negatividade social” por meio do serviço noticioso instala e reforça um clima de insegurança pública na sociedade.

A percepção popular da “questão criminal”, por sua vez, é decisiva para a sustentação e legitimação do Direito Penal e do sistema de justiça criminal. Os cidadãos amedrontados pela ameaça difusa da violência reivindicam a atuação de um Estado “forte”, ou seja, procuram proteção no rigor punitivo estatal. Nesse contexto, o medo social da “criminalidade violenta” e a imagem depreciativa do “criminoso” são frequentemente utilizados politicamente como instrumentos de legitimação de uma política penal em sentido estrito, que exerce o controle social do crime, quase exclusivamente, através da definição de crimes, a aplicação de penas e a execução penal.

A análise da conjuntura atual indica que, como em outros países, no Brasil também se desenha a tendência de ascensão de um verdadeiro “Estado Penal” que se advoga o direito de “eliminar” os problemas sociais através de processos de criminalização. Além disso, um olhar — até mesmo superficial — para as prisões brasileiras revela a cruel desigualdade no campo do Direito Penal e o funcionamento do cárcere como depósito de uma parcela da população socialmente marginalizada. E aqui devemos acrescentar ainda que as condições nessas instituições carcerárias são as mais adversas possíveis, permitindo a sua classificação como “campos de concentração”⁴ ou “GULAGs de estilo ocidental”.⁵

Diante dessa conjuntura deveras preocupante, impõe-se a pergunta: O que fazer? O diálogo simples entre “Alice” e o “Gato”, construído por Lewis Carroll, nos dá a resposta: Precisamos saber onde queremos ir para escolher o caminho mais apropriado para chegar lá. Ou seja, se desejamos denunciar a cruel seletividade do sistema de justiça criminal e pôr fim ao sofrimento humano, então precisamos nos municiar com ferramentas teórico-científicas aptas a demonstrar a situação alarmante de exclusão social radical de determinados grupos sociais, bem como capazes de apontar um caminho alternativo possível.

⁴ ARGÜELLO, Katie Silene Cáceres. **Do Estado social ao Estado penal**: invertendo o discurso da ordem, p. 19. Disponível em: <www.cirino.com.br>. Último acesso em: <02 jan 2011>.; WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 11.; ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro**. VI I. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 126.

⁵ CHRISTIE, Nils. **Crime control as industry**: towards gulags, western style. 3 ed. London ; New York : Routledge, 2000.

Para essa caminhada, a metodologia mais adequada parece ser a opção pela teoria crítica. Mas o que significa “fazer teoria crítica”? De acordo com Marcos Nobre, os teóricos críticos buscam “entender o tempo presente em vista da superação de sua lógica de dominação.”⁶ O “modelo crítico” pressupõe, portanto, a presença simultânea de dois princípios fundamentais: (a) a compreensão da realidade e o diagnóstico de época, e, (b) a identificação dos obstáculos e das potencialidades da emancipação. Desse modo, na perspectiva da teoria crítica, não é suficiente descrever o funcionamento das coisas. É imprescindível verificar também os motivos concretos nas relações sociais que impedem e procurar os elementos que possibilitam a emancipação.

E se a teoria crítica possui forte vinculação com as condições históricas da sociedade, então também o pensamento no campo crítico precisa se abrir à constante reformulação e revisão para não cair no dogmatismo. Assim, rigorosamente, não há uma única teoria válida. A noção de “modelo crítico” implica a existência de uma pluralidade de modelos teóricos no interior do campo crítico, o qual deve se manter aberto à permanente renovação.⁷

É precisamente a partir dessa perspectiva que pretendemos analisar o discurso criminológico nos meios de comunicação na sociedade capitalista. A pesquisa empreendida procura verificar como a imagem midiaticamente construída da criminalidade e do criminoso auxilia no controle social penal dos socialmente marginalizados, isto é, de que maneira, em última análise, as narrativas jornalísticas funcionam como instrumento de manutenção das relações de poder na sociedade capitalista. Por outro lado, nosso esforço reflexivo não se exaure com o diagnóstico de época. Tentamos através de um olhar “multidisciplinar” — e aqui corremos o risco de sermos criticados como “pretensiosos” — indicar um possível caminho emancipatório através do resgate da política.

A nossa caminhada crítica se inicia então com a contextualização dos meios de comunicação na sociedade moderna. Historicamente, a mídia desenvolve-se paralelamente à ordem econômica capitalista. As empresas no setor de comunicações tornam-se grandes conglomerados multimídia, com algumas particularidades interessantes no caso brasileiro (capítulo 1). A partir deste contexto,

⁶ NOBRE, Marcos. Introdução: Modelos de teoria crítica. In: NOBRE, Marcos (Org.) **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papirus, 2008, p. 17.

⁷ *Ibid.*, p. 18-19.

é possível compreender o processo produtivo das notícias e seus reflexos sobre a construção da imagem seletiva e estereotipada da criminalidade e do criminoso nas narrativas jornalísticas (capítulo 2).

Identificada a mensagem (explícita ou implícita) dominante sobre a “questão criminal” nos meios de comunicação, tentamos esboçar uma crítica interdisciplinar do discurso criminológico nos meios de comunicação, recorrendo a categorias científicas das áreas da Criminologia, da Psicanálise, das Ciências Sociais e Políticas (capítulo 3).

Diante da conjuntura sócio-política gravosa que se apresenta, buscamos resgatar algumas lições do passado recente — nomeadamente do regime autoritário nazista —, com o intuito de indicar o perigo da ascensão de um “Estado Penal” para uma sociedade que se pretende democrática. Nessa empreitada, as obras de Hannah Arendt e Zygmunt Bauman representam peças-chave para indicar a necessidade do resgate da política e da dimensão da pluralidade. Por fim, a “newsmaking criminology” parece oferecer um paradigma interessante para aliar o dever cívico de atuação política à necessidade específica de desconstrução e reconstrução da imagem da criminalidade e do criminoso nos meios de comunicação, no interior de um projeto maior de superação do sofrimento humano e de busca de alternativas ao controle social penal (capítulo 4).

1 A ESTRUTURAÇÃO DA MÍDIA NOS MOLDES CAPITALISTAS

Os meios de comunicação na sociedade moderna exercem sua atividade de acordo com a ordem econômica capitalista. Com o intuito de contextualizar a transformação pela qual passou o comércio de notícias, faremos inicialmente um breve esboço das condições institucionais que marcaram o advento da era moderna, como também do modo como se deu o surgimento das indústrias da mídia. Por fim, indicaremos as tendências do setor de comunicações no mundo globalizado e delinearemos as peculiaridades do caso brasileiro.

1.1 Algumas premissas institucionais da sociedade moderna

Algumas das características peculiares da sociedade moderna têm sua origem em um conjunto de mudanças institucionais elementares que se iniciaram na Europa no último período da Idade Média e nos primórdios da era moderna. Esse processo de transformação alcançou dimensões globais através da exploração do comércio e da colonização de outras partes do mundo.

As linhas principais dessas transformações ao nível institucional são, de acordo com John B. Thompson: (1) um conjunto de mudanças econômicas que conduziram a uma gradual passagem do feudalismo ao sistema capitalista de produção e intercâmbio; (2) um processo de alterações políticas que levaram a uma centralização das inúmeras unidades políticas aos estados nacionais; e (3) uma consequente concentração do poder militar nas mãos desses estados.⁸

Com o advento das sociedades modernas ocorre uma transformação cultural sistemática. As diversas inovações técnicas conjugadas à invenção da impressão e à codificação elétrica da informação levaram a uma revolução na produção, reprodução e distribuição das formas simbólicas. Os modelos de comunicação e interação passaram por uma alteração profunda e irreversível. Segundo Thompson, a base cultural dessas mudanças é o desenvolvimento das organizações da mídia

⁸ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 3ª ed. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 47-48.

que surgiram na segunda metade do século XV.⁹

A transformação que marca o mundo moderno no plano econômico é a gradual mudança do sistema feudal para o sistema capitalista. No mundo medieval, a economia caracterizava-se por ser essencialmente agrária e focada na própria subsistência, ao passo que a comercialização da produção excedente representava um objetivo secundário. A partir do século XI, iniciou-se a expansão do comércio e o crescimento das cidades, o que tornou possível a acumulação de capital e a sua aplicação no próprio comércio e na produção de bens. Esse novo tipo de relações econômicas conviveu durante muito tempo com as relações feudais. Mas já no final do século XV, inúmeras empresas capitalistas tinham se estabelecido nos maiores centros comerciais europeus e a expansão substancial de suas atividades pôde ser observada nos dois séculos seguintes. Por fim, a Revolução Industrial, que ocorreu dentro do contexto de uma economia essencialmente capitalista, expandiu significativamente a capacidade produtiva das empresas e anunciou os tempos do processo industrial em grande escala.¹⁰

No plano da organização política, assiste-se à centralização das unidades políticas e ao conseqüente surgimento dos Estados nacionais. A Europa no período medieval era fragmentada em inúmeras unidades políticas. Assim, no final do século XV, havia mais de 500 delas. Já cinco séculos mais tarde, esse número caiu para cerca de 25 Estados soberanos. Os governantes tinham mecanismos tributários e administrativos eficazes a fim de extrair recursos dos seus súditos e, assim, foram capazes de manter meios para exercer o poder coercitivo, tanto interna como externamente, o que foi determinante para o processo de centralização e consolidação dos Estados nacionais. Algumas potências europeias até mesmo alargaram sua influência de modo a alcançar o espaço ultramarino. Os territórios estrangeiros significavam fontes adicionais de renda para os Estados e chegaram a ser parceiros comerciais de importância às empresas capitalistas e aos comerciantes europeus.¹¹

Vale lembrar que muitos desses Estados modernos originaram-se através da

⁹ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 3ª ed. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 49.

¹⁰ **Ibid.**, p. 50.

¹¹ **Ibid.**, p. 51.

incorporação forçada de diferentes populações em unidades territoriais contestadas. Desse modo, a criação de um sentido de identidade nacional era importante para a consolidação do Estado nacional e a emergência do nacionalismo vinha estreitamente ligada ao surgimento de novos meios de comunicação, que possibilitavam a expressão e difusão das ideias e dos símbolos numa linguagem comum.¹²

Outro fator importante que acompanhou o advento das sociedades modernas foi a mudança da organização social do poder simbólico¹³. Para a Igreja, que durante a Idade Média foi a instituição central de tal poder, o advento do protestantismo no século XVI significou a fragmentação de sua autoridade religiosa. Também, o fortalecimento dos Estados soberanos conduziu ao declínio de seu poder político. Essa mudança foi acompanhada de um gradual desenvolvimento de formas de conhecimento e de instrução essencialmente secularizados, ou seja, “da mesma maneira que o conhecimento científico se libertou da tutela da tradição religiosa, assim também o sistema de educação foi ganhando mais autonomia fora da Igreja.”¹⁴ Por fim, a substituição da escrita pela impressão e a decorrente evolução das indústrias da mídia significou uma mudança substancial na organização social do poder simbólico.¹⁵

1.2 A gênese das indústrias da mídia

Na segunda metade do século XV as técnicas de impressão, desenvolvidas originalmente por Gutenberg, disseminaram-se¹⁶ pelos centros urbanos da Europa e

¹² THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 3ª ed. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 52.

¹³ O poder simbólico ou cultural surge com a produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas. Refere-se à “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas.” (*Ibid*, p. 24.)

¹⁴ *Ibid.*, p. 53.

¹⁵ *Id.*

¹⁶ Thompson esclarece que “As técnicas de impressão se espalharam rapidamente, pois os tipógrafos carregavam seus equipamentos e seus conhecimentos de uma cidade para outra. Em 1480 já havia tipografias instaladas em mais de cem cidades pela Europa toda e um florescente comércio de livros tinha surgido.” (*Ibid.*, p. 55)

foram exploradas, na maioria dos casos, através de empresas comerciais. O sucesso e a sobrevivência dessas oficinas de impressão dependiam da capacidade de conseguir mercantilizar formas simbólicas.

Nas palavras de Thompson,

[as] tipografias primitivas eram, em sua grande maioria, empresas comerciais organizadas nos moldes capitalistas. Os impressores tinham que levantar capital suficiente para adquirir os meios de produção — oficina, prensas, fontes de caracteres tipográficos, etc. — e para comprar o papel e outras matérias-primas necessárias para a produção de livros. Alguns destes primeiros impressores tinham fundos suficientes para tocar o negócio por conta própria e operavam efetivamente como editores, selecionando o material a ser impresso e assumindo os riscos desta atividade. Outros precisavam de financiamento externo. Em alguns casos, recebiam ajuda de financiadores privados, editores ou livreiros, que escolhiam o material a ser impresso e os encomendavam; em outros casos, eles eram encomendados pela Igreja ou pelo estado para produzir textos litúrgicos e publicações oficiais.¹⁷

Desse modo, fica evidente que o desenvolvimento das primeiras máquinas impressoras e o surgimento dos primórdios da indústria da mídia se deu no contexto do crescimento da economia capitalista do fim da Idade Média e começo da era moderna.

O nascimento da indústria gráfica implicou também o advento de novos núcleos e redes de poder simbólico que, em geral, escapavam ao controle do poder religioso e estatal — mas que ambos tentavam aproveitar em benefício próprio, através da encomenda de documentos oficiais, comunicações impressas e normas, como também trabalhos dos mais diversos tipos. Ainda assim, no final do século XV e durante todo o século XVI, tanto a Igreja quanto o Estado procuravam suprimir essa indústria nascente através de inúmeras intervenções,¹⁸ no entanto, sem conseguir limitar verdadeiramente a produção impressa e os novos centros de poder simbólico, pois “os editores sempre encontravam meios de burlar os censores, e os livros banidos numa cidade ou região eram editados numa outra e contrabandeados por comerciantes e mascates.”¹⁹

A ineficácia do controle do comércio de materiais impressos fica evidente

¹⁷ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 3ª ed. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 56.

¹⁸ A compilação do “*Index librorum prohibitorum*” em 1559 é ilustrativa do movimento de censura conduzido pela Igreja.

¹⁹ *Ibid.*, p. 57.

diante do exemplo da Reforma protestante, pois em relação às 95 Teses de Lutero, “estima-se que estas teses tenham chegado ao conhecimento de quase toda a Alemanha em questão de quinze dias, e de boa parte da Europa em um mês.”²⁰

A imprensa teve, sem dúvida, reflexos importantes em diversos aspectos da cultura europeia moderna, pois além de contribuir para a disseminação do protestantismo e a fragmentação do poder da Igreja Católica, igualmente estimulou a publicação, em múltiplas edições, das obras de autores clássicos, a exemplo de Virgílio, Ovídio, Cícero, etc. Facilitou também a compilação e a difusão de dados sobre o mundo natural e social. As primeiras editoras publicaram diversas obras de ciência popular, como manuais e almanaques práticos, que dispunham de um elevado potencial de venda.²¹

A clientela primitiva dessas primeiras editoras eram as elites urbanas instruídas, isto é, o clero, professores, estudantes e a elite política, embora seja provável que algumas obras tenham sido adquiridas e lidas por um percentual crescente de artesãos urbanos e comerciantes. Ressalta-se que, embora o grupo de indivíduos que tinha alguma instrução era relativamente pequeno, o público destinatário das obras impressas era muito maior, graças à prática de ler em voz alta, como por exemplo, em reuniões rotineiras de família e de amigos, festas e festivais especiais, etc.²²

Com a propagação da leitura de livros impressos durante todo o século XVI, um grande número de obras começou a ser editado nas línguas vernáculas, abandonando-se gradativamente o latim, com importantes reflexos para o poder religioso e estatal.²³ Através da difusão dessas línguas, houve a criação de campos unificados de comunicação, o que acabou sendo um aspecto fundamental para o

²⁰ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 3ª ed. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 58.

²¹ **Ibid.**, p. 59.

²² **Ibid.**, p. 59-60.

²³ Por um lado, “À medida que a Igreja Católica continuou a considerar o latim como língua oficial e a proibir o uso das línguas vernáculas, uma barreira lingüística de maiores dimensões começou a crescer entre o clero e as populações leigas. O clero se tornou mais distante, a liturgia, mais esotérica e a autoridade da Igreja, ainda totalmente abalada pelo duro golpe protestante, mais vulnerável ao criticismo. (...) [Por outro lado] O crescimento da importância das línguas vernáculas se ligou também ao crescimento e à consolidação dos estados nacionais [sendo que] a fixação das línguas vernáculas nos impressos, e a promoção de algumas destas línguas ao status de língua oficial do estado, foram importantes pré-condições para a emergência de formas de identidade nacional e de nacionalismo no mundo moderno.” (**Ibid.**, p. 61).

desenvolvimento dos meios de comunicação.

1.3 O comércio de notícias como grande empresa capitalista e as tendências da comunicação no mundo globalizado

A utilização da imprensa na produção e disseminação de notícias foi um dos desenvolvimentos centrais que afetou, durante os séculos XV, XVI e XVII, as redes de comunicações formadas pela Igreja Católica e pelas autoridades políticas, como também a rede de comunicação vinculada à expansão da atividade comercial.²⁴

Já no início do surgimento da imprensa, em meados do século XV, inúmeros folhetos informativos eram publicados na forma avulsa e irregular. Um século mais tarde, houve as primeiras publicações periódicas de notícias e informações. Porém, a gênese dos jornais modernos é de se encontrar nas primeiras duas décadas do século XVII — época em que começaram a surgir periódicos semanais com certo grau de confiabilidade.²⁵

Desde logo, no entanto, devemos chamar atenção para o fato de que o surgimento do jornal em si não se deu por iniciativa da classe dominante na época, isto é, a nobreza feudal. Grosso modo, a atividade jornalística nasceu e se desenvolveu a partir da expansão da burguesia como classe. Dessa forma, enquanto esta ainda não ocupava os postos decisivos do poder econômico e político, o seu jornal era artesanal. Quando a burguesia começou a lutar pela sua afirmação política na sociedade, seu jornal recebeu uma conotação literária e política. A partir do momento em que conseguiu firmar seu poder na sociedade, ocorreu então o gradual desenvolvimento da imprensa nos moldes capitalista.²⁶

Em sua origem, a imprensa burguesa era, portanto, essencialmente artesanal, ou seja, uma imprensa manual. Nessa fase, ainda não representava um veículo

²⁴ De acordo com Thompson, os dois desenvolvimentos centrais que atingiram as redes de comunicação consubstanciaram-se: (1) na instauração de serviços postais regulares; e (2) no emprego da imprensa na produção e disseminação de notícias. (THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 3ª ed. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 63-64).

²⁵ **Ibid.**, p. 63-64.

²⁶ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 57.

expressivo na organização e orientação da vida econômica. Ao contrário, ela se identificava por ser “um ofício individualizado, uma atividade modesta em que [havia] uma discreta maximização dos lucros e um interesse puramente comercial.”²⁷ Assim, essa primeira etapa do jornalismo era marcada pela “produção tipográfica dos avisos que antes eram manuscritos ou transmitidos verbalmente por meio de mensageiros a reis ou grandes comerciantes”,²⁸ isto é, a função nesse contexto era de veicular informações.

Já no final do século XVII e durante o século XVIII, floresceram jornais críticos e semanários morais que inegavelmente criaram um novo espaço de debate público. Ainda que em sua origem fossem destinados à crítica literária e cultural, em pouco tempo se dedicaram a questões sociais e políticas.²⁹

Verificou-se, pois, a substituição da imprensa informativa pela imprensa de opinião, o que marcou o início do jornalismo literário e político. Nesse contexto de produção noticiosa, os objetivos econômicos das empresas foram deslocados a um plano secundário. O jornal era escrito com enfoque pedagógico e político. Era comum a imprensa partidária: os jornalistas atuavam na política e o jornal era um veículo para tornar públicas as suas ideias. Segundo Marcondes Filho, “a razão da sobrevivência dessas empresas totalmente deficitárias em termos econômicos [deveu-se] à sua função no cenário das discussões políticas daquele século.”³⁰

De fato, os salões e cafés nos principais centros urbanos da Europa moderna, a partir de meados do século XVII, transformaram-se em ambientes sociais de debates, onde as elites instruídas interagiam com a nobreza em posição mais ou menos de igualdade.³¹ Os jornais, por sua vez, tinham um alcance amplo e consistiam em instrumentos puramente políticos, para os quais as intenções políticas dos redatores pesavam mais do que os imperativos da rentabilidade do

²⁷ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 59.

²⁸ **Id.**

²⁹ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 3ª ed. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 68.

³⁰ MARCONDES FILHO, Ciro. Obra citada, p. 61.

³¹ THOMPSON, John B. Obra citada, p. 68.

jornal.³²

A partir do início do século XIX, verificam-se três tendências elementares em relação à evolução das indústrias da mídia: “(1) a transformação das instituições da mídia em interesses comerciais de grande escala; (2) a globalização da comunicação; e (3) o desenvolvimento das formas de comunicação eletronicamente mediadas.”³³

O grau de comercialização das instituições midiáticas sofreu um aumento significativo. As causas podem ser identificadas nas inovações técnicas da indústria gráfica e na progressiva modificação da estrutura de seu financiamento e seus métodos de valorização econômica — fato que modificou substancialmente o caráter da imprensa política do século XVIII e XIX, pois transformou “uma atividade praticamente livre de pensar e de fazer política em uma operação que [precisava] vender e se autofinanciar.”³⁴

O aperfeiçoamento das técnicas de impressão permitiu a produção nos moldes industrializados. No entanto, para desfrutar dessa revolução tecnológica, as empresas jornalísticas precisavam dar conta dos pesados pagamentos periódicos decorrentes dos investimentos feitos com a nova tecnologia gráfica. Ao mesmo tempo, o crescimento da população urbana, associado a uma diminuição das taxas de analfabetismo, garantiu um contingente de consumidores, em franca expansão, para o produto das indústrias da mídia. Tais fatores implicaram alterações na base de financiamento.³⁵

Com o aumento do número de leitores, a propaganda comercial adquiriu um importante papel na organização financeira da indústria; os jornais se tornaram um meio vital para a venda de outros bens e serviços, e sua capacidade de garantir receita através dos anúncios ficou diretamente dependente do tamanho e do perfil de seus leitores.³⁶

O alargamento do círculo de leitores do jornal — nos séculos XIX e XX —

³² MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 61.

³³ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 3ª ed. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 73.

³⁴ MARCONDES FILHO, Ciro. Obra citada, p. 64.

³⁵ THOMPSON, John B. Obra citada, p. 73.

³⁶ *Ibid.*, p. 74.

permitiu à indústria jornalística aproveitar estrategicamente o mercado de seus consumidores para vender o espaço publicitário criado no jornal. Nessa modalidade de imprensa ocorreu uma alteração fundamental em relação ao caráter de mercadoria do jornal, pois, a fim de garantir a sobrevivência econômica da empresa jornalística, a venda do espaço publicitário alcançou uma importância econômica maior do que a venda da parte meramente noticiosa, ou seja, “a tendência é a de fazer do jornal um amontoado de comunicações publicitárias permeado de notícias.”³⁷

Isso teve reflexos significativos para os jornais de pequeno porte e de posições políticas dissidentes: uma vez que não conseguiam atrair publicitários e dependiam apenas do lucro das vendas, era-lhes impossível competir com os demais meios de comunicação, capazes de vender seus exemplares abaixo do preço de custo por causa dos subsídios dos anunciantes. Sobretudo em relação aos jornais da classe operária,³⁸ não havia como transpor a antítese estrutural de que produziam um jornal “caro” para a classe “mais pobre”.

Dentro dessa nova lógica, mais do que nunca importava atrair a atenção dos leitores. A notícia precisava aprimorar a sua aparência de valor de uso. Assim, “criam-se as manchetes, os destaques, as reportagens, trabalha-se e investe-se muito mais na capa, no logotipo, nas chamadas de primeira página.”³⁹ Trata-se de um fenômeno ubíquo e o fator diferenciador de um jornal sensacionalista de um jornal sério é apenas o grau do sensacional.

No curso desse processo, os jornais transformaram-se em enormes empreendimentos comerciais, com necessidades de massivas quantidades de capital inicial e de sustentação diante da competição incessante e predatória. As empresas de menor porte foram destruídas pela concorrência ou obrigadas a aceitar fusões e incorporações. Finalmente, os processos de expansão e de consolidação conduziram a uma concentração elevada de recursos na mão de poucas

³⁷ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2.^a ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 67.

³⁸ Neste sentido é ilustrativa a citação de um executivo de propaganda (datada de 1856) no trabalho de HERMAN e CHOMSKY, no sentido que determinados jornais seriam veículos “ruins” para divulgação porque “seus leitores não têm poder de compra, e anunciar nesses jornais é o mesmo que jogar dinheiro fora.” (HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**. Tradução: Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 2003, p. 74.)

³⁹ MARCONDES FILHO, Ciro. Obra citada, p. 66.

organizações que detinham o controle das maiores porções do mercado. Assim, o tradicional editor-proprietário acabou sendo substituído por grandes conglomerados da comunicação. E tais conglomerados se aventuram a explorar as novas tecnologias de comunicação: representam agora organizações multimídia e até mesmo empresas multinacionais que participam dos lucros das mais diversas indústrias da informação e comunicação⁴⁰ — jornais, revistas, rádios, TVs, telefonia.

Essas tendências aumentaram significativamente desde a década de 90. São massivas as aquisições, fusões e “joint ventures” entre os mais variados segmentos da indústria de comunicações — inclusive para além das fronteiras nacionais.⁴¹ Observam Herman e Chomsky que “(...) a centralização da mídia em um número cada vez menor de grandes empresas tem aumentado praticamente sem oposição por parte de governos (...), bem como de autoridades regulamentadoras.”⁴² Assim, no mundo globalizado, tais processos de concentração apontam uma clara tendência à oligopolização: o campo midiático é dominado por um número cada vez mais restrito de mega-atores internacionais.

1.4 As características do setor de comunicações no Brasil contemporâneo

O setor de comunicações na era globalizada se caracteriza por inovações tecnológicas (“revolução digital”), o surgimento de mega-atores internacionais (os “global players”), a desregulamentação e a privatização das empresas estatais de comunicação, bem como a concentração da propriedade dos meios de comunicação (“oligopolização”).⁴³ Cabe verificar até que ponto tais tendências se verificam no Brasil.

De acordo com Artur Venício de Lima e Sérgio Capparelli, grande parte da população brasileira desfruta hoje das mais diversas inovações tecnológicas nas

⁴⁰ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 3ª ed. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 74.

⁴¹ LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação e televisão**: desafios da pós-globalização. São Paulo: Hacker, 2004, p. 18-19.

⁴² HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**. Tradução: Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 2003, p. 13.

⁴³ LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. Obra citada, p. 16-20.

comunicações. Lamentavelmente, no entanto, o Estado brasileiro não incentivou o desenvolvimento tecnológico nacional — desestimulando inclusive empresas já estabelecidas no setor —, o que provocou certa dependência em relação aos países e às megaempresas que lideram e controlam os processos de desenvolvimento das comunicações.⁴⁴

No que diz respeito aos “atores” no setor de comunicações, a abertura do mercado brasileiro de comunicações ao capital possibilitou o ingresso dos “global players” no jogo comunicativo brasileiro a partir do Governo Sarney (1985-1990) — com a regulamentação das TVs por assinatura — que puderam intensificar a sua presença com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) — por força da regulamentação da TV a cabo e por satélite, bem como da legislação sobre telefonia. A partir de 2002, abre-se o caminho para que esses atores globais permeiem também o segmento da radiodifusão.⁴⁵

A ilustração mais clara da presença massiva das megaempresas no Brasil é a situação de concentração no setor publicitário,⁴⁶ pois apenas três das dez maiores agências de publicidade (em faturamento) no Brasil, em 2001, são brasileiras. As outras sete agências — todas estrangeiras — são de propriedade de apenas três mega-holdings internacionais, conforme o quadro trazido pelos autores.⁴⁷

Ranking	Agência	Holding	Sede
1	McCann Ericson	Interpublic	Nova Iorque
2	J.W. Thompson	WPP	Londres
3	Ogilvy&Mather	WPP	Londres
4	Grupo Total	-	Brasil
5	Almap BBDO	Omnicom	Nova Iorque
6	DM9DDB	Omnicom	Nova Iorque
7	DPZ	-	Brasil
8	Giovanni FCB	Interpublic	Nova Iorque
9	Grupo Interamericano	-	Brasil
10	Young&Rubicam	WPP	Londres

Fontes: Ribeiro[a], GZM/AAG, 7/2/2002; Ribeiro, Martinez e Bloomberg News GZM/AAG, 8-

⁴⁴ LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação e televisão**: desafios da pós-globalização. São Paulo: Hacker, 2004, p. 21-23 e p. 50-51.

⁴⁵ **Ibid.**, p. 23-24 e 40.

⁴⁶ Poderíamos também citar exemplos de megaempresas de outras áreas instaladas no Brasil: na telefonia, a Telefonica de España (celular Vivo); na TV aberta, o Big Brother Brasil (programa da Endemol do grupo Telefonica de España); na TV por assinatura, a News Corporation (Direct TV e NET-Sky); na internet, AOL-Time-Warner (provedor de internet AOL, rede de televisão CNN, etc.). (**Ibid.**, p. 24.)

⁴⁷ **Ibid.**, p. 25.

10/2/2002; Ribeiro[b], GZM/MM, 27/5/2002.

Mas além desses “global players”, alguns “atores nacionais” — os grupos familiares, as elites políticas e as igrejas — exercem um papel de destaque no setor de comunicações brasileiro. Na opinião de Lima e Capparelli, “esses atores são a expressão histórica da construção do nosso sistema de comunicações que, por sua vez, faz parte de uma estrutura mais ampla de poder e de uma tradição oligárquica que se reproduz também em outros setores de nossa sociedade.”⁴⁸

Por muito tempo, o regime jurídico-constitucional⁴⁹ restringia a exploração da

⁴⁸ LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação e televisão**: desafios da pós-globalização. São Paulo: Hacker, 2004, p. 27.

⁴⁹ Constituição de 1946, Art. 160: “É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas Jurídicas, excetuados os Partidos Políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, nºs I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa.”

Constituição de 1967, Art. 166: “São vedadas a propriedade e a administração de empresas jornalísticas, de qualquer espécie, inclusive de televisão e de radio difusão: I - a estrangeiros; II - a sociedade por ações ao portador; III - a sociedades que tenham, como acionistas ou sócios, estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto os Partidos Políticos. § 1º - Somente a brasileiros natos caberá a responsabilidade, a orientação intelectual e administrativa das empresas referidas neste artigo.”

Constituição de 1969, Art. 174: “A propriedade e a administração de empresas jornalísticas, de qualquer espécie, inclusive de televisão e de radiodifusão, são vedadas: I - a estrangeiros; II - a sociedades por ações ao portador; e III - a sociedades que tenham, como acionistas ou sócios, estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto partidos políticos. § 1º A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa das empresas mencionadas neste artigo caberão somente a brasileiros natos.”

Constituição de 1988, Art. 222 (anterior à Emenda Constitucional nº 36, de 2002): “A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual. § 1º - É vedada a participação da pessoa jurídica no capital social de empresa jornalística e de radiodifusão, exceto a de partido político e de sociedades cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros. § 2º - A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a trinta por cento do capital social.”

Apenas com a Emenda Constitucional nº 36, de 2002 o quadro legal é substancialmente alterado.

Constituição de 1988, Art. 222 (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002): “A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. § 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação. § 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social. § 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais. § 4º Lei disciplinará a participação de

atividade jornalística e de radiodifusão por parte de pessoas jurídicas, sociedades anônimas por ações e estrangeiros. A intenção era viabilizar a identificação dos proprietários, bem como impedir a interferência do capital estrangeiro. Pragmaticamente, no entanto, instalou-se o controle das comunicações por grupos familiares.

A pesquisa de Lima e Capparelli, com base em dados de 1995, 2000 e 2002, indica que um número muito pequeno de grupos familiares controla a radiodifusão e a mídia impressa brasileira: Os principais grupos no setor de radiodifusão — mas que também exploram outras formas de mídia impressa e eletrônica — pertencem a oito famílias. Ao nível nacional, os autores ressaltam o controle midiático das famílias *Marinho* (Globo), *Saad* (Bandeirantes) e *Abravanel* (SBT). Ao nível regional, das famílias *Sirotsky* (RBS), *Daou* (TV Amazonas), *Jereissati* (TV Verdes Mares), *Zahran* (MT e MS) e *Câmara* (TV Anhanguera) — grupos familiares de atuação regional que, diga-se de passagem, são todos afiliados das Organizações Globo. No setor da mídia impressa, acrescenta-se o poder das famílias *Civita* (Abril), *Mesquita* (Grupo O Estado de São Paulo), *Frias* (Grupo Folha), *Martinez* (CNT) e *Levy* (Gazeta Mercantil).⁵⁰

Outro ator nacional importante no setor de comunicações pode ser individualizado nas “elites políticas” brasileiras, sobretudo regionais e locais, que costumam tecer laços estreitos com o setor de comunicações. Muitos políticos possuem concessões públicas de emissoras de rádio e TV ou controlam parte da mídia impressa.

Levantamento feito por Elvira Lobato da “Folha de São Paulo”, em 2001, indica que de cada quatro concessões comerciais de emissoras de televisão no Brasil uma estava sob influência direta de políticos, ou seja, ao menos 60 das 250 concessões de TV comercial na época da pesquisa estavam sob mando de figuras políticas.⁵¹ A pesquisa também revela as redes nacionais de televisão às quais

capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º. § 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional.”

⁵⁰ LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação e televisão**: desafios da pós-globalização. São Paulo: Hacker, 2004, p. 29-30.

⁵¹ Conforme citado por CHRISTOFOLETTI, Rogério. DEZ IMPASSES PARA UMA EFETIVA CRÍTICA DE MÍDIA NO BRASIL. In: **Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2 a 6 de setembro de 2003, Belo Horizonte [recurso eletrônico]: mídia, ética e sociedade. São Paulo: Intercom, 2003, p. 5.; e LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. Obra citada, p. 31.

essas concessões estavam vinculadas: (a) 21 eram afiliadas da Rede Globo — controladas, entre outros, por José Sarney (PMDB-MA), Fernando Collor de Mello, Garibaldi Alves (PMDB-RN), Albano Franco (PSDB-SE), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e João Calisto Lobo (PMDB-PI); (b) 17 eram afiliadas do SBT — controladas, entre outros, por Tasso Jereissati (PSDB-CE), Edison Lobão (PFL-MA), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Orestes Quércia (PMDB-SP), Jorge Maluly Neto (PFL-SP) e Paulo Pimentel (PFL-PR); (c) 9 eram afiliadas da Bandeirantes — controladas, entre outros, por Jader Barbalho (PMDB-PA), Geraldo Sampaio (PDT-AL), Geraldo Melo (RN), Romero Jucá (PSDB-RR), e Júlio Campos (PFL-MT); (d) 5 eram afiliadas da Rede Record; (e) a CNT, por fim, estava na época sob controle de José Carlos Martinez, ex-presidente nacional do PTB.⁵²

Também um estudo da Assessoria Técnica do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, publicada em 2001 — tendo como base o cruzamento de dados do Ministério das Comunicações da Agência Nacional de Telecomunicações e do Tribunal Superior Eleitoral — apontou que 77,6% das 3.315 concessões outorgadas para exploração de sinal, entre 1999 e 2001, beneficiaram políticos, com a seguinte distribuição por partido político:⁵³

Distribuição (%) de RTVs por partidos

PFL	37,5%
PMDB	17,5%
PPB	12,5%
PSDB	6,25%
PSB	6,25%
PPS	5,0%
PL	3,75%
PRP	3,75%
PDT	3,75%
PMN	2,5%
PSC	1,25%
Outros	0%

Lima e Capparelli atentam ao fato de que “(...) estes quatro partidos que concentram a maioria das outorgas de radiodifusão [o PFL, o PMDB, o PPB e o

⁵² Conforme citado por LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação e televisão: desafios da pós-globalização**. São Paulo: Hacker, 2004, p. 31.

⁵³ Conforme citado por CHRISTOFOLETTI, Rogério. DEZ IMPASSES PARA UMA EFETIVA CRÍTICA DE MÍDIA NO BRASIL. In: **Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2 a 6 de setembro de 2003, Belo Horizonte [recurso eletrônico]: mídia, ética e sociedade. São Paulo: Intercom, 2003, p. 5., e LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. Obra citada, p. 32.

PSDB], embora tendo origens distintas, formou [sic] a base das alianças eleitorais de todos os governos democráticos de Tancredo Neves/José Sarney a Fernando Henrique Cardoso.”⁵⁴

No mesmo sentido, o banco de dados sobre a estrutura dos meios de comunicação, publicado em 2005, por Suzy dos Santos demonstra a atuação significativa da elite política no setor de comunicações. Na televisão aberta, pelo menos 33,6% das geradoras e 18,3% das retransmissoras encontravam-se sob domínio de políticos ou ex-políticos.⁵⁵ Consta de seus estudos ainda outro fator a ser ponderado ao se falar da atuação de políticos nos meios de comunicação: a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados — ou seja, o órgão encarregado de emitir pareceres sobre outorgas e sobre a legislação do setor de comunicações — pode reunir, em seu quadro de membros, políticos que estão vinculados direta ou indiretamente aos meios de comunicação. E, conforme os dados colhidos sobre a composição da CCTCI, “(...) em 31 de dezembro de 2004, 14 deputados titulares (28% do total) e 6 suplentes (12%) figuram como proprietários ou são parentes de proprietários de radiodifusão que constam da lista de acionistas do Ministério das Comunicações.”⁵⁶

Por fim, não se deve ignorar a atuação dos deputados evangélicos na arena política, pois embora não tenham necessariamente outorgas em seus nomes, podem se prestar a defender os interesses dos mais novos atores no setor das comunicações: as igrejas.⁵⁷

A partir da década de 90 começa a se desenhar a tendência de envolvimento de instituições religiosas na televisão e no rádio. Assim, por exemplo, a Igreja Universal do Reino de Deus adquiriu a TV Record em 1990, e a Rede Vida de Televisão, vinculada à Igreja Católica, entra no ar em 1995. Lima e Capparelli indicam o seguinte quadro sobre a crescente presença das igrejas na radiodifusão

⁵⁴ LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação e televisão**: desafios da pós-globalização. São Paulo: Hacker, 2004, p. 33.

⁵⁵ Conforme citado por CAPPARELLI, Sérgio; SANTOS, Suzy dos. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org). **Rede Globo**: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005, p. 95.

⁵⁶ **Ibid.**, p.96.

⁵⁷ **Id.**

brasileira.⁵⁸

Igrejas na radiodifusão

Igrejas	TVs	Repetidoras	Rádios
Universal	79*	47	80
Católica	4	178	190
Batista	-	-	100
Adventista do 7º dia	4	-	21
Assembléia de Deus	4	-	12
Evangelho Quadrangular	1	-	4
Renascer em Cristo	1	-	6

(*) Inclui as redes Record, Família e Mulher.

Fontes: Amaral (25/04/96), FSP; Amaral (10/08/97), FSP; Lobato (10/08/1997), FSP; Gama (24/01/99), OESP; Pfeifer (05/05/99), GZM; Rothenburg (10/08/99), CB; Rodrigues (05/09/99), CB e Castro (17/12/2002), FSP.

Diante da influência de alguns políticos — muitas vezes ligados a certos grupos familiares ou a determinadas instituições religiosas — através da mídia sobre o eleitorado e a complexa rede de poder subjacente, a literatura começou a cunhar o conceito de “coronelismo eletrônico”.

O termo “coronelismo”, por si, refere-se a uma rede de favores, que conecta os poderes ao nível municipal, estadual e federal, na qual os grandes fazendeiros agraciados pela patente militar no período imperial — os “coronéis” — aproveitavam-se da dependência econômica dos trabalhadores rurais para conduzir e controlar os processos eleitorais no país, na esperança de benefícios futuros — o que era facilitado pelo “voto não secreto” durante a República Velha (1889-1930), dando azo ao “voto de cabresto”. Os coronéis municipais se aliavam às oligarquias estaduais, representadas principalmente pelos governadores, e estas ao governo federal, numa intensa e complexa rede de favores.⁵⁹ De acordo com Victor Nunes Leal, esse compromisso de troca de proveitos entre o poder público e as autoridades locais, implica “(...) as características secundárias do sistema ‘coronelistas’, como sejam entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais.”⁶⁰

As elites políticas que utilizam a “propriedade dos meios de comunicação” —

⁵⁸ LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação e televisão**: desafios da pós-globalização. São Paulo: Hacker, 2004, p. 35-36.

⁵⁹ CAPPARELLI, Sérgio; SANTOS, Suzy dos. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org). **Rede Globo**: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005, p. 77-78.

⁶⁰ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 40.

ao invés da “propriedade rural” — para interferir e dirigir o destino político do país transformam-se, portanto, de “coronéis políticos” em “coronéis eletrônicos”. Na avaliação de Capparelli e Santos, o “coronelismo eletrônico” incorpora uma relação de clientelismo político entre os detentores do poder público e os proprietários das empresas de comunicação de massa, sempre tendo em vista os benefícios futuros derivados de uma rede de relações preexistentes.⁶¹

É curioso notar como tal constelação indica certas permanências históricas — ou a ausência de grandes rupturas históricas —, pois a lógica da “economia política dos favores” já marcava as relações de reciprocidade típicas na América Portuguesa (o “Brasil Colônia”). Assim como naquela época, também hoje essa “economia política dos favores” exerce um papel fundamental para a rede de poderes e para a manutenção do “status quo” no Brasil.^{62 63}

A tônica particular do setor de comunicações brasileiro — sobretudo no

⁶¹ CAPPARELLI, Sérgio; SANTOS, Suzy dos. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005, p. 80-84.

⁶² A historiografia contemporânea indica que a sociedade na América Portuguesa se fundava sob princípios de reciprocidade, que “seriam responsáveis pela organização de uma cadeia de relacionamentos que, ao mesmo tempo, tecia coesões sociais horizontais e verticais fundadas em obrigações mútuas, mas diferenciadas, delineando planos hierarquicamente ordenados. Tal cadeia partiria da base local, onde se concretizava a vivência cotidiana (...) abrindo-se, escalonadamente, a outros níveis de pertencimento, que ao fim sedimentava uma relação de vassalagem à soberania lusitana.” (ANDREAZZA, Maria Luiza. *Dominium, terras e vassalagem na América Portuguesa*. IN: SILVA, Luiz Geraldo (org.). **Facetas do Império na História: conceitos e métodos**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 283)

É de se notar que, ao nível local, as hierarquias se estruturavam em especial em torno da família colonial. Trata-se na verdade da transposição de uma economia política dos privilégios, institucionalizada pelas monarquias europeias do Antigo Regime, que significava um pacto recíproco entre monarca e súdito: “(...) o indivíduo ou o grupo que, em troca de serviços prestados (mormente na conquista e colonização do ultramar), requeria uma mercê, um privilégio ou um cargo ao rei, reafirmava a obediência devida (...) o monarca reconhecia o simples colono como vassalo, reforçando o sentimento de pertença e estreitando os laços de sujeição em relação ao reino e à monarquia, reafirmando o pacto político sobre o qual se forjava a soberania portuguesa nos quatro cantos do mundo.” (BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. IN: FRAGOSO, João (org.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 219).

⁶³ O apadrinhamento é um exemplo muito claro da lógica da “economia política de favores”, pois as relações de compadrio no Brasil sempre foram muito além do significado religioso. Já na América Portuguesa (o “Brasil colonial”) envolvia um significado social, cultural, econômico e político. Podemos afirmar que o compadrio foi um elemento, entre outros, que contribuiu à manutenção da escravidão no Brasil por mais de três séculos. (Conforme CARDOSO, Helena Schiessl. O ESCRAVO NO BRASIL NA PASSAGEM DO SÉCULO XVIII PARA O SÉCULO XIX: considerações a partir das ambivalências do compadrio de cativos na região do Paraná. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v.1, 2009.

Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cejur/article/viewFile/15498/11491>>. Último acesso em: <10 dez 2010>.)

âmbito da radiodifusão e da imprensa — é, portanto, de uma complexa rede de associações de interesses, apadrinhamentos e parentescos. Assim, segundo Capparelli e Santos, aquilo “(...) que pode parecer um mercado concorrencial às vezes revela-se uma espécie de divisão de bolo entre amigos.”⁶⁴

Experimentamos entre nós igualmente a tendência da concentração da propriedade no setor de comunicações. Mas com uma peculiaridade: no Brasil, o setor de radiodifusão e de imprensa sempre se destacou por uma extraordinária concentração da propriedade — concentração horizontal, vertical, cruzado e “em cruz”⁶⁵ — ainda que o regime jurídico-constitucional vede o monopólio ou oligopólio nos meios de comunicação.⁶⁶

A hipótese da “concentração horizontal” no Brasil — isto é, a oligopolização ou monopolização dentro de uma mesma área do setor — é flagrante no campo da televisão. Assim, por exemplo, os dados colhidos por Lima e Capparelli, para o setor da televisão aberta, indicam claramente a atuação dominante de poucas redes comerciais de TV no país — além da evidente hegemonia da Globo no setor:⁶⁷

Redes comerciais de TV aberta

Redes	Emissoras (próprias, associadas, afiliadas) (1)	Cobertura Municípios %	Cobertura Domicílios com TV (2) %	Participação Audiência Nacional (2) %	Audiência % 18 às 24h (*) (2)	Participação % verbas publicitárias (3)
Globo	114**	98,91	99,86	55****	51	78
SBT	110***	89,10	97,18	24	25	-
BAND	75	60,65	87,13	5	5	-
Record	93***	42,13	76,67	9	6	-
Rede TV	40	62,52	79,71	3	3	-
CNT	-	4,36	36,67	-	-	-
Gazeta	-	4,87	21,92	-	-	-
Outras	-	-	-	11	9	-

Fontes: (**) Informação do JN em 10/11/2003, (***) Castro, D.; FSP 13/10/2003; (****) Tela Viva News, 23/6/2003; (1) Castro, D.; FSP 17/12/2002; Grupo de Mídia; Mídia Dados 2002; (3) Castro, D.; FSP/Inter-Meios M&M 06/03/2002.

Observações: (*) 10 principais mercados

⁶⁴ CAPPARELLI, Sérgio; SANTOS, Suzy dos. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005, p. 92.

⁶⁵ LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação e televisão: desafios da pós-globalização**. São Paulo: Hacker, 2004, p. 52.

⁶⁶ Art. 220, § 5º, Constituição da República: Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

⁶⁷ LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. Obra citada, p. 44-46.

Também na modalidade da “concentração vertical” — que diz respeito à integração das mais diversas etapas da cadeia de produção e distribuição — a Globo se destaca em decorrência de suas telenovelas, pois “(...) produz a novela em seus estúdios e a exhibe em sua rede de televisão (...) comercializa a novela para outros países, a trilha sonora através de gravadora própria (...) e divulga o ‘pacote’ através de sua rede de TV, seus jornais, revistas, emissoras de rádio etc.”⁶⁸

Em relação à propriedade de diferentes tipos de mídia (por exemplo, radiodifusão e mídia impressa) pelo mesmo ator, o grupo RBS nos fornece a hipótese mais evidente de “propriedade cruzada”, pois em 2002 reunia nos mercados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina “6 jornais, 24 emissoras de rádio AM e FM, 21 canais de TV, um portal de internet, uma empresa de marketing e um projeto na área rural, além de ser sócio da operadora de TV a cabo NET.”⁶⁹

De acordo com pesquisa realizada por Roberto Amaral e Cesar Guimarães, no início da década de 90, a reprodução local e regional dos oligopólios da “propriedade cruzada” — o “monopólio em cruz” — encontra-se por todo território brasileiro: Rio de Janeiro, Paraná, Acre, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Tocantins, Goiás, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, bem como no Distrito Federal. É possível identificar dois “braços” principais nos sistemas regionais de comunicação: de um lado, um canal de televisão majoritário, via de regra, ligado à Rede Globo; e, do outro lado, dois jornais de circulação diária, sendo que o maior deles geralmente é vinculado a um canal de televisão — na maioria dos casos afiliado à Rede Globo — enquanto o outro jornal normalmente se encontra associado a uma rede de emissoras de rádio. A consequência desse “monopólio em cruz” é clara: os jornais regionais e locais acabam reproduzindo as principais seções do jornal “O Globo”, assim como recebem a matéria-prima de seu noticiário basicamente pelos serviços da Agência de Notícias Globo.⁷⁰

Naturalmente, o processo de concentração no setor de comunicações conduz

⁶⁸ LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação e televisão**: desafios da pós-globalização. São Paulo: Hacker, 2004, p. 47.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 48.

⁷⁰ AMARAL e GUIMARÃES *Apud* LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação e televisão**: desafios da pós-globalização. São Paulo: Hacker, 2004, p. 49.

a uma diminuição perceptível dos espaços de produção de perspectivas diferenciadas nos meios de comunicação. Hoje a variedade de opiniões é na verdade um mito, pois não há uma real variedade de veículos. Muitas vezes resta ao jornalista “um reduzido espaço de escolha dentro de um universo maior que já está fechado de antemão.”⁷¹

É esse, portanto, o quadro geral do setor de comunicações no Brasil que é preciso ter em mente ao analisar a produção noticiosa no país: sofremos com o drama das grandes concentrações de poder econômico e simbólico, agravado ainda em decorrência das complexas redes de poder político que afetam igualmente o setor comunicativo.

⁷¹ HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**. Tradução: Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 2003, p. 13.

2 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA CRIMINALIDADE E DO CRIMINOSO NO NOTICIÁRIO

As instituições no setor de comunicações exploram suas atividades de acordo com a ordem econômica capitalista. A seguir, delinearemos a lógica que rege o processo produtivo das notícias, bem como seus reflexos sobre a construção da imagem da criminalidade e do criminoso nas narrativas jornalísticas.

2.1 A produção da notícia na sociedade capitalista

O processo produtivo das notícias na sociedade capitalista se sujeita à lógica do mercado e sofre a ingerência decisiva do setor publicitário. Além disso, o campo jornalístico encontra-se dominado pela ditadura do índice de audiência e pela primazia do espetacular.

As notícias produzidas nesse contexto representam apenas um retrato seletivo do “real”, seja isso resultado da própria rotina de produção jornalística ou da influência direta dos “poderosos” do setor de comunicações.

2.1.1 A imposição da lógica do mercado e o papel determinante do setor publicitário

As empresas no setor de comunicações — como todas as demais empresas — representam uma atividade organizada que visa obter lucro através da produção de bens ou da prestação de serviços. Há pessoas que investem na exploração econômica dos meios de comunicação e tais investidores representam, nas palavras de Herman e Chomsky, “uma força que ajuda a pressionar as empresas da mídia a se focar em objetivos estritamente de mercado (lucratividade).”⁷²

Inserida na lógica da ordem econômica capitalista, os meios de comunicação precisam criar produtos que possam ser vendidos no mercado e que sejam capazes de gerar lucro aos seus investidores. Entre as diversas “mercadorias” oferecidas pelos meios de comunicação podemos destacar a “notícia”, que é produzida a partir

⁷² HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**. Tradução: Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 2003, p. 70.

de uma “matéria-prima” determinada: aquela “informação” capaz de gerar uma boa notícia após o devido tratamento jornalístico.

A perspectiva da economia política induz Ciro Marcondes Filho a identificar na notícia tanto uma dimensão de “valor de uso”, quanto uma dimensão de “valor de troca”:⁷³

O valor de uso da notícia se realiza, por um lado, na aquisição do jornal pelo leitor ou na audiência do consumidor de radiodifusão que pretende se informar. Por outro lado, o valor de uso também é satisfeito na produção ideológica da criação jornalística, isto é, quando o público do meio de comunicação assimila determinadas posições ideológicas.

Já o valor de troca manifesta-se na obtenção do lucro do meio de comunicação. Para satisfazer a exigência de lucratividade, a mercadoria “notícia” atua em dois níveis diferentes, porém interligados: como “portadora de informação”, a “notícia” é consumida pelos leitores da imprensa, pelos ouvintes de rádio ou pelos telespectadores de TV; como “produtora de espaço publicitário”, a “notícia” é destinada aos anunciantes. Há uma relação de dependência recíproca entre ambos os níveis porque se a notícia não for consumida pelo público, não há o que se falar no espaço publicitário que possa ser negociado no mercado dos anunciantes.

Conforme avaliação de Marcondes Filho, o valor de troca da notícia é determinante em face do valor de uso, pois este serve somente como instrumento à realização daquele.⁷⁴ Dentro da lógica do mercado, a informação importa apenas na medida em que seja capaz de gerar uma notícia atraente, pois quanto mais a notícia capta a atenção dos consumidores — preferencialmente das classes sociais com poder de compra — tanto maior será o interesse dos publicitários em anunciar nesse meio de comunicação.

E tal capacidade de atrair o setor dos anunciantes é fundamental, tendo em vista que o modelo contemporâneo dos meios de comunicação se estrutura substancialmente no financiamento da empresa da mídia com base na publicidade. Os veículos de informação parecem se tornar mesmo um amontoado de propaganda rodeado por notícias. É muito fácil verificar empiricamente tal constatação: basta contar a quantidade de anúncios nos jornais ou revistas, assim como o número

⁷³ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 25-32.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 26.

significativo de blocos de propaganda durante um programa televisivo ou radiofônico. Nesse sentido, também Herman e Chomsky salientam que, na presente conjuntura, a “competição por anúncios” está se tornando cada vez mais intensa e a mídia está economicamente “mais dependente do que nunca” do setor publicitário.⁷⁵

Mas o papel determinante da publicidade na composição dos lucros da empresa midiática tem consequências importantíssimas. A dependência econômica acaba transformando os anunciantes em “definidores primários”⁷⁶ da notícia, porque se os lucros substanciais provêm dos anúncios, então o conteúdo da notícia deve ser afinado de acordo com as necessidades e exigências do setor publicitário — para realizar o valor de troca da notícia no mercado dos anunciantes.

Essa situação infraestrutural implica, de acordo com Bourdieu, a adoção de uma “mentalidade-índice-de-audiência”.⁷⁷ Hoje, o pensamento dirigido pelo sucesso comercial é ubíquo, até mesmo nos espaços mais autônomos do campo jornalístico. Sob hipótese alguma a audiência pode diminuir, pois constitui o principal argumento de vendas aos anunciantes. Assim, conduz a uma evidente dependência entre notícia e publicidade, sendo esta nitidamente dominante em face daquela. Nas palavras de Marcondes Filho, “a publicidade *induz* o conteúdo”⁷⁸.

A sustentação econômica da mídia, com base nos anunciantes, repercute na definição do teor da notícia. Por um lado, o próprio setor publicitário oferece matérias a serem publicadas, pois diversos estudos de fontes indicam a origem de uma significativa proporção das notícias em “releases” de relações públicas.⁷⁹ É evidente: na sociedade de consumo a imagem das empresas e, igualmente, seus produtos precisam ser divulgados e, para que seja assim, as relações públicas “presenteiam” a mídia com notícias que dizem respeito ou se relacionam com a própria empresa ou com os produtos a serem colocados no mercado — facilitando o trabalho dos jornalistas que estão sempre vivendo a pressão da novidade.

⁷⁵ HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**. Tradução: Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 2003, p. 18.

⁷⁶ **Id.**

⁷⁷ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 37.

⁷⁸ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 28.

⁷⁹ HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. Obra citada, p. 18.

Um exemplo esclarecedor pode ser identificado no medo do “bug” do milênio. Bauman denuncia que na época da virada do século, as empresas que disseminavam o pânico em relação ao “bug”, também eram as mesmas que ofereciam estratégias de imunização para os computadores — a um preço razoável, é claro!⁸⁰ Em outras palavras: o medo do “bug” penetrou a sociedade através das manchetes jornalísticas junto ao remédio capaz de neutralizá-lo.

Por outro lado, os meios de comunicação tendem a adaptar os conteúdos da notícia de modo a criar um espaço publicitário dirigido a uma determinada parcela da sociedade: quer dizer, preocupa-se o veículo de comunicação em — sobretudo — atingir a classe média e alta, uma vez que, segundo Herman e Chomsky, “a mídia de massa está interessada em atrair uma audiência com poder de compra, e não a audiência por si só; é a audiência com alto poder aquisitivo que atrai o interesse do anunciante”.⁸¹ Essa circunstância influi na configuração da notícia de acordo com as necessidades e opiniões da classe burguesa — que é o público alvo do setor publicitário. Os significados disseminados através da notícia devem corresponder às expectativas dos consumidores. Não se deve, por fim, ignorar que o veículo de comunicação transmite uma posição ideológica através da notícia que, além de atrair uma clientela propensa a consumir, também influencia a decisão dos anunciantes a partir de seus próprios valores. Assim, “além da discriminação contra instituições de mídia não amigáveis, os anunciantes também selecionam os programas com base em seus próprios princípios.”⁸²

Identifica-se, dessa maneira, que na sociedade contemporânea a sobrevivência econômica dos meios de comunicação depende sobremaneira do setor publicitário. Essa dimensão infraestrutural lhe atribui um poder de definição ímpar sobre o conteúdo da notícia, sendo que esse poder é diretamente proporcional ao percentual de rendas que provém da publicidade. Em outras palavras, quanto maior for a parcela do lucro que se origina dos anúncios, tanto

⁸⁰ BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 14.

⁸¹ HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**. Tradução: Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 2003, p. 75.

⁸² *Ibid.*, p. 76.

menor será a autonomia do órgão de difusão em relação ao teor da notícia.⁸³

2.1.2 O campo jornalístico dominado pela primazia do espetacular

O espaço social denominado de “campo jornalístico” equivale a um microcosmo dotado de leis próprias. De acordo com Bourdieu, é um campo de forças, no qual cada agente exerce a sua força relativa em face dos demais. Muitas vezes essas relações de força são invisíveis. No entanto, elas podem ser sentidas através de indicadores — como, por exemplo, as fatias de mercado, o peso perante o setor publicitário, o peso simbólico, etc.⁸⁴ É fundamental indagar sobre essas relações para compreender o motivo que move os meios de comunicação a destacar determinadas informações e deixar outras de lado.

Nesse sentido, é preciso ter em mente dois parâmetros: Por um lado, a posição do órgão de imprensa no campo jornalístico (Trata-se de um órgão dominante em face dos demais? Qual é sua tradição ou seu espírito? Tende mais para o lado cultural ou comercial?). Por outro lado, a posição do jornalista no próprio jornal (Ele é mais ou menos autônomo?).⁸⁵

Há nesse campo uma constante luta entre os dominantes e os dominados para conservar ou transformar as relações de força existentes. A concorrência pelas fatias de mercado não representa uma luta puramente econômica, mas se refere também às relações simbólicas,⁸⁶ diz respeito ao poder simbólico de cada agente.

São dominantes aqueles órgãos que têm o poder de deformar o espaço em torno deles, ou seja, trata-se dos jornais que têm autoridade para oferecer pontos de vista.⁸⁷ Quanto maior for o poder econômico e simbólico de um órgão tanto maior será a sua influência sobre os demais meios de comunicação.

Atualmente, identifica-se uma ampla dominância do campo jornalístico por

⁸³ Compare, nesse sentido, BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 102.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 56.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 57 e p. 69.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 58.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 60.

parte do espaço televisivo.⁸⁸ Para não perder significativas fatias de mercado, os demais órgãos de difusão tendem, portanto, a render-se à “ditadura do índice de audiência” e também a adaptar-se à criação da notícia com base na “primazia do espetacular, extraordinário, sensacional”.⁸⁹

Vimos que a notícia veiculada nos meios de comunicação precisa atrair o olhar do público, pois somente se for interessante é capaz de impulsionar a compra do jornal ou estimular a audiência do noticiário televisivo ou radiofônico — garantindo, dessa maneira, a sobrevivência econômica da empresa da mídia.

Mas o que significa transformar uma “informação” em “notícia”? Evidentemente não se trata da mera transcrição de um fato social. É necessário criar uma “manchete”, dar “destaque” a um acontecimento. O jornalismo caracteriza-se por explorar e vender o caráter explosivo do fato. A mera informação por si só não chama atenção. Se assim fosse, mais pessoas leriam o “Diário Oficial” ou assistiriam à “TV Justiça” ou à “TV Senado”. Nesse sentido, a atividade jornalística não reproduz simplesmente o que aconteceu, mas “trabalha o fato e constrói a partir dele, um outro mundo.”⁹⁰

Interessa ao público aquilo que é “anormal”⁹¹ ou “extraordinário”⁹² e, assim, os jornalistas procuram, em geral, destacar o “espetacular”. Contudo, isso significa que, como pontua Bourdieu, “os jornais cotidianos devem oferecer cotidianamente o extra-cotidiano”.⁹³ Tal tarefa configura um verdadeiro desafio, porque mesmo que nada de interessante tenha acontecido, o jornalista precisa oferecer uma “mercadoria rentável” ao seu superior. De fato, é esse o dilema que vivem os profissionais do jornalismo, como se percebe a partir do relato de Darnton sobre sua experiência profissional: a cobertura de um fato que se revela um “não acontecimento” exige do jornalista “espremê-lo” até encontrar algo de “interessante”

⁸⁸ Neste sentido, Bourdieu adverte para o fato de que o jornal televisivo das 20h alcança mais pessoas do que o conjunto dos jornais franceses de todo um dia. (BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 62.)

⁸⁹ *Ibid.*, p. 73.

⁹⁰ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 32.

⁹¹ *Ibid.*, p. 13.

⁹² BOURDIEU, Pierre. Obra citada, p. 26.

⁹³ *Id.*

para apresentar ao seu editor — afinal é necessário “mostrar o trabalho do dia”.⁹⁴

A pressão diária por notícias acaba então por conduzir o jornalista a destacar o “extraordinário ordinário”.⁹⁵ Os meios de comunicação enaltecem acontecimentos “não cotidianos” que, na verdade, integram as expectativas “ordinárias” do ser humano, como ocorre, por exemplo, nas notícias sobre incêndios, inundações, assassinatos, variedades etc. Ou seja, tais incidentes são extraordinários na vida de um indivíduo per si, contudo, dentro de uma perspectiva mais ampla, são fatos naturais ou fatos sociais que estão dentro dos padrões de normalidade.

Essa necessidade de oferecer diariamente notícias atraentes, em última instância, leva todos os jornais a serem sensacionalistas — evidentemente com variações de grau. Contudo, de acordo com a avaliação de Marcondes Filho, não é possível escapar dessa determinação⁹⁶ porque adaptar uma informação ao formato noticioso pressupõe a sua “alteração, direção e mutilação”. Para o jornalista a pressão por novas notícias desenvolve sua capacidade de “escrever uma coluna em uma hora, sobre qualquer coisa”, como confessa Darnton.⁹⁷ A criação da notícia implica a transformação do fato social em algo “mais rentável”, ou seja, “ele não é só embelezado, limpadado, pintado de novo, como ocorre com outras mercadorias (...); o fato social aqui é também acirrado, exagerado, forçado. De qualquer maneira, mudado para vender.”⁹⁸ À medida que for necessário, o jornalista inventa detalhes para torná-lo mais interessante, recorre a sentimentos e estereótipos.⁹⁹ E se na imprensa já ocorre a dramatização, então ela é muito mais evidente no ambiente televisivo, pois o fato é posto em cena através de imagens, o que permite exagerar a importância, a gravidade e o caráter dramático, trágico.

Em relação à representação popular da criminalidade, as consequências de um serviço noticioso orientado pelo sensacional são graves. Schwind adverte que a

⁹⁴ DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 74-75.

⁹⁵ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 26.

⁹⁶ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 29.

⁹⁷ DARNTON, Robert. Obra citada, p. 88.

⁹⁸ MARCONDES FILHO, Ciro. Obra citada, p. 29.

⁹⁹ DARNTON, Robert. Obra citada, p. 93-94.

escolha de fatos sociais especialmente dramáticos e a fixação da mídia em fatos violentos resultam, na verdade, na desinformação sobre o desenvolvimento da criminalidade. As narrativas jornalísticas acabam simplificando os fenômenos sociais e reduzem a realidade social complexa ao binômio “bem” e “mal”. A narrativa jornalística induz, dessa forma, muitas vezes a pré-condenações, pois já aponta o culpado pelo fato.¹⁰⁰

Por outro lado, o “extraordinário” também diz respeito àquilo que não é oferecido pelos outros jornais. De acordo com essa lógica, o jornalista está sempre atrás do “furo”.¹⁰¹ ocorre a exaltação da novidade. Ele tenta ser o primeiro a falar sobre algo que os outros ainda não noticiaram. Paradoxalmente, entretanto, a procura pela “exclusividade” no campo jornalístico resulta na “uniformização” e “simplificação”, uma vez que no intuito de escrever antes, mais ou diferente do outro, os jornalistas acabam todos escrevendo sobre a mesma coisa.¹⁰²

Enfim, é importante salientar que não estamos afirmando que os jornais oferecem apenas notícias sensacionais. Por óbvio que isto não é verdade. Ao lado das informações espetaculares são veiculadas notícias diversas. Muitas delas até se caracterizam por informar sobre aquilo que Bourdieu chama de “fatos-ônibus”,¹⁰³ ou seja, tratam de fatos que não chocam ninguém, não tocam em nada importante, porém interessam a todo mundo, a exemplo das notícias de variedades. Também não ignoramos que existem jornais “mais autônomos” que pretendem oferecer um jornalismo dito “sério”, que procuram satisfazer uma agenda cultural.

Contudo, as forças invisíveis que existem no campo jornalístico, impulsionadas pela concorrência entre os diversos órgãos de difusão, obrigam até mesmo os jornais mais politizados a render-se à ditadura do índice de audiência. O material documental-cultural-crítico é colocado de lado, com o intuito de melhorar a audiência e qualificar o meio de comunicação perante o setor publicitário.¹⁰⁴

¹⁰⁰ SCHWIND, Hans-Dieter. **Kriminologie**: eine praxisorientierte Einführung mit Beispielen. 7ª ed. Heidelberg: Kriminalistik Verlag, 1996, p. 239.

¹⁰¹ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 27.

¹⁰² **Id.**

¹⁰³ **Ibid.**, p. 23.

¹⁰⁴ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 77.

Sobretudo no âmbito televisivo, onde há uma preocupação com o fluxo de audiência, a “transmissão de documentários culturais que fazem com que as pessoas mudem de canal é dispendiosa.”¹⁰⁵

Em última instância, a coloração político-cultural dos meios de comunicação está desbotando. Bourdieu afirma que “a tendência geral leva os órgãos de produção cultural à maneira antiga a perder sua especificidade para caminhar sobre um terreno em que serão derrotados de qualquer modo.”¹⁰⁶ Nesse contexto, o autor faz referência expressa à emissora cultural “La Sept” — hoje conhecida como “Arte” — que em pouco tempo abandonou uma política de esoterismo intransigente para abraçar um “*compromisso* mais ou menos vergonhoso com as exigências do índice de audiência, que leva a acumular os comprometimentos com a facilidade no horário nobre e o esoterismo nas horas avançadas da noite.”¹⁰⁷ Alerta, por fim, que o jornal “Le Monde” está caminhando para o mesmo destino.

Denota-se, portanto, que a notícia — como fator de sobrevivência econômica da empresa de comunicação — precisa aprimorar a sua aparência para se tornar uma mercadoria rentável e, nesse ponto, o extraordinário é um verdadeiro chamariz para a atenção do público de qualquer jornal, seja ele de tradição sensacionalista ou não. Esta dimensão estrutural obriga a destacar o sensacional e negligenciar a programação político-cultural, o que acaba por simplificar os fatos sociais e desinformar o público.

2.1.3 A rotina de produção jornalística e o dilema do falseamento inerente ao processo produtivo

A rotina do processo produtivo da notícia pode ser decomposta analiticamente nas fases da coleta de informações, da seleção das informações a serem transformadas em notícia e, por fim, da configuração da própria fala jornalística. A análise de todas essas fases indica o problema do falseamento, sobretudo

¹⁰⁵ HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**. Tradução: Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Futura, 2003, p. 77.

¹⁰⁶ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 75.

¹⁰⁷ **Id.**

estrutural, ou seja, inerente ao próprio processo de produção jornalística.

2.1.3.1 A coleta de informações e a influência das fontes

Os meios de comunicação necessitam diariamente de um fluxo constante e confiável de matérias-primas para notícias. A racionalização do trabalho jornalístico leva os jornalistas a recorrerem, em sua busca diária por informações, preferencialmente a um grupo seleto de canais “confiáveis”, pois esses não necessitam de uma verificação cautelosa em relação à sua credibilidade, poupando tempo e custo na investigação jornalística.

A relutância de consultar fontes não rotineiras encontra-se explicitada, entre outros, em Gans:

Os sempre apressados repórteres não têm tempo para desenvolver um relacionamento com fontes não familiares e nem seguir a rotina que transforma estranhos em informantes. (...) As fontes não familiares podem fornecer informações não passíveis de avaliação, o que gera insegurança. E, sobretudo, as fontes não familiares podem fornecer informações novas ou contraditórias que atrapalhem a capacidade dos repórteres para generalizar e resumir. Todos os jornalistas têm que se apoiar numa base de dados de número limitado para não serem inundados por um volume de informação maior do que aquele que podem rapidamente processar e adaptar ao limitado tempo de transmissão ou ao limitado espaço de impressão.¹⁰⁸

A lógica profissional no ambiente jornalístico resulta, de acordo com Wolf, na preferência por fontes oficiais, institucionais, estáveis, bem como pelas agências de informação.¹⁰⁹ Os jornalistas especializados estabelecem uma rede estável de fontes, ou seja, consultam diariamente — em alguns casos até múltiplas vezes ao dia — as suas fontes de confiança ou de rotina.

Entre tais fontes, podemos destacar, por exemplo, as assessorias de imprensa dos órgãos da administração pública ou do poder judiciário. Tendo em vista que fornecem informações abundantes e, sobretudo, com ar de objetividade — afinal de contas, são reveladas por fontes “oficiais” — são de consulta obrigatória. O

¹⁰⁸ GANS, Herbert. *Apud* MORETZSOHN, Sylvia. A lógica do jornalismo impresso na era do “tempo real”. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 4, nº 7 e 8, p. 261-266, 1º e 2º semestres de 1999, p. 265.

¹⁰⁹ WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial presença, 1994, p. 195.

mesmo vale para as delegacias de polícia — mas com um acréscimo importante: se o “extraordinário” é uma característica que torna a notícia rentável, então as delegacias são locais propícios à obtenção de informações não apenas oficiais, mas também com potencialidade explosiva. Nesse sentido, Darnton, ao retratar a práxis cotidiana dos jornalistas, indica que os repórteres filtram os boletins de ocorrência e as informações sobre ações policiais com o intuito de desvendar ocorrências com um potencial valor de notícia.¹¹⁰ Por fim, instituições como, por exemplo, hospitais ou postos de saúde representam igualmente uma fonte costumeira dos jornalistas na busca por algo “anormal” ou “extraordinário” a ser contado nas narrativas jornalísticas.

De outro lado, as grandes agências de informação, tanto nacionais quanto supranacionais, representam a fonte mais notável ao nível da coleta de informações. Segundo Wolf:

A informação quotidiana — especialmente, a radiotelevisiva — é cada vez mais, e necessariamente, uma informação de agência, cujo núcleo de apoio é constituído precisamente por essas fontes “anónimas” que raramente aparecem nos noticiários e nos jornais como origem efectiva de tudo o que é comunicado.¹¹¹

No mundo globalizado, as agências supranacionais são insubstituíveis. Para os órgãos de informação menores representam a única fonte possível de notícias estrangeiras, em decorrência dos altos custos de manutenção ou de envio de um correspondente ao estrangeiro. E até mesmo para aqueles órgãos com capital para tanto, as grandes agências são muito úteis, já que indicam aquilo que se deve investigar ou sobre o que se deve noticiar no exterior. Funcionam, portanto, como “primeira campanha de alarme” para as grandes redações.¹¹²

Mas, enfim, qual a importância de indagar sobre a origem das informações que são transformadas em notícias? Pois bem, se os jornalistas recorrem com frequência às mesmas fontes, sobretudo para adquirir novas matérias-primas com rapidez e a baixo custo, então isso as transforma em “fontes rotineiras”. Significa dizer que adquirem um “acesso privilegiado” ao meio de comunicação, pois as suas

¹¹⁰ DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 90.

¹¹¹ WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial presença, 1994, p. 205.

¹¹² **Ibid.**, p. 205-206.

ideias e as informações de sua conveniência são divulgadas com maior facilidade do que outras. Ao contrário, as “fontes não rotineiras”, como alertam Herman e Chomsky, “têm que lutar pelo acesso, e podem ser ignoradas pela decisão arbitrária dos guardas dos portões.”¹¹³

E esse obstáculo de acesso aos meios de comunicação é facilmente transposto apenas por aqueles que detêm poder econômico ou político. Quem tem poder consegue, portanto, dar destaque às informações de sua conveniência. Tal lógica de inclusão e exclusão nas redes de fonte encontra-se sintetizada em Wolf:

Os estudos sobre o *newsmaking* deram a conhecer este aspecto suficientemente claro e incontroverso: a rede de fontes que os órgãos de informação estabelecem como instrumento essencial para o seu funcionamento, reflecte, por um lado, a estrutura social e de poder existente e, por outro, organiza-se a partir das exigências dos procedimentos produtivos. *As fontes que se situam à margem destas duas determinações, muito dificilmente podem influir, de forma eficaz, na cobertura informativa.*¹¹⁴

Evidencia-se, portanto, que a fase de coleta de informações reflete no próprio “conteúdo” e na “angulação” da notícia que é repassada ao público. A urgência de publicar em primeira mão, de encontrar informações “novas” que sejam “compreensíveis” para o público e “compactáveis” no espaço reduzido do jornal, nas palavras de Moretzsohn, “reduz, quando não anula, a possibilidade de reflexão no processo de produção da notícia.”¹¹⁵ A necessidade da velocidade na criação jornalística instiga os repórteres a procurar sempre as mesmas fontes. A consequente pré-seleção dos conteúdos oferecidos aos jornalistas resulta em uma cognição limitada do fato social, pois as informações apresentadas por essas fontes representam apenas um recorte da realidade. Por consequência, múltiplas temáticas e abordagens não ingressarão no noticiário, desenhando-se uma tendência de reproduzir sempre as mesmas perspectivas.

Além disso, não podemos negligenciar que as próprias fontes encontram-se contaminadas por suas opiniões e convicções, o que pode ter reflexos sobre a

¹¹³ HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**. Tradução: Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 2003, p. 81.

¹¹⁴ WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial presença, 1994, p. 198.

¹¹⁵ MORETZSOHN, Sylvia. A lógica do jornalismo impresso na era do “tempo real”. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 4, nº 7 e 8, p. 261-266, 1º e 2º semestres de 1999, p. 264.

notícia futura, tendo em vista que as fontes convencionais acabam por “influenciar o repórter na fase anterior à consolidação da matéria em seu espírito, quando ele ainda está buscando uma idéia central ordenadora”, conforme o relato de Darnton.¹¹⁶

O contato permanente pode conduzir até mesmo a uma “simbiose entre as fontes rotineiras e os jornalistas”.¹¹⁷ A natureza de suas tarefas os une; e esta convivência implica o desenvolvimento de alguns pontos de vista em comum. Para a notícia isso importa na medida em que os jornalistas assimilam as concepções de mundo de suas fontes e as retransmitem ao público. O contato quase diário, por exemplo, com os agentes policiais nas delegacias tem reflexos sobre a visão dos jornalistas acerca da criminalidade e do criminoso. Também gera um sentimento de solidariedade em relação aos policiais, que diariamente devem enfrentar os “marginais” que “transformam” a cidade num lugar de ameaça e violência.¹¹⁸

Finalmente, não é possível ignorar que os próprios meios de comunicação se informam reciprocamente. Os jornalistas convivem no interior de um mesmo círculo social. Diariamente trocam ideias e discutem matérias, leem-se e assistem-se uns aos outros. Para saber o que se deve noticiar, é preciso saber sobre o que os demais estão falando, tudo isso para aprimorar a notícia e não ficar par trás na incansável competição por índices de audiência. Esse mecanismo de reciclagem informativa conduz, no entanto, a um fechamento em relação às notícias veiculadas. Trata-se do fenômeno que Bourdieu chama de “circulação circular da informação”.¹¹⁹ Nesse sentido, acrescenta-se o posicionamento de Moretzsohn para quem “a pretexto de trazer o novo, o jornal acaba reproduzindo o mesmo porque gira em torno de um universo limitado de fontes, o que é uma imposição da rotina de trabalho nessa ‘linha de montagem simbólica’ [que é a fabricação da notícia].”¹²⁰ Isso ficou mais do que evidente na cobertura do “caso da menina Isabella Nardoni”, em

¹¹⁶ DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 82.

¹¹⁷ **Ibid.**, p. 83.

¹¹⁸ **Id.**

¹¹⁹ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

¹²⁰ MORETZSOHN, Sylvia. A lógica do jornalismo impresso na era do “tempo real”. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 4, nº 7 e 8, p. 261-266, 1º e 2º semestres de 1999, p. 264.

2008.¹²¹ Durante várias semanas não era possível ligar a televisão ou abrir um jornal sem se deparar com alguma notícia sobre o “assassinato bárbaro” da menina. Todos os jornais tentavam trazer alguma informação “nova” sobre o crime que chocou a sociedade. Na prática, contudo, não adiantava trocar de canal ou abrir outro jornal: todos falavam sobre o mesmo tema!

Percebemos, então, que as fontes de notícias implicam um mecanismo de censura inconsciente das ideias e dos conteúdos divulgados nos meios de comunicação. Embora “o pessoal da mídia de notícias, freqüentemente atuando com completa integridade e boa vontade, é capaz de se convencer de que escolhe e interpreta ‘objetivamente’ as notícias com base nos valores profissionais”¹²², ocorre uma manipulação velada e muito eficaz na transmissão de notícias.

2.1.3.2 A seleção das “notícias” com base nos “news values”

No processo de produção jornalística, após a coleta da matéria-prima, segue a fase da seleção daquilo que efetivamente será publicado, isto é, são filtradas aquelas informações que serão transformadas em notícia. Há na rotina jornalística alguns critérios para definir com facilidade e rapidez aquilo que é considerado suficientemente interessante ou relevante para compor a base de uma notícia. Trata-se dos chamados “news values”, os “valores/notícia”, segundo Wolf.¹²³

Evidentemente tais critérios apenas auxiliam na seleção do conteúdo do noticiário — o processo de seleção pode ser muito mais complexo. Os valores/notícia não representam uma lista fechada. Muito pelo contrário, são marcados por um “caráter dinâmico”,¹²⁴ adaptando-se às tendências no campo

¹²¹ Em 29 de março de 2008, Isabella Nardoni, de 5 anos, morreu após cair do sexto andar do prédio residencial de seu pai, na Zona Norte de São Paulo. Os jornais acompanharam intensamente as investigações do caso, principalmente após o surgimento da suspeita de homicídio, imputada ao pai e à madrasta da menina.

¹²² HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**. Tradução: Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 2003, p. 62.

¹²³ WOLF salienta que os diversos valores/notícia se complementam na prática, ou seja, conjugam-se entre si. Além disso, são critérios que atuam durante todo processo produtivo e não apenas na fase da seleção dos conteúdos. Conforme WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial presença, 1994, p. 173.

¹²⁴ **Ibid.**, p. 175.

jornalístico. É interessante notar, por outro lado, que os critérios de noticiabilidade repercutem também na própria “organização” das redações jornalísticas, pois, comumente, há seções especializadas.¹²⁵ Assim, por exemplo, o trabalho dos jornalistas pode se dividir entre as temáticas da política interna, política internacional, economia e finanças, ciência, educação, saúde, esporte, etc.

De acordo com Wolf, os valores/notícia são construídos a partir de considerações que dizem respeito: I) ao conteúdo; II) ao produto informativo; III) ao público; IV) à concorrência.¹²⁶ Vejamos o desdobramento desses critérios e suas implicações para o serviço noticioso:

I) Ao nível substancial, isto é, de conteúdo, os critérios que favorecem a noticiabilidade de uma informação são a “importância” e o “interesse”.

1) O primeiro desses dois critérios — a “importância” — decorre das seguintes variáveis:

a) O status social dos indivíduos envolvidos no acontecimento.¹²⁷ Quanto maior for o nível “hierárquico” do sujeito na sociedade, tanto maior será o valor/notícia de um acontecimento que o envolve. Esse critério explica perfeitamente o motivo pelo qual o espancamento de um cidadão de classe média/alta pela polícia se torna notícia, enquanto o mesmo fato praticado contra um morador da favela (um potencial “marginal”) não encontra divulgação midiática.

b) O critério da “importância” também é deduzido do impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional.¹²⁸ Quanto maior for a repercussão de um acontecimento para o país ou para o interesse de sua população, maior será o valor/notícia do evento. Tal critério justifica, por óbvio, o destaque de informações atinentes à segurança pública no noticiário.

c) Além disso, também importa o número de pessoas envolvidas no fato.¹²⁹ Quanto mais pessoas são afetadas pelo acontecimento, maior será o seu valor/notícia. Esse quesito de noticiabilidade clarifica, por exemplo, a preferência por uma notícia que narra a morte de muitas pessoas (evidentemente se forem de

¹²⁵ WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial presença, 1994, p. 177.

¹²⁶ **Ibid.**, p. 177-193.

¹²⁷ **Ibid.**, p. 178.

¹²⁸ **Ibid.**, p. 179.

¹²⁹ **Ibid.**, p. 180.

estratos sociais mais elevados, pois ninguém fala do “democídio” nas favelas) no lugar de uma notícia que relata a morte de apenas um sujeito.

d) O significado do fato para o desenvolvimento futuro de uma determinada situação.¹³⁰ A probabilidade de continuação da história e de exploração jornalística dos próximos episódios igualmente é responsável pela elevação do valor/notícia de um fato. Em relação às narrativas sobre criminalidade isto significa valorizar a matéria de descoberta de um fato extremamente violento que choca a sociedade, preparando o terreno para explorar fatos ligados a todas as etapas sensacionais da investigação policial ou da reação popular em face do crime.

2) No que diz respeito ao segundo critério substancial de noticiabilidade — o “interesse” —, os jornalistas filtram as informações tendo em mente a opinião de seus leitores/ouvintes/espectadores e a potencialidade de entretenimento de seu público.¹³¹ Tal critério expressa, portanto, a pressão infraestrutural de guiar o noticiário de acordo com os ditames do “índice de audiência” para manter a sobrevivência econômica dos grupos midiáticos. E, nesse ponto, as histórias dos dramas humanos — sobretudo ligadas à criminalidade violenta — encontram um amplo espaço no noticiário.

II) Ao nível do produto, Wolf enumera os seguintes critérios para auxiliar na seleção do que será notícia:

1) A disponibilidade.¹³² As matérias informativas precisam ser acessíveis para o jornalista, devem ser tratáveis de acordo com as técnicas jornalísticas habituais e precisam ser de fácil cobertura.

2) A brevidade.¹³³ A notícia deve ser suficientemente curta para não dispersar a atenção de seus consumidores e deixar espaço para outras notícias do dia no quadro limitado do jornal.

Os critérios da disponibilidade e da brevidade possuem, no entanto, reflexos nefastos sobre o discurso criminológico nos meios de comunicação. Se a matéria precisa ser de fácil cobertura e não pode ocupar um espaço excessivo no jornal, então tais critérios relativos ao processo produtivo da notícia dificultam o acesso de

¹³⁰ WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial presença, 1994, p. 181.

¹³¹ **Ibid.**, p. 182.

¹³² **Id.**

¹³³ **Ibid.**, p. 183.

informações que destoam do “senso comum” sobre a “questão criminal”. O jornalista, em geral, não tem tempo para buscar informações de fontes alternativas. E ainda que ele consiga obter informações de uma fonte de perspectiva divergente do “senso comum”, o reduzido espaço no jornal muitas vezes não lhe permite abordar a temática com a profundidade necessária. O espaço de reflexão no jornal é, na verdade, reduzido. Tendo em vista que o discurso crítico sobre a “questão criminal” dificilmente interessa à agenda dos poderosos da mídia, tal temática acaba, em geral, ficando de fora do espaço noticioso.

3) A ideologia da informação “bad news is good news”.¹³⁴ Esse critério de noticiabilidade significa dizer — nada mais, nada menos — que “más notícias são boas notícias”. Os acontecimentos anormais ou de consequências negativas, as infrações ou desvios da norma, possuem um valor de noticiabilidade mais elevado. Assim, no campo jornalístico dominado pelo sensacionalismo a quantidade de “sangue” repercute diretamente no valor/notícia. E então se abrem as portas para a entrada massiva de notícias sobre a criminalidade violenta.

4) A atualidade.¹³⁵ A notícia deve ser a mais atual possível, ou seja, o fato noticiado deve ter ocorrido nas últimas 24 horas ou dizer respeito a uma novidade na representação de seus consumidores.

5) A qualidade da história.¹³⁶ Uma notícia para ser “boa” deve preencher no mínimo um dos seguintes critérios de qualidade: (a) ilustrar uma “ação”; (b) possuir um “ritmo” dinâmico; (c) explorar de forma “exaustiva” uma determinada matéria; (d) possuir uma “linguagem clara”; (e) preencher os “*standards* técnicos” mínimos.

6) O equilíbrio.¹³⁷ O noticiário deve ser balanceado em seu conjunto, ou seja, deve apresentar matérias em todas as seções temáticas do jornal, sobretudo para garantir o consumo do maior público possível. Por conseguinte, o valor/notícia de algumas matérias decorre apenas de sua capacidade de preencher determinados campos vazios e equilibrar a quantidade de notícias nas mais diversas seções temáticas. Se essas diversas seções precisam estar representadas diariamente no jornal, isto exige certa criatividade dos jornalistas. Caso não haja nada de importante

¹³⁴ WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial presença, 1994, p. 183.

¹³⁵ **Ibid.**, p. 184.

¹³⁶ **Ibid.**, p. 185.

¹³⁷ **Ibid.**, p. 185-186.

ou interessante a ser noticiado, é necessário suprir a carência informativa. Nem que isso signifique, sobretudo no setor das matérias policiais, dramatizar um evento que, em si, não teria nada de noticiável, para “criar” uma notícia dedicada à temática da criminalidade.

III) Ao nível do público, fica evidente a imposição da lógica infraestrutural nas rotinas produtivas. Embora, de forma ideal, o dever do jornalismo seja “informar”, os jornalistas sofrem a constante cobrança de satisfazer seu público. Wolf pontua que “a referência às necessidades e às exigências dos destinatários é constante e, nas próprias rotinas produtivas, estão encarnados pressupostos implícitos acerca do público.”¹³⁸

Tendo em vista os destinatários do noticiário, os valores/notícia são definidos, na opinião de Golding e Elliott, a partir da “estrutura narrativa” do fato noticiado, da capacidade do material visual de atrair o olhar do público, do potencial de entretenimento da história, e da importância da notícia.¹³⁹ Conforme classificação de Gans, os critérios relativos ao público são a possibilidade de identificação por parte do espectador, as notícias de serviço, e as “non-burdening stories”, ou seja, aquelas notícias que não oprimem o consumidor com um excesso de informações, não o matam de tédio ou o confrontam com algo demasiado deprimente.¹⁴⁰

Tais aspectos repercutem no retrato oferecido sobre a “questão criminal” nos meios de comunicação. Se o jornalista deve entreter seu público, “informar” como se tivesse contando uma história, então precisa se utilizar de uma linguagem dramática e de personagens de fácil apreensão. Para tanto, recorre a estereótipos e uma narrativa estruturada preferencialmente nas categorias do “bem” e do “mal”. As imagens chamativas apenas reforçam a dramaticidade do conto jornalístico. Se, por outro lado, as notícias não devem representar um peso para a audiência do jornal, se os seus consumidores devem poder se identificar com aquilo que é noticiado, então isso implica a redução de espaços jornalísticos “alternativos” e “críticos”. A matéria “incômoda” para o leitor, ouvinte ou telespectador, a princípio, não é bem-vinda no jornal (compare nesse sentido, por exemplo, o caso de Maria Rita Kehl, citado adiante). Em relação às matérias “criminológicas”, a imposição desses

¹³⁸ WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial presença, 1994, p. 189.

¹³⁹ GOLDING e ELLIOTT *Apud* WOLF, Mauro. Obra citada, p. 189.

¹⁴⁰ GANS *Apud* WOLF, Mauro. Obra citada, p. 189-190.

critérios dificulta a divulgação de perspectivas críticas e contrárias ao senso comum punitivo.

IV) A definição daquilo que será notícia também leva em conta a própria concorrência. Assim, alguns fatos são retratados no jornal em decorrência da expectativa de que “os outros” meios de comunicação também os abordarão em seus noticiários. Sendo inadmissível, na luta por fatias de mercado, que a concorrência “informe” mais, que tenha uma melhor cobertura dos fatos relevantes, os meios de comunicação se influenciam reciprocamente na determinação da agenda noticiosa. Além disso, o poder de deformação de alguns jornais dominantes no campo jornalístico — como vimos anteriormente ao falar das fontes noticiosas — dita os próprios parâmetros profissionais dos demais jornais que neles se inspiram. Toda essa lógica estrutural, contudo, resulta em certa homogeneidade no setor comunicativo e na repetição incansável de determinadas notícias “quentes”.¹⁴¹

Por fim, resta salientar novamente que a seleção da “notícia” dentro da lógica produtiva é, de fato, algo muito complexo, pois os diversos critérios de noticiabilidade interagem entre si. Na opinião de Wolf:

O que importa salientar é que os valores notícia são avaliados nas suas relações recíprocas, em ligação uns com os outros, por ‘conjuntos’ de factores hierarquizados entre si e complementares, e não isoladamente ou individualmente. Cada notícia requer, por conseguinte, uma avaliação — embora automática e inconsciente — da disponibilidade e credibilidade das fontes, da importância ou do interesse do acontecimento e da sua actualidade, para além de uma avaliação dos critérios relativos ao produto, ao meio de comunicação e ao formato.¹⁴²

2.1.3.3 A configuração da notícia

Da mesma forma que a fase da seleção da matéria-prima e a fase da definição da notícia propriamente dita, também a fase da edição para o formato noticioso apresenta elementos de manipulação jornalística, tendo em vista que a informação passa por um tratamento antes de chegar ao público.

Conforme Marcondes Filho, o falseamento geralmente “faz parte da própria

¹⁴¹ Conforme BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.; WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial presença, 1994, p. 190-193.

¹⁴² WOLF, Mauro. Obra citada, p. 192-193.

forma do jornalista estruturar seu mundo, de discernir os fatos (inconscientemente) com uma ‘visão dominante’”.¹⁴³ Embora ele possa acreditar que seja capaz de manter-se neutro na hora de redigir a matéria, na verdade essa neutralidade é impossível. Todas as pessoas enxergam o mundo a partir de uma perspectiva específica, com base em seus valores.¹⁴⁴ Não sendo isso diferente no caso do profissional do campo midiático, sua visão de mundo repercute necessariamente sobre a configuração da notícia.

Além da carga ideológica de cada jornalista, também as técnicas de redação carregam elementos manipuladores. Nesse ponto, é de se ressaltar, por exemplo, que o ato de noticiar sobre um fato social isolado acarreta a “fragmentação da realidade”.¹⁴⁵ A notícia é desvinculada do seu contexto histórico-social; ela é jogada no mercado de informação como um dado solto, como se não fosse sujeita a uma relação de causa e efeito. A transformação em mercadoria rentável obriga a destacar determinados aspectos da informação, sobretudo os sensacionais, ao passo que outros elementos são deixados de lado.

Assim, segundo Schneider, as notícias sobre criminalidade enfatizam a execução do crime e o seu esclarecimento. Quase nunca exploram os motivos que levaram o autor a cometê-lo, geralmente não acompanham o fim que levou o criminoso ou a vítima. Enxergam o fato social através da lente do “bem” e do “mal”, como se essa simplificação da realidade fosse possível.¹⁴⁶ A ação é então

¹⁴³ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 39.

¹⁴⁴ A própria reflexão filosófica contemporânea, a exemplo do pensamento de Hilary Putnam, indica a inexistência da dicotomia entre fato e valor, tendo em vista que todo fato carrega algum valor e todo valor carrega algum fato. Para demonstrar isso, o filósofo referido argumenta que o fato é algo “racionalmente aceitável”. Mas “ser racional” envolve tanto “critérios de aceitabilidade racional” quanto “critérios de relevância”. E justamente esses critérios de relevância dependem de e revelam todo o nosso sistema de valores. Ou seja, a conclusão é: não há fato sem valor e nem valor sem fato. A análise do enunciado mais banal pode ilustrar como tal argumento é verdadeiro. Assim, por exemplo, a frase “o gato está no capacho” utiliza conceitos que nos indicam algo sobre os interesses e valores da nossa cultura — por exemplo, a relevância das categorias animado/inanimado, as espécies, o propósito, o espaço etc. (PUTNAM, Hilary. **Razão, verdade e história**. Tradução: António Duarte. Lisboa: Dom Quixote, 1992, p. 249-250.) Para uma síntese de seu pensamento compare CARDOSO, Helena Schiessl; FONSECA, Juliana Pondé. Indissociabilidade entre mente e mundo: a importância de Hilary Putnam para um repensar filosófico. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v.1, 2009. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cejur/article/viewFile/15499/11493>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

¹⁴⁵ MARCONDES FILHO, Ciro. Obra citada, p. 46.

¹⁴⁶ SCHNEIDER, Hans Joachim. **Kriminologie**. 3ª ed. München: C.H. Beck, 1992, p. 184.

descontextualizada e se torna incompreensível.

Os meios de comunicação operam dessa maneira uma forma de manipulação através da condensação da história e sua fragmentação em elementos desconexos, pois o público não consegue enxergar o processo social na sua totalidade e não é capaz de identificar as relações de força que dirigem esses processos. Nesse ponto, “a quebra da unidade, da totalidade na apresentação jornalística torna os homens objetos inconscientes das estruturas de dominação.”¹⁴⁷

Ao mesmo tempo, os meios de comunicação tendem à “personificação dos processos sociais”.¹⁴⁸ Determinados efeitos são atribuídos a certas pessoas, e essa personalização da notícia resulta no endeusamento e na execração de indivíduos. O acontecimento social é apresentado como se fosse produto de uma ação isolada, dirigida por um único sujeito. Se houve um crime, então ele foi cometido por um autor determinado ou determinável, não se fala em fatores estruturais que podem induzir o desvio normativo. Não interessa “se o roubo vem do desemprego, a prostituição da falta de alimento para os filhos (...) importante é apresentar ‘criminosos’ à opinião pública”.¹⁴⁹ Assim, sem perceber, os jornalistas ocultam os “verdadeiros suportes, as classes e agrupamentos estruturais maiores, totalmente distantes dos fatos e de suas implicações.”¹⁵⁰ Assim, sem perceber, os jornalistas ocultam os “verdadeiros suportes, as classes e agrupamentos estruturais maiores, totalmente distantes dos fatos e de suas implicações.”¹⁵¹

Ambas as técnicas jornalísticas, tanto a fragmentação quanto a personalização, tornam banais os fatos sociais e desinformam as pessoas. Na verdade, apontam apenas para os sintomas de uma situação — a exemplo da criminalidade —, ao passo que a “conexão causal com a matriz real de rendas e de oportunidade de empregos sob o sistema presente só é vista raramente”.¹⁵²

¹⁴⁷ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 42.

¹⁴⁸ **Ibid.**, p. 46.

¹⁴⁹ **Ibid.**, p. 90.

¹⁵⁰ **Ibid.**, p.46.

¹⁵¹ **Id.**

¹⁵² **Ibid.**, p. 47.

Também o uso da linguagem¹⁵³ integra uma dimensão manipuladora da notícia. O emprego do tom oficial transmite um ar de objetividade e veracidade. O uso de técnicas narrativas pode reforçar preconceitos. A referência noticiosa ao suspeito do crime como “criminoso”, “ladrão” ou “bandido” exterioriza, na verdade, um pré-julgamento, fundado no “senso comum”. Na medida em que for necessário, para que a história tenha início, meio e fim, para que não perca seu potencial de entretenimento, os jornalistas aumentam e inventam detalhes para tornar a informação mais atraente. Utilizam-se de sentimentos e estereótipos, como se fossem contadores de histórias. Nesse esforço narrativo, muitas vezes acabam por reforçar estigmas existentes na sociedade, com reflexos na imagem social do crime e do criminoso. Além disso, o próprio uso de termos técnicos — desconhecidos por boa parte do público — representa uma barreira cognitiva que muitas vezes pode ser manipuladora.

Por fim, as “imagens” utilizadas no noticiário criam um “efeito do real” e sujeitam o público a uma experiência de segunda natureza — mesmo que ele não tenha presenciado o fato, a imagem lhe transmite a impressão de que esteve lá e o vivenciou. Sobretudo a televisão tem o poder de fazer as pessoas verem coisas e também de acreditarem naquilo que estão vendo. A autoridade da mídia consegue então defender uma realidade que não se pode ver nem tocar sem a ajuda dela. Não devemos esquecer que, como pontua Bauman, “as câmeras ‘não mentem’, ‘dizem a verdade’ (ou pelo menos é o que fomos treinados a acreditar).”¹⁵⁴ Assim, a imagem é capaz de

(...) fazer existir idéias ou representações, mas também grupos. As variedades, os incidentes ou os acidentes cotidianos podem estar carregados de implicações políticas, éticas etc capazes de desencadear sentimentos fortes, freqüentemente negativos, como o racismo, a xenofobia, o medo-ódio do estrangeiro (...).¹⁵⁵

¹⁵³ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 48.

¹⁵⁴ BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 29.

¹⁵⁵ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 28.

2.1.4 O jogo de interesses dos grandes atores no setor de comunicações

A produção da notícia reflete uma seleção e exclusão em relação a determinados fatos. Marcondes Filho alerta que “definir a *notícia*, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente”.¹⁵⁶ A escolha sobre “o que” será notícia e de “como” ela será apresentada tem reflexos sobre o público, que assimila uma mensagem ideológica. Trata-se da manipulação inerente à própria atividade jornalística,¹⁵⁷ como afirma Marcondes Filho. Em sua grande maioria, as escolhas feitas pelo meio de comunicação são, no entanto, como diria Bourdieu, “escolhas sem sujeitos”.¹⁵⁸ Não é possível apontar um responsável específico para os efeitos decorrentes da manipulação noticiosa, pois

(...) quando se faz sociologia, aprende-se que os homens ou as mulheres têm sua responsabilidade, mas que eles ou elas são em grande parte definidos em suas possibilidades e suas impossibilidades pela estrutura na qual estão situados e pela posição que ocupam nessa estrutura. Portanto, não podemos nos satisfazer com a polêmica contra tal jornalista, tal filósofo ou tal filósofo-jornalista (...).¹⁵⁹

Restou demonstrado, até o presente momento, como as informações que alcançam o público sofrem uma censura velada, sem que, via de regra, haja qualquer intenção nesse sentido. O jornalista acessa informações previamente filtradas pelas suas fontes. Após a atuação desse primeiro filtro, ele seleciona matérias-primas para produzir uma notícia rentável a partir de sua própria lente ideológica e dos valores/notícia. Nessa fase, irá optar, sobretudo, por fatos sociais que permitem explorar um potencial de lucratividade.

Não se deve ignorar, contudo, que as notícias redigidas pelo jornalista devem passar pelo “crivo” do seu superior, que, por sua vez, subordina-se aos níveis hierárquicos mais altos na empresa da mídia. Também existe a possibilidade da agenda noticiosa receber um “estímulo” por parte dos superiores na cadeia

¹⁵⁶ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 12.

¹⁵⁷ **Ibid.**, p. 33.

¹⁵⁸ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 34.

¹⁵⁹ **Ibid.**, p. 77-78.

hierárquica do serviço noticioso. E é exatamente nessa complexa cadeia de sujeição que podem ocorrer mecanismos de manipulação consciente: os “poderosos” do setor de comunicações podem indicar o que “se deve” e o que “não se deve” noticiar nos jornais.

As organizações da mídia dominantes consistem em negócios muito grandes. Muitas vezes, encontram-se sob o controle de poucos acionistas poderosos ou de membros da família fundadora, que possuem grandes blocos de ações. Por conseguinte, os administradores dessas empresas midiáticas devem sujeitar-se não apenas à lógica do mercado. Ou seja, embora a dimensão infraestrutural da notícia obrigue os meios de comunicação a apresentá-la de modo a repercutir positivamente sobre o índice de audiência, isto não significa que os meios de comunicação se preocupam apenas com o interesse do público na hora de definir o que será notícia. Há também restrições feitas pelos “proprietários” dos meios de comunicação, os quais estão imersos em complexas redes de interesses. Muitas vezes, eles mantêm relacionamentos com a indústria, com o grande comércio, com o exército, com a política etc., como lembra Marcondes Filho.¹⁶⁰ Significa dizer que essas empresas compartilham efetivamente interesses com outras importantes corporações, com bancos, com o governo etc.

E, nesse ponto, tentamos esboçar, na primeira parte desse trabalho, como o setor de comunicações no Brasil sempre se encontrou contaminado pela tendência à oligopolização, com a peculiaridade de atuação de alguns atores nacionais — os grupos familiares, as elites políticas e, recentemente, as igrejas. Na esteira das ideias expostas anteriormente, pode-se acrescentar a avaliação sintética de Christofolletti sobre a concentração e a oligopolização no setor de comunicações brasileiro, em 2003:

Calcula-se, hoje, que sete grupos controlem 80% de tudo o que é visto, ouvido e lido nos media brasileiros:

- A família Marinho detém a líder isolada na TV aberta (Rede Globo), o terceiro jornal em tiragem no país (O Globo), a maior operadora e distribuidora de TV a cabo (NET), um dos portais mais acessados da internet (Globo.com), uma importante produtora e distribuidora de cinema (Globofilmes), dezenas de emissoras de rádio FM e AM (incluindo a rede CBN) e um sistema de produção de canais para TV a Cabo (GloboSat).
- A família Civita detém a maior editora de revistas, fascículos e periódicos do país, com ramificações na América Latina (Abril), uma divisão de distribuição e produção de vídeos (Abril Vídeo), uma emissora de televisão

¹⁶⁰ MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão: a vida pelo vídeo**. São Paulo: Moderna, 1988, p. 84ss.

(MTV), uma operadora do sistema de TV a cabo (TVA), além de participação na DirecTV. São sócios do maior portal de conteúdo de língua não-inglesa do mundo (UOL).

- A família Abravanel controla a segunda rede de emissoras de televisão do país (SBT), mantém parcerias com produtoras e estúdios de cinema multinacionais, além de ter empreendimentos em outros setores da economia.
- Os Frias possuem o jornal mais lido do país (Folha de S.Paulo), um instituto de pesquisas de opinião pública (DataFolha), outros jornais menores, parte de um dos maiores provedores de acesso e informação do mundo (UOL), uma agência de notícias (Agência Folha) e parte de um dos mais influentes jornais de economia (Valor Econômico), em parceria com O Globo.
- A Igreja Universal é proprietária da terceira maior rede de TV do país (Record) e de outras emissoras menores, como a Rede Mulher e a Rede Família.
- A família Saad controla a Rede Bandeirantes, as emissoras da Rádio Bandeirantes AM e FM e detém ainda o Canal 21, de grande penetração e alcance na capital paulista.
- Os Mesquitas são proprietários da segunda maior circulação em jornais no país (O Estado de S.Paulo), dos tradicionais Jornal da Tarde e Rádio Eldorado FM, da Agência Estado e de uma emissora de televisão no Maranhão.¹⁶¹

Os fatos evidenciam claramente que nem tudo o que interessa ao público lhe é oferecido na forma noticiosa. Os dirigentes da empresa da mídia influem na seleção daquilo que pode ser apresentado, a partir de seus próprios compromissos e suas próprias convicções políticas e ideológicas. As pessoas devem escolher entre aquilo que lhe foi posto à disposição. Nesse sentido, Marcondes Filho é muito enfático: “o que o público quer (...) é o que lhe foi ‘sugerido’ querer.”¹⁶² Tal perspectiva está em harmonia com o posicionamento de Herman e Chomsky:

Há poucas razões para crer que o público não queria compreender por que está trabalhando cada vez mais e recebendo salários estagnados ou em declínio, por que paga caro por assistência médica inadequada e o que está sendo feito em seu nome em todo mundo. Se eles não estiverem recebendo muitas informações sobre esses tópicos, o modelo de propaganda pode explicar o porquê: os soberanos que controlam a mídia optam por não oferecer tal matéria.¹⁶³

¹⁶¹ CHRISTOFOLETTI, Rogério. DEZ IMPASSES PARA UMA EFETIVA CRÍTICA DE MÍDIA NO BRASIL. In: **Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2 a 6 de setembro de 2003, Belo Horizonte [recurso eletrônico]: mídia, ética e sociedade. São Paulo: Intercom, 2003, p. 2-3.

¹⁶² MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 17.

¹⁶³ HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**. Tradução: Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 2003, p. 20.

Por conseguinte, são os dirigentes e, particularmente, os editores — já que estão mais próximos dos jornalistas — que exercem uma censura em relação àquilo que pode ser informado. É nesse nível que se faz a definição política do fato social e se influencia a forma de como ele deve repercutir na sociedade. É aqui que um acontecimento insignificante é transformado em um escândalo e um fato importante é suprimido com a maior naturalidade. Segundo Marcondes Filho, é principalmente o editor que “aumenta, reduz, suprime fatos; ele é o tradutor e ‘transformador’ da realidade social em termos que interessam à sua empresa e às convicções políticas e ideológicas que defende.”¹⁶⁴

Pode servir de exemplo para a construção de significados, através dos meios de comunicação, o tratamento dado à “Greve de Volta Redonda” pelo “Jornal Nacional”, no final da década de oitenta. A estratégia do movimento grevista dos operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) consistia na ocupação da referida empresa com a finalidade de dirigir a atenção pública para a sua causa. A resposta da Nova República, no entanto, foi literalmente devastadora: em pleno ano 1988, o exército invadiu a usina, causando a morte de três operários.

Conforme pesquisa de Wanderley, apesar dos ares de neutralidade, a cobertura desse fato social pela “Rede Globo” foi completamente parcial. A morte dos grevistas foi colocada como resultado de sua reação aos militares. O jornal enfatizou a desordem e os prejuízos causados pelo movimento grevista. Divulgou a íntegra da nota de esclarecimento do Ministério do Exército, com duração superior a três minutos e meio, ao passo que apresentou a declaração do presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos apenas em forma de resumo no espaço temporal de exatos 24 segundos. Também a comparação do material gravado com o material aproveitado pelo “Jornal Nacional” evidencia nitidamente que os cortes realizados no material jornalístico não eram somente de natureza técnica e estética. Para a autora, esses cortes “definem claramente o que pode ser divulgado e como se deve divulgar, sem causar fraturas nas instituições políticas do ‘novo’ estado de direito.”¹⁶⁵ O olhar do público “é levado a leituras que não permitem uma visibilidade

¹⁶⁴ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 50.

¹⁶⁵ WANDERLEY, Sonia. A greve de Volta Redonda (1988): o telejornal construindo significados. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 2, nº 3, p.187-193, 1º semestre de 1997, p. 191.

total, mas pontual [sendo que] a notícia ilumina algumas áreas, deixando outras no escuro”.¹⁶⁶

Aquele que procurar no baú histórico brasileiro por outros exemplos de construção de significados pela mídia não passará por um sentimento de frustração: há inúmeros outros casos. Só em relação a interferência da Rede Globo de Televisão no campo político das últimas décadas poderíamos citar a relação preliminar trazida por Venício A. de Lima:

(...) o papel de legitimadora do regime militar, passando pela tentativa de interferência nas eleições para governador do Rio de Janeiro, em 1982; pela autocensura interna na cobertura da primeira greve de petroleiros, setor considerado de segurança nacional, em 1983; pelo boicote à campanha para a realização das eleições diretas, em 1984; pela campanha de difamação contra o ex-ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, em 1985; pela ação coordenada na Constituinte de 1987-1988; pela interferência direta na escolha do ministro da Fazenda do presidente José Sarney, em 1988; pelo apoio a Fernando Collor de Mello expresso, sobretudo na reedição do último debate entre os candidatos no segundo turno das eleições presidenciais de 1989 e, depois, pelo apoio tardio ao movimento pelo seu *impeachment*, em 1992; pela campanha de difamação contra o então ministro da Saúde, Alcení Guerra, em 1991-1992; pelo apoio à eleição e à reeleição de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994 e 1998 (...)¹⁶⁷

Nesse sentido, também Veiga recorda da transmissão de mensagens predeterminadas pela TV “Globo”: “no caso da eleição de Collor, durante as investigações do caso Rio-Centro, na divulgação de opiniões favoráveis às privatizações”.¹⁶⁸ Ao se referir a exemplos brasileiros de manipulação através do serviço noticioso em geral, igualmente Marcondes Filho denuncia “as campanhas da *Tribuna da Imprensa* contra Getúlio Vargas em 1954, dos jornais liberais contra João Goulart em 1964, das ‘Diretas-já’ em 1983-1984.”¹⁶⁹

E também hoje vivemos a tônica de interferência midiática, se pensamos na hipótese de demissão da psicanalista Maria Rita Kehl do Jornal “O Estado de São

¹⁶⁶ WANDERLEY, Sonia. A greve de Volta Redonda (1988): o telejornal construindo significados. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 2, nº 3, p.187-193, 1º semestre de 1997, p. 192.

¹⁶⁷ LIMA, Venício A. de. Globo e Política: “Tudo a ver”. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005, p. 104.

¹⁶⁸ VEIGA, Zaclis. **Telejornalismo e Violência Social: a construção de uma imagem**. Campinas: [s.n.], 2000, p. 36.

¹⁶⁹ MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão: a vida pelo vídeo**. São Paulo: Moderna, 1988, p. 86.

Paulo”, supostamente, pela publicação de uma matéria¹⁷⁰ em que defende os eleitores das “chamadas classes D e E” do Partido dos Trabalhadores (PT), um dia antes do primeiro turno das eleições presidenciais em 2010, em que figuravam como candidatos principais os políticos José Serra (PSDB) — apoiado pelo “Estado de São Paulo” — e Dilma Rousseff (PT).

Embora o diretor de conteúdo do “Grupo O Estado de São Paulo”, Ricardo Gandour, negue a censura da coluna de Maria Rita Kehl, afirmando que não houve demissão, que “colunistas se revezam, cumprem ciclos (...) [que] O que estava havendo aí era a simples gestão de uma coluna específica”¹⁷¹, Kehl relata uma versão contrária:

Fui demitida pelo jornal O Estado de S.Paulo pelo que consideraram um “delito” de opinião. (...) Fui comunicada ontem (quarta-feira, 6). (...) O argumento é que eles estavam examinando o comportamento, as reações ao que escrevi e escrevia, e que, por causa da repercussão (na internet), a situação se tornou intolerável, insustentável, não me lembro bem que expressão usaram.¹⁷²

Se a versão dos fatos de Maria Rita Kehl confere, estaríamos diante de outro exemplo, atualíssimo, de como as coisas funcionam nos bastidores midiáticos. A publicação de uma coluna polêmica, em plena época de campanha eleitoral, confrontando a opinião de grande parte dos leitores do jornal de “O Estado de São Paulo” — além de tudo contrária ao posicionamento político do próprio jornal — talvez possa ter causado uma censura, ainda que indireta, através da dispensa da articulista. Se não foi um caso de censura, então deve ser apenas uma “estranha coincidência”: quatro dias após a manifestação “desagradável” para a maioria do público do jornal — criticando a visão paternalista da classe média de que o “povão” só vota pensando em “encher a barriga” e apontando os avanços sociais mínimos durante o governo do PT — Maria Rita Kehl foi comunicada que não escreveria mais

¹⁷⁰ KEHL, Maria Rita. Dois Pesos... In: **O Estado de São Paulo**. 2 de outubro de 2010. São Paulo. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20101002/not_imp618576,0.php>. Último acesso em: <12 dez 2010>.

¹⁷¹ FERNANDES, Bob. Diretor do Estadão: “Não houve censura a Maria Rita Kehl”. **Terra Magazine**. 7 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4722596-EI6578,00-Diretor+do+Estadao+Nao+houve+censura+a+Maria+Rita+Kehl.html>>. Último acesso em: <10 dez 2010>.

¹⁷² FERNANDES, Bob. Maria Rita Kehl: “Fui demitida por um ‘delito’ de opinião”. **Terra Magazine**. 7 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4722228-EI6578,00-Maria+Rita+Kehl+Fui+demitida+por+um+delito+de+opiniao.html>>. Último acesso em: <10 dez 2010>.

no “O Estado de São Paulo”. Ficamos apenas com a dúvida se, após esse “fato curioso”, os seus colegas ainda terão inspiração para escrever alguma coluna provocativa ou se ficarão preocupados em estender o máximo possível seus próprios “ciclos” no referido jornal.

2.2 Os discursos midiáticos sobre a “questão criminal”

Os discursos criminológicos na mídia igualmente são apenas imagens construídas da criminalidade e do criminoso. Os meios de comunicação, em sua maioria, transmitem uma representação estereotipada e seletiva da “questão criminal”, bem como disseminam implícita e explicitamente um “credo criminológico”, consistente no dogma da pena e na criminalização provedora.

2.2.1 A imagem da delinquência

A violência e a agressão encontram-se profundamente enraizados na composição psicobiológica do ser humano — da mesma forma que a propensão amorosa ou sexual.¹⁷³ De acordo com Sodré, é possível que as pessoas sintam-se seduzidas por acontecimentos violentos porque esses lhes permitem descarregar e controlar suas pulsões agressivas ou sado-masoquistas.¹⁷⁴ Marcondes Filho pondera que a sede pelo sensacional pode ser vista também como uma forma de compensação relacionada ao processo de trabalho. O desgaste físico e emocional decorrente da atividade produtiva pode ser equilibrado emocionalmente através do entretenimento baseado em fatos sensacionais, encenados, sobretudo, pelos meios de comunicação:

A luta pela sobrevivência no capitalismo é a mais violenta de todas. O trabalhador tem de arrancar forças de onde não tem, para nela sobreviver. Esse desgaste, esse esforço supremo exige uma tranquilização, uma pausa para recuperação. Aí entra a função do **jornal como lazer**. Ao trabalhador

¹⁷³ Compare, nesse sentido, SODRÉ, Muniz. A sedução dos fatos violentos. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, p. 207-214, 1º semest re de 199, p.208.

¹⁷⁴ **Ibid.**, p. 213-214.

interessa muito mais o jornal que o descanse, que o entretenha, do que o jornal que o jogue de novo contra o mundo do trabalho, da produção, da política. A grande massa não lê os grandes jornais (liberais), os meios que a atingem (...) são os que se prestam a dar pinceladas de informação devidamente temperadas com elementos atrativos e sensacionais. É uma **imprensa** que (...) **presta-se básica e fundamentalmente a satisfazer as necessidades instintivas do público**, por meio de formas sádicas, caluniadoras, ridicularizadoras das pessoas.¹⁷⁵ (grifamos)

Se o ser humano sente uma atração por fatos violentos, então — no campo jornalístico dominado pela primazia do espetacular — as notícias sobre a criminalidade consubstanciam um elevado valor/notícia e garantem significativos percentuais de audiência. Tendo em vista o alto grau de entretenimento dos temas que se referem à criminalidade, não é surpreendente, na opinião de Schwind, a exploração dos fatos violentos na mídia moderna.¹⁷⁶

A análise dos telejornais americanos de Glasner confirma a tendência do emprego massivo de manchetes alarmistas. Sobretudo nos noticiários locais, as “histórias sobre drogas, crimes e desastres constituem a maioria das notícias levadas ao ar.”¹⁷⁷

No Brasil, a lógica não é diferente. Ao analisar a edição de “O Globo” de 5 de janeiro de 2002, Nilo Batista conclui que “quase 80% do noticiário desta edição sobre o país e o Rio é criminal ou judicial.”¹⁷⁸ A verificação do “Jornal Nacional” e do “Jornal da Record” — telejornais de horário nobre — demonstra, segundo Natalino, que “quase um terço das notícias tem por tema o assassinato, seja isoladamente, seja acompanhado de assalto, seja a morte de várias pessoas por um grupo (chacina).”¹⁷⁹

E, nesse momento, impõe-se fazer um parêntesis. Tentamos evidenciar até agora que o noticiário não espelha a realidade. Os jornais apenas debruçam-se

¹⁷⁵ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 89.

¹⁷⁶ SCHWIND, Hans-Dieter. **Kriminologie**: eine praxisorientierte Einführung mit Beispielen. 7ª ed. Heidelberg: Kriminalistik Verlag, 1996, p. 238-239.

¹⁷⁷ GLASNER, Barry. **Cultura do medo**. Tradução: Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2003, p. 31.

¹⁷⁸ Ao analisar a edição de *O Globo* de 5 de janeiro de 2002, BATISTA conclui que “quase 80% do noticiário desta edição sobre o país e o Rio é criminal ou judicial.” BATISTA, Nilo. **Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 7, nº 12, p. 271-288, 2º semestre de 2002, p. 2 83.

¹⁷⁹ NATALINO, Marco Aurélio Carvalho. **O discurso do telejornalismo de referência**: criminalidade violenta e controle punitivo. São Paulo: Método, 2007, p. 139.

sobre alguns fatos sociais e, a partir deles, “pintam” um “quadro da realidade”, de acordo com a lógica do processo produtivo da notícia ou conforme os interesses dos “grandes atores” do setor de comunicações. Por conseguinte, também o próprio retrato da criminalidade e do criminoso na mídia não é um espelho do real e nos apresenta apenas uma “imagem” do que seria a delinquência e de como ela se manifestaria na sociedade.

Nesse sentido, é esclarecedor o exemplo citado por Glasner, referente à cobertura de assassinatos no noticiário americano entre 1990 e 1998: embora o índice de homicídios tivesse diminuído 20% nesse período, o número de notícias sobre assassinatos aumentou 600% (sem contar as matérias sobre O. J. Simpson).¹⁸⁰ Ou seja, ainda que não houvesse, em tese, motivo para temer o “aumento da criminalidade”, os meios de comunicação, através da exploração de fatos violentos em seus noticiários, acabaram produzindo uma representação equivocada da realidade. Permaneceu a impressão de um aumento exponencial da criminalidade violenta.

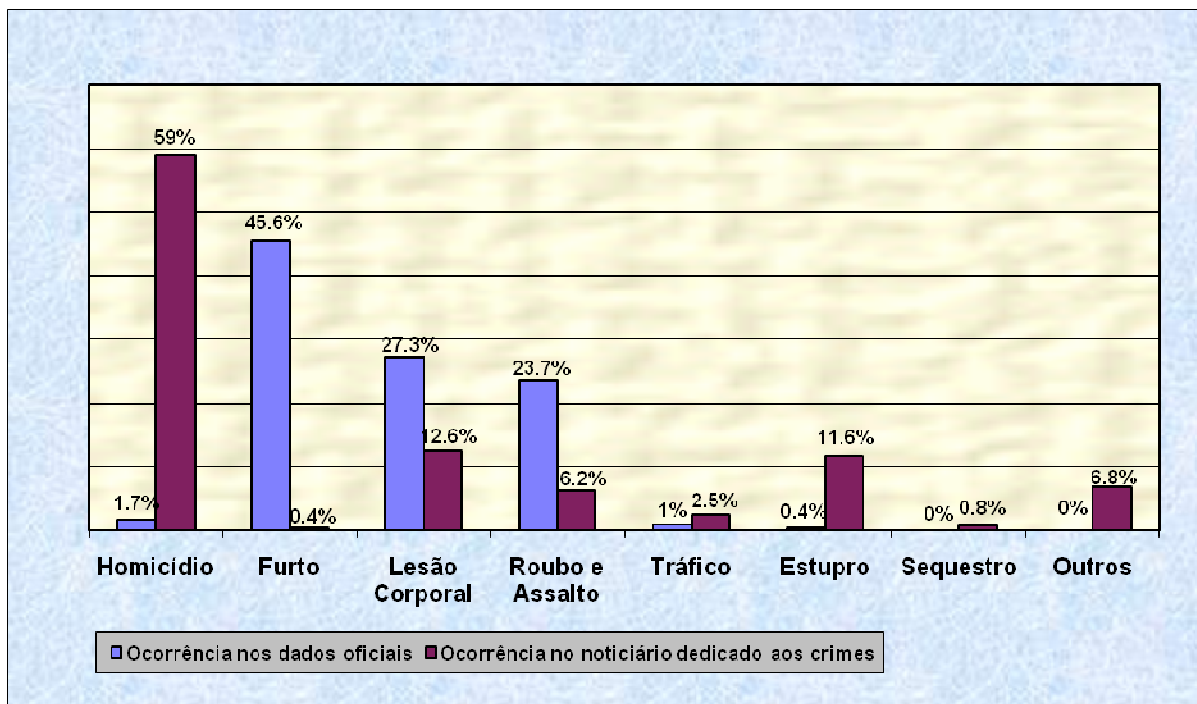
Com o intuito de contrapor o “retrato simbólico da criminalidade” nos meios de comunicação com os dados das estatísticas oficiais no Brasil — o que chamaríamos também apenas de uma “aproximação da realidade”, tendo em vista que as estatísticas oficiais são incapazes de registrar todas as infrações penais, conforme demonstram pesquisas de cifra negra — o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD) registrou a programação de 27 telejornais, das sete emissoras de televisão aberta (SBT, Globo, Bandeirantes, Record, Manchete, CNT, TV Cultura), no período de 2 a 8 de agosto de 1998.¹⁸¹ Durante esse tempo, “assistiu-se a 1211 cenas de crime nos noticiários nacionais, dos quais 714 (59%) foram homicídios, 153 (12,6%) lesões corporais e 141 (11,6%) estupros”.¹⁸² A comparação da quantidade e qualidade das notícias-crime com os dados oficiais indica uma evidente distorção,¹⁸³ que procuramos evidenciar pelo seguinte gráfico:

¹⁸⁰ GLASNER, Barry. **Cultura do medo**. Tradução: Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2003, p. 31.

¹⁸¹ ILANUD. **Crime e TV**. São Paulo: ILANUD, 2001.

¹⁸² **Ibid.**, p. 46-47.

¹⁸³ **Ibid.**, p. 31.



Na semana de análise, de fato, os delitos mais explorados foram marcados pela violência. E, embora, a proporção exata dos crimes encenados nos telejornais daquele período de pesquisa não seja generalizável, não há como abstrair que os meios de comunicação apresentaram uma versão completamente distorcida da criminalidade oficialmente registrada. O que é possível afirmar, segundo os pesquisadores, é que

(...) um reduzido número de histórias de crime (certamente uma porcentagem ínfima relativamente aos casos reais) ser responsável por um elevado número de cenas em televisão, dando uma aparente dimensão elevada ao crime que representam — as designadas ‘ondas’ do crime” — e configurando uma realidade simbólica de crime sem paralelo na vida real.¹⁸⁴

As pesquisas demonstram, portanto, que o noticiário sobre violência alcança um lugar de destaque nos meios de comunicação, inclusive no Brasil. Embora a criminalidade violenta não configure a maior parcela dos crimes cometidos no âmbito social, os meios de comunicação a retratam como se fosse amplamente dominante. O resultado é a super-representação dos delitos violentos: eles são retratados numa proporção superior a sua significância no conjunto dos desvios penais efetivamente

¹⁸⁴ ILANUD. **Crime e TV**. São Paulo: ILANUD, 2001, p. 58.

praticados.

Além disso, o retrato midiático induz a crença de que a “questão criminal” se restringe quase exclusivamente à criminalidade violenta — a não ser em momentos excepcionais, nos quais surge um escândalo envolvendo crimes de “colarinho branco”. Resta-nos concluir, portanto, que a exploração econômica da curiosidade do público, em última instância, cria e reforça uma falsa representação da delinquência no imaginário social.

2.2.2 O retrato do delinquente

Os fatos dramáticos possuem um elevado valor/notícia, pois interessam o público e aumentam a tiragem do jornal ou a audiência dos meios de radiodifusão. Pragmaticamente, resulta a “serialização dos eventos catastróficos” que, nas palavras de Sodré, “alimenta uma estetização jornalística da vida cotidiana, que transforma o mundo num imenso teleteatro de acontecimentos sinistros.”¹⁸⁵

A apresentação desses acontecimentos no noticiário sujeita-se à lógica da produção noticiária. O jornalista deve retratar um acontecimento dentro de determinados limites espaciais ou temporais, de modo que seja facilmente assimilável por parte do público e que manifeste um potencial de entretenimento para a audiência.

Nesse ponto, a técnica narrativa é uma ferramenta amplamente utilizada. O acontecimento é contado como se fosse uma história “fechada em si” — com início, meio e fim. De preferência, o fato é narrado como “tragédia” — lembremos que, na rotina jornalística, as “más notícias” são sempre “boas notícias”. E como “a tragédia é mítica, é autônoma, não remete a nada fora de si, converte-se em símbolo de algo (violência, infelicidade, maldade ou vício)”,¹⁸⁶ não requer maior contextualização histórica, facilitando o trabalho do jornalista e a assimilação por parte da audiência.

A partir da dramatização e do recurso ao sentimental, portanto, um fato social “normal” — como o desastre natural, o acidente, o delito — pode se transformar em

¹⁸⁵ SODRÉ, Muniz. A sedução dos fatos violentos. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, n°1, p. 207-214, 1º semes tre de 199, p. 212.

¹⁸⁶ CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da liberdade**. Tradução: Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2005, p. 208.

algo “anormal” na cadeia produtiva do jornalismo. Não há como negar que o crime harmoniza perfeitamente com os elementos da tragédia, pois

O fato delitivo participa dessa mítica substância da tragédia: “seu drama, sua magia, seu mistério, sua estranheza, sua poesia, seu caráter tragicômico, seu poder de compreensão e de identificação, o sentimento de fatalidade que o habita, seu excesso e sua gratuidade”.¹⁸⁷

Além de trabalhar com uma história “fechada em si”, as narrativas jornalísticas também empregam personagens estereotipadas, de fácil compreensão do público. Por conseguinte, os retratos midiáticos dos fatos puníveis estruturam-se, geralmente, com base na dicotomia do “bem” e do “mal”.¹⁸⁸ É delineada uma nítida fronteira entre dois personagens possíveis: Em contraposição ao cidadão honesto e trabalhador, o autor do fato violento — a criminalidade por excelência nos meios de comunicação — é representado como a corporificação do “mal”, que deve ser combatido com todos os meios. Entre suas possíveis qualificações encontramos os termos “criminoso”, “bandido”, “vagabundo”, “malandro”, “maníaco”, “doente mental”, “lixo”, “não pessoa”, etc.

Para fins de ilustração de uma notícia que elevou um fato “ordinário” a um acontecimento “extraordinário”, convém reproduzir um caso citado por Darnton, no qual a única informação à disposição do jornalista era um boletim de ocorrência que registrava o roubo da bicicleta de um menino no parque. A transformação dessa informação em notícia produziu uma matéria no seguinte estilo:

Todas as semanas, Billy guardava sua mesada de 25 centavos em seu porquinho. Ele queria comprar uma bicicleta. O grande dia finalmente chegou. Ele escolheu uma brilhante Schwinn vermelha, e saiu com ela para dar uma volta pelo parque. Durante uma semana, todos os dias ele pedalava **orgulhosamente** pelo mesmo caminho. Mas ontem três **desordeiros** caíram sobre ele no meio do parque. **Arrancaram-no** da bicicleta e fugiram com ela. **Machucado e sangrando**, Billy **se arrastou** para casa, até o pai, George F. Wagner, 43 Elm Street. ‘Não se preocupe, filho’, disse seu pai. ‘Vou lhe comprar uma nova bicicleta, e você pode usá-la para distribuir jornais e ganhar o dinheiro para me reembolsar.’ Billy espera começar o trabalho logo. Mas **nunca mais irá pedalar de novo**

¹⁸⁷ CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Tradução: Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2005, p. 208.

¹⁸⁸ Compare nesse sentido, CASTRO, Lola Aniyar de. Obra citada.; SCHWIND, Hans-Dieter. **Kriminologie**: eine praxisorientierte Einführung mit Beispielen. 7 ed. Heidelberg: Kriminalistik Verlag, 1996, p. 240ss.

pelo parque.¹⁸⁹ (grifamos)

A matéria redigida foi nitidamente floreada e dramatizada, principalmente através da utilização de figuras de linguagem. Recorreu-se a sentimentos (coitado do menino bonzinho; malvados e cruéis desordeiros) e figuras corriqueiras (economias do porquinho). Manifestou-se de forma clara uma cisão entre o “cidadão do bem”, que poupa para adquirir honestamente o que deseja, e o “monstro do mal”, que não respeita a propriedade alheia. Por fim, ficou a mensagem implícita: cuidado ao pedalar no parque, pois é um lugar perigoso!

Outro exemplo de construção de significados preconceituosos na mídia encontra-se na análise de Mendonça de uma sequência de reportagens sobre arrastões nas praias cariocas. O autor indica que, a partir de 1992, os meios de comunicação começaram a associar o fenômeno do arrastão aos frequentadores de bailes “funk” do subúrbio carioca. As narrativas jornalísticas constroem então um perfil do jovem “funkeiro” como sendo “violento”, “praticante de arrastões”, “ligado ao tráfico e ao crime organizado”, como se fosse possível uma identidade homogênea de todas as pessoas que frequentam esses bailes. Várias reportagens enunciam ainda que, por medo de possíveis arrastões, os “banhistas de verdade” — a “classe média/alta” — abandonaram as tradicionais praias cariocas para se banhar em águas mais seguras, ao passo que aquelas praias agora são frequentadas por moradores de bairros distantes, que lá são “despejados” pelos ônibus. Mendonça denuncia com bastante clareza a “segregação social” que ocorre nas narrativas jornalísticas, com base na “discriminação racial e econômica”. De um lado, tem-se a “classe média/alta”, o “banhista”, os “frequentadores das praias cariocas”, e, por outro lado, confronta-se o “suburbano”, o “despejado”, o “funkeiro”.¹⁹⁰

Também Moretzsohn identifica que a mídia se vincula claramente ao preconceito e ao senso comum na configuração de suas matérias. O estudo de um caso concreto ocorrido em Portugal demonstra o quão facilmente os meios de comunicação aceitam e, sobretudo disseminam a distorção de um fato social, a partir de uma visão preconceituosa. Nesse caso específico, a pesquisa apressada

¹⁸⁹ DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 93-94.

¹⁹⁰ MENDONÇA, Kleber. A onda do arrastão. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 4, n° 7 e 8, p. 267-282, 1° e 2° semestres de 1999.

de um incidente na praia de Carcavelos, em Cascais, levou a mídia a divulgar que 500 negros, entre 12 e 20 anos, promoveram um arrastão na referida praia, roubando e agredindo tudo e todos que encontraram em seu caminho. Todavia, a investigação cautelosa do fato social, na verdade, teria apontado para uma versão muito diferente: por motivos desconhecidos, iniciou-se um tumulto naquela praia, que então se espalhou rapidamente, causando caos e correria generalizados. Resta evidenciado, na opinião da autora, que para a mídia não interessa se os fatos são reais ou não, “basta que estejam adequados à expectativa do público (...) [uma vez que as] interpretações estão prontas [e] a máquina da informação precisa apenas funcionar.”¹⁹¹

O delinquente estereotipado, na maioria dos discursos jornalísticos, é descrito como “(...) alguém pertencente às classes subalternas, de condições afetivas e familiares precárias, agressivo, incapaz de incorporar-se com sucesso ao aparato produtivo (...)”.¹⁹² O criminoso nos discursos midiáticos “é um inimigo de classe”.¹⁹³ A notícia constrói, portanto, não apenas uma imagem estereotipada e seletiva da delinquência, mas também do delinquente.¹⁹⁴

2.2.3 O dogma da pena

O discurso criminológico dominante nos meios de comunicação na sociedade capitalista parece manifestar um verdadeiro “credo criminológico”:¹⁹⁵ o noticiário criminal tende a afirmar o “dogma da pena” e o “dogma da criminalização provedora”, deixando transparecer a fé no projeto teórico do sistema penal vigente.

¹⁹¹ MORETZSOHN, Sylvia. De Carcavelos ao Leblon: arrastões do preconceito. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 11, n° 15/16, p. 359-368, 1° e 2° semestres de 2007, p. 367.

¹⁹² CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Tradução: Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2005, p. 215.

¹⁹³ **Ibid.**, p. 217.

¹⁹⁴ Compare nesse sentido também CASTRO, Lola Aniyar de. Obra citada, p. 233-234.; SCHWIND, Hans-Dieter. **Kriminologie: eine praxisorientierte Einführung mit Beispielen**. 7 ed. Heidelberg: Kriminalistik Verlag, 1996, p. 240ss.

¹⁹⁵ De acordo com formulação trazida por BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 7, n° 12, p. 271-288, 2° semestre de 2002.

O núcleo irradiador desse credo criminológico é a ideia da “pena” como “remédio universal” para a solução de “conflitos sociais” e, nesse ponto, não importa qual o fundamento teórico que a legitime: “todo e qualquer discurso legitimante da pena é bem aceito e imediatamente incorporado à massa argumentativa dos editoriais e das crônicas.”¹⁹⁶

A mídia enxerga os fenômenos sociais através da lente ideológica da “equação penal”. Se estiver presente um delito, então deve resultar uma pena. De acordo com Nilo Batista, o primeiro reflexo da fé nessa equação penal é o “hábito mental” de achar que “se a desgraça sobreveio, é certo que houve infração”.¹⁹⁷ Trocando em miúdos: se houve o “fato violento” é porque houve um “crime”, não há como se cogitar uma hipótese alternativa.

Mas essa conclusão simplória manifesta um total desconhecimento sobre o Direito Penal, pois cientificamente apenas se pode falar na existência de um fato punível concreto quando se verifica uma ação típica, antijurídica e culpável.¹⁹⁸ Grosso modo, significa dizer o seguinte: Para que se configure a existência de um crime, não basta que a lei penal criminalize um determinado fato. Entre outros, é essencial que a ação ou omissão do sujeito se encontre em descompasso com o conjunto de proibições e permissões do ordenamento jurídico. Se, em tese, “matar alguém” é um homicídio, “matar alguém em legítima defesa” não constitui crime, pois é permitido expressamente pelo Código Penal. Além disso, também é necessário verificar a culpabilidade do sujeito, ou seja, deve-se investigar se na época o autor do fato tinha capacidade penal, se tinha consciência do injusto que cometeu, e se o comportamento conforme o direito era exigível. Assim, por exemplo, se o autor do fato era inimputável, se não sabia que a sua conduta era proibida ou se não tinha como agir de outro modo, então não se configura um fato punível. A comprovação de todos esses componentes do crime e a resolução da situação de dúvida em relação à aplicação da pena criminal dão-se através do processo penal que deve respeitar os mandamentos constitucionais-legais.

Mas a obediência a essas exigências na hora de resolver o “caso penal”

¹⁹⁶ BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 7, nº12, p. 271-288, 2º semestre de 2002, p. 273.

¹⁹⁷ **Id.**

¹⁹⁸ Compare, entre outros, SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal: parte geral**. 4ª ed. Curitiba: ICPC; Conceito, 2010.

manifesta uma segunda consequência da confiança na “equação penal” defendida na maioria dos discursos midiáticos. Batista salienta que nascem graves tensões entre o “delito-notícia” que impõe a “pena-notícia” e a necessidade de respeitar o devido processo legal, a plenitude de defesa, a presunção de inocência e outras garantias do Estado Democrático de Direito.¹⁹⁹ É possível identificar que, em muitos casos, a mídia influencia os aplicadores do direito e repercute diretamente no processo penal, ocorrendo uma verdadeira flexibilização das garantias e dos direitos fundamentais dos envolvidos.²⁰⁰

Isso ficou muito claro no “Caso Nardoni”, pois apesar dos argumentos jurídicos, o Judiciário não teve receio de expedir uma ordem de prisão manifestamente ilegal, com base nos seguintes argumentos.²⁰¹

(...) No presente caso concreto, ainda que se reconheça que os réus possuem endereço fixo no distrito da culpa, posto que, como noticiado, o apartamento onde os fatos ocorreram foi adquirido recentemente pelos mesmos para ali estabelecerem seu domicílio, com ânimo definitivo, além do fato de Alexandre, como provedor da família, possuir profissão definida e emprego fixo, além de não ostentarem outros antecedentes criminais e terem se apresentado espontaneamente à Autoridade Policial para cumprimento da ordem de prisão temporária decretada anteriormente, isto somente não basta para assegurar-lhes a manutenção de sua liberdade durante todo o transcorrer da presente ação penal (...)

Na visão deste julgador, prisão processual dos acusados se mostra necessária para garantia da ordem pública, objetivando acautelar a credibilidade da Justiça em razão da gravidade e intensidade do dolo com que o crime descrito na denúncia foi praticado e a repercussão que o delito causou no meio social (...)

A fundamentação dessa decisão absurda está, entre outros, na seguinte transcrição do pensamento de Nucci:

Crimes que ganham destaque na mídia podem comover multidões e provocar, de certo modo, abalo à credibilidade da Justiça e do sistema penal. Não se pode, naturalmente, considerar que publicações feitas pela imprensa sirvam de base exclusiva para a decretação da prisão preventiva.

¹⁹⁹ BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 7, n°12, p. 271-288, 2° semestre de 2002, p. 273.

²⁰⁰ ANDRADE, Fabio Martins de. **Mídi@ e poder judiciário**: a influência dos órgãos da mídia no processo penal brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.; BATISTA, Nilo. Obra citada, p. 273-274.

²⁰¹ As informações foram obtidas no **Blog (Golpe de Estado**. Disponível em: <<http://goolpedeestado.blogspot.com/2008/05/priso-ilegal-do-casal-nardoni.html>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

Entretanto, não menos verdadeiro é o fato de que o abalo emocional pode dissipar-se pela sociedade, quando o agente ou a vítima é pessoa conhecida, fazendo com que os olhos se voltem ao destino dado ao autor do crime. Nesse aspecto, a decretação da prisão preventiva pode ser uma necessidade para a garantia de ordem pública, pois se aguarda uma providência do Judiciário como resposta a um delito grave... (GUILHERME DE SOUZA NUCCI, “Código de Processo Penal Comentado”, Ed. RT, 6ª edição, SP, 2007, pág. 591, sem grifos no original).²⁰²

Resta, pois, evidenciada a lógica que impera no campo jornalístico e que aparentemente se impõe como pressão em face do Judiciário: se houve um crime, então a única solução possível é a aplicação da pena, sob perigo de se instalar a impunidade generalizada.

Se isso não fosse o suficiente, os meios de comunicação parecem acreditar também no “ideal” do sistema penal, pois suas imperfeições, em geral, são abordadas não dentro de uma perspectiva conjuntural, mas, ao contrário, os seus problemas são identificados, nas palavras de Batista,²⁰³ como “disfunções momentâneas e desvios ocasionais”.

Aqui, o melhor exemplo da fé mediática na pena consiste na prisão como agente ressocializador do desviante. Corroboram essa tese as seguintes narrativas jornalísticas:

3,1 mil detentos de SP recebem diploma (...) ‘O crescimento nas aprovações aponta uma maior dedicação dos presos nas unidades. É importante dar oportunidade a todos. O supletivo é o caminho também para a **reabilitação** do encarcerado. **Quando ele sair, vai ter mais chances no mercado**’, afirma a diretora de Supletivo da secretaria [de Estado da Educação], Elisabete Lunetta.²⁰⁴ (grifamos)

Presos são aprovados no vestibular de faculdade do RS. (...) Dois detentos do Presídio Estadual de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, foram aprovados no vestibular e vão estudar administração e turismo. (...) ‘Isso é importante, porque **mostra que as pessoas podem mudar**’, afirma Carmen [Diretora do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do presídio]. Segundo ela, **os presos freqüentam com determinação as turmas do núcleo educacional**. ‘Eles [os detentos] consideram a escola uma porta de

²⁰² Conforme o **Blog (Gol)pe de Estado**. Disponível em: <<http://goolpedeestado.blogspot.com/2008/05/priso-ilegal-do-casal-nardoni.html>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

²⁰³ BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 7, nº12, p. 271-288, 2º semestre de 2002, p. 274.

²⁰⁴ G1. 3,1 mil detentos de SP recebem diploma. **Globo.com**. 30 de maio de 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL584178-5604,00-MIL+DETENTOS+DE+SP+RECEBEM+DIPLOMA.html>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

liberdade. Agora nas férias há 97 alunos estudando. Os dois que passaram no vestibular levantam a **auto-estima** de outros vestibulandos', diz.²⁰⁵ (grifamos)

Detento recebe prêmio por melhor redação (...) Na sala de aula do Centro de Detenção e Ressocialização (CDR) de Londrina, um pequeno cartaz diz: 'Se você não puder realizar grandes coisas, procure realizar pequenas coisas de maneira grandiosa'. A lição foi aprendida por Anderson Cândido Sales, 26 anos. ***Ele não foi vencido pelas grades e procurou pela educação construir passo a passo a mudança de seu destino.*** Ontem, o detento teve mais uma prova de que seu caminho está correto. Sua redação foi escolhida a melhor entre 400 inscritas no concurso promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Londrina (Sintracom). Participaram do concurso estudantes das escolas públicas da cidade.²⁰⁶ (grifamos)

As manchetes transcritas demonstram o quanto os meios de comunicação acreditam no projeto técnico-corretivo da prisão. Embora geralmente iniciem as matérias com suspiros de lamentação, diante do quadro conjuntural do sistema prisional brasileiro, na conclusão dirigem seu olhar para a utopia, indicando frequentemente algumas instituições-modelo que deveriam ser seguidas.

Nesse sentido, também a abertura do programa "Cidades e Soluções" da "Rede Globo", de 21 de outubro de 2007, promete a apresentação de "algumas experiências bem sucedidas de ressocialização de presos" no Brasil. Logo no início, a voz dramática do repórter denuncia o custo mensal de manutenção de um preso na penitenciária, equivalente à R\$ 1.000,00. Em seguida, indaga sobre o retorno deste investimento, sem, no entanto, oferecer uma resposta imediata.

Em seguida, critica arduamente a realidade prisional do país, pois na maioria dos presídios os presos ficam simplesmente encarcerados, na "ociosidade", "sem fazer nada", sem utilizar seu tempo com qualquer "atividade produtiva útil" — pois "somente 20% dos presos brasileiros trabalham" —, deixando a prisão pior do que quando lá adentraram. Não obstante, afirma que uma metodologia corretiva alternativa é possível. Cita, entre outros exemplos, o "Complexo Penitenciário de Bangu", que conta com uma fábrica de tijolos ecológicos no interior da própria

²⁰⁵ HARNIK, Simone. Presos são aprovados no vestibular de faculdade no RS. **Globo.com**. 22 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL269422-5604,00-PRESOS+SAO+APROVADOS+NO+VESTIBULAR+DE+FACULDADE+DO+RS.html>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

²⁰⁶ ARAÚJO, Fernando. Detento recebe prêmio por melhor redação. **Gazeta do Povo**. 06 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=773502>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

prisão. São enumerados os resultados econômicos e as vantagens ambientais desse empreendimento. Na sequência, é entrevistado um dos vinte presos, que foi selecionado para trabalhar na produção de tijolos por causa de seu bom comportamento. Agora ele recebe um salário de R\$ 320,00 e a cada três dias trabalhados lhe é remido um dia de pena. Diante da câmera, o preso exprime sua felicidade de “poder se sentir útil” em decorrência do trabalho. Afirma a importância do empreendimento produtivo, pois é necessário que a sociedade estenda as mãos àqueles que reconhecem ter errado na vida.

São apresentados ainda outros exemplos bem sucedidos de ressocialização de presos no Brasil. Mas no final, o jornalista resume a matéria, com a seguinte conclusão: “No programa de hoje você viu que é muito mais inteligente aproveitar a mão de obra carcerária, ressocializando os presos, reduzindo custos e penas, do que promover o desperdício e a ociosidade nas prisões do Brasil.”²⁰⁷

Trata-se então de um típico exemplo da crença no dogma penal, principalmente de profissão de fé na instituição prisional: a ressocialização seria possível e sua concretização dependeria apenas de programas de correção adequados. Além disso, na perspectiva do “unir o útil ao agradável”, os programas corretivos poderiam trazer benefícios não só aos presos, mas também à sociedade, através da exploração da mão de obra da população carcerária.

2.2.4 O dogma da criminalização provedora

Ao lado da crença no dogma da pena, há também a “fé no dogma da criminalização provedora”. A mídia transmite a impressão de que a criminalização de determinados atos “resolveria” os problemas sociais subjacentes²⁰⁸ — como se as pessoas fossem abster-se da prática de certas ações por causa da existência da lei penal. A visão de que qualquer legislação com pretensão de eficácia deve conter no mínimo um dispositivo penal aplaude o inchaço do sistema penal. Ao mesmo tempo,

²⁰⁷ CIDADES E SOLUÇÕES. Ressocialização de presos. **Rede Globo**. 21 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM745592-7823-RESSOCIALIZACAO+DE+PRESOS,00.html>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

²⁰⁸ BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 7, n°12, p. 271-288, 2º semestre de 2002, p. 274.

essa perspectiva ignora formas alternativas de solução de situações de “negatividade social”, reforçando a ideia de que a “única” política criminal “possível” seria a “política criminalizadora”.

Por conseguinte, diante de certos problemas sociais, os meios de comunicação reivindicam a atuação do poder legislativo e toda e qualquer lei criminalizadora é recepcionada calorosamente, ou pelo menos sem o enfoque crítico necessário. É válida a indagação de Batista:

(...) alguém se recorda da última vez em que a promulgação de uma lei criminalizante foi objeto de crítica pela imprensa? Também aqui pouco importa que a criminalização provedora seja uma falácia, uma inócua resposta simbólica (com efeitos reais) atirada a um problema real (com efeitos simbólicos).²⁰⁹

Assim, por exemplo, o programa “Globo Repórter” assumiu, em março de 2001, um discurso reivindicador da criminalização do assédio sexual. Embora nenhum dos atos retratados na reportagem fosse penalmente relevante, pelo menos à época, empreendeu-se todo um trabalho nos moldes clássicos do jornalismo investigativo, anunciando-se no desfecho da matéria que a “lei criminalizadora estaria por vir”. E, de fato, em maio de 2001, foi promulgada a lei n.º 10.224, para “solucionar” o sofrimento das pessoas assediadas. Um exemplo típico da fé na criminalização provedora, pois como Batista observa ironicamente “após 15 de maio de 2001, certamente desapareceu do país o interesse sexual de superiores hierárquicos por qualquer de seus subordinados.”²¹⁰

Outro caso ilustrativo da fé midiática na solução dos problemas sociais através da penalização consiste no discurso entusiástico relacionado à “Lei Seca” (Lei n.º 11.705/2008), que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias federais e impõe sanções aos condutores que ingeriram álcool antes de dirigir. Assim, por exemplo, em 20 de agosto de 2008, a “Folha Online” anunciava que, segundo uma pesquisa da Polícia Rodoviária Federal, “a lei seca provocou a diminuição de 13,6% de acidentes com mortos nas estradas federais. (...) [Acrescentou ainda que] o país economizou R\$ 48,4 milhões nos últimos 60 dias,

²⁰⁹ BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 7, n.º 12, p. 271-288, 2.º semestre de 2002, p. 274.

²¹⁰ **Ibid.**, p. 279-280.

período de vigência da nova lei.”²¹¹ A mensagem da reportagem é clara: graças à “Lei Seca” muitas pessoas deixaram de beber antes de dirigir nas rodovias e, por conseguinte, inúmeras pessoas deixaram de morrer. Mas os benefícios não param por aí, pois também o erário público deixou de gastar quase cinquenta milhões de reais com algo que — como se percebe pela estatística oficial — era perfeitamente evitável.

Também em janeiro de 2009, a “Folha Online” reforça a fé na criminalização provedora. Um artigo destinado a trazer um “balanço” após pouco mais de meio ano de vigência legislativa,²¹² procura associar a redução variada de índices de mortes no trânsito à Lei Seca. Embora o artigo mencione algumas ressalvas de “especialistas” em relação à Lei Seca, nada melhor para demonstrar a tônica que rege toda a fala jornalística do que a seguinte frase:

O conjunto dos diversos balanços (...) embora não tenham rigor científico/estatístico, é um forte indício dos efeitos positivos até porque houve uma alta de 8% da frota em São Paulo e de 11% no Brasil em um ano — que tenderia a elevar os acidentes. (grifamos)

Além disso, o artigo é finalizado com um tópico intitulado “*Faz efeito*” que traz as seguintes citações de médicos manifestando-se com entusiasmo sobre os supostos efeitos positivos da Lei Seca:

Nunca antes houve um impacto na rede de saúde tão intenso como com essa lei. De repente **apareceu um remédio** e já se percebe que fez algum efeito. Se alguém deu só a primeira dose e outro deu dez doses, não vem ao caso. Mas é um remédio **que faz efeito**. [citação de Alberto Francisco Sabbag, médico da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego] (grifamos)

Alguma coisa tinha que ser feita. Valeu a pena e bastante, principalmente pela redução bárbara no primeiro momento. [citação de Vilma Leyton, ex-perita do IML paulista, toxicologista e professora da Faculdade de Medicina da USP] (grifamos)

A Folha Online evidentemente é apenas um entre inúmeros jornais brasileiros.

²¹¹ FOLHA ONLINE. Brasil economiza R\$ 48,4 milhões com lei seca em 2 meses, diz pesquisa. **Folha.Com**. 20 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u435923.shtml>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

²¹² ALENCAR, Izidoro. Balanço de índices após lei seca indica queda de vítimas. **Folha.com**. 18 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u491398.shtml>>. Último acesso em: <10 de dezembro de 2010>.

A fala proferida em favor da criminalização provedora, no entanto, é representativa da tendência dominante do credo criminológico nos meios de comunicação. A princípio, a mídia festejou os efeitos aparentemente positivos da lei criminalizadora sobre o comportamento da população brasileira — ainda que não haja comprovação científica nesse sentido. O que importa é que veio uma norma para resolver o problema das mortes violentas no trânsito. E é nesse mito que grande parte da mídia acredita.

3 UM ESBOÇO DE CRÍTICA INTERDISCIPLINAR AO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE A “QUESTÃO CRIMINAL”

O discurso criminológico dominante nos meios de comunicação revelou-se construtivo de um retrato seletivo e discriminatório da “questão criminal” — a “delinquência” se resume à “criminalidade violenta” e o “delinquente” é corporificado no “socialmente marginalizado”. Além disso, as narrativas jornalísticas, através da profissão de seu “credo criminológico”, advogam implícita ou explicitamente em favor do dogma da pena e da criminalização provedora, propondo, reivindicando ou legitimando, em última análise, uma resposta penal aos conflitos sociais.

Diante desse quadro discursivo, pretendemos ensaiar uma crítica interdisciplinar que se destina a revelar os “elementos-obstáculo” à superação do modelo de “Estado Penal”. Com esse intuito, tentaremos transitar em seguida, sem qualquer pretensão exaustiva, pela Criminologia, pela Psicanálise e pelas Ciências Sociais e Políticas.

3.1 Um discurso desprovido de fundamentação criminológica

Uma análise crítica dos discursos midiáticos sobre a “questão criminal” deve se iniciar a partir da Criminologia. É necessário verificar em que medida a visão sobre a criminalidade e a política criminal proposta pelos discursos midiáticos têm alguma fundamentação criminológica. Para tanto, devemos confrontá-los com as principais teorias da criminalidade e da criminalização.

3.1.1 Teorias da criminalidade: um panorama das perspectivas criminológicas

As teorias criminológicas que trabalham o tema da criminalidade podem ser classificadas, grosso modo, em duas grandes categorias: por um lado, as teorias etiológicas, que compreendem a criminalidade como realidade ontológica e causalmente explicável, e, por outro lado, as teorias do “labeling”, que percebem a criminalidade como realidade socialmente construída. Além disso, é possível

proceder a uma subclassificação entre microteorias, relacionadas às pessoas, e macroteorias, relacionadas à sociedade.²¹³

Peter-Alexis Albrecht propõe a classificação sistemática das diversas teorias criminológicas de acordo com esses quatro parâmetros fundamentais: a análise das múltiplas perspectivas deve levar em conta (a) o princípio etiológico-individualizante, (b) o princípio etiológico sócio-estrutural, (c) o princípio do “labeling”, e (d) o princípio do “labeling” teórico-socialmente orientado.²¹⁴

3.1.1.1 O princípio etiológico-individualizante

As teorias etiológico-individualizantes acreditam na realidade ontológica da criminalidade e procuram sua causa na pessoa do criminoso, que é visto como portador de uma “personalidade deficitária”.²¹⁵

Dentre elas, as “teorias biológicas” identificam a causa da criminalidade no âmbito médico-terapêutico. Trata-se justamente do paradigma, no qual nasceu a Criminologia como disciplina autônoma, pois em sua vertente positivista exprime uma concepção patológica da delinquência e tem por objeto o “homem delinquente”, que teria características biológicas e psicológicas diversas do indivíduo “normal”. A tarefa da Criminologia seria encontrar tanto as causas da criminalidade na anomalia do sujeito delinquente (função teórica) quanto as formas possíveis de sua correção (função prática).²¹⁶

As “teorias da aprendizagem”, por sua vez, buscam a causa da delinquência no processo de socialização individual. As deficiências pessoais, que dão origem à criminalidade, não são mais consideradas de origem biológica. Decorrem de um processo de socialização defeituosa. Assim, o comportamento desviante é

²¹³ Compare, nesse sentido, ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: uma fundamentação para o Direito Penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Rio de Janeiro/Curitiba: Lumen Juris/ICPC, 2010, p. 40-41.

²¹⁴ **Ibid.**, p. 41-59.

²¹⁵ **Ibid.**, p. 41.

²¹⁶ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002, p. 29-32.

aprendido no processo social.²¹⁷

Na perspectiva dessas teorias etiológicas relacionadas às pessoas, a pena na sua função preventiva de comportamento desviante futuro pretende-se, sobretudo, curativa, re-educativa ou intimidadora.²¹⁸

3.1.1.2 O princípio etiológico sócio-estrutural

As teorias etiológico-sócio-estruturais procuram a causa da criminalidade na própria sociedade — não mais na pessoa do criminoso —, tomando como ponto de referência analítico determinadas características sociais estruturais de relevância, a exemplo da desigualdade social ou de conflitos culturais.²¹⁹

Dentre elas, a teoria da anomia e da criminalidade — introduzida por Durkheim e desenvolvida por Merton — critica o princípio do bem e do mal, e representa a primeira alternativa à concepção dos caracteres diferenciais biopsicológicos. Afirma que as causas do desvio não devem ser procuradas em fatores bioantropológicos e naturais, ou na situação patológica da estrutura social. O desvio consiste num fato social normal e funcional que apenas se torna anômico — ou seja, negativo para a estrutura social — além de um determinado limite.²²⁰ Na perspectiva mertoniana, o desvio é um produto normal da estrutura social, que tem sua origem numa possível contradição entre estrutura social e cultura. Existem metas culturalmente determinadas, assim como modelos de comportamentos institucionalizados para alcançá-las legitimamente. No entanto, há graus diversos de acesso a estes meios legítimos para atingir aquelas metas culturais. Diante desse descompasso, surge o comportamento desviante.²²¹ Ou seja, a anomia é a “crise da

²¹⁷ ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: uma fundamentação para o Direito Penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Rio de Janeiro/Curitiba: Lumen Juris/ICPC, 2010, p. 45-47.

²¹⁸ **Ibid.**, p. 47.

²¹⁹ **Ibid.**, p. 48-53.

²²⁰ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002, p. 59-62.

²²¹ **Ibid.**, p. 62-63.

estrutura cultural, que se verifica especialmente quando ocorre uma forte discrepância entre normas e fins culturais, por um lado, e as possibilidades socialmente estruturadas de agir em conformidade com aquelas, por outro lado.”²²²

Por outro lado, a “teoria da subcultura” se fundamenta na tese da relatividade da cultura. A investigação sociológica denuncia que, além dos valores e regras comuns, também existem valores e regras específicas de grupos em uma sociedade. A subcultura é então “um sistema social de comportamento e de valor, que existe separado da cultura dominante, mas, não obstante, é parte dela.”²²³ Pesquisas, como por exemplo a de Albert Cohen sobre a delinquência de bandos de adolescentes, indicam a busca de “status” dentro de determinado grupo como decisiva para a gênese de modelos de comportamento desviante.²²⁴

As teorias etiológicas relacionadas à sociedade abandonam, portanto, a noção de patologia do criminoso e afirmam a normalidade da criminalidade sob determinadas circunstâncias sociais. Mas, embora busquem as causas da criminalidade na sociedade, ainda percebem o desvio como qualidade do comportamento individual.²²⁵

3.1.1.3 O princípio do “labeling”

As teorias do “labeling approach” apontam que a distinção entre comportamento criminoso e comportamento lícito depende da definição legal numa dada sociedade concreta. Nesse paradigma, portanto, a qualidade de “delinquente” não existe “per se”, mas é atribuída pelas instâncias oficiais de controle social, ou

²²² BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002, p. 63.

²²³ ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: uma fundamentação para o Direito Penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Rio de Janeiro/Curitiba: Lumen Juris/ICPC, 2010, p. 50.

²²⁴ **Id.**

²²⁵ **Ibid.**, p. 52.

seja, é o sistema de justiça criminal que constitui a criminalidade.²²⁶ A pesquisa do “labeling approach” se dirige então ao estudo da definição do desvio de certos comportamentos e indivíduos, bem como ao estudo da formação da “identidade desviante” e do “desvio secundário” (efeito da rotulação de criminoso sobre o “desviante”).²²⁷

Nessa empreitada, a perspectiva do “labeling” começa a indicar as relações sociais de poder envolvidas nos processos de definição do crime e do criminoso. Ao nível legislativo, verifica-se que “os interesses estruturais dominantes precipitam-se na criação seletiva do Direito.”²²⁸ Também ao nível da persecução penal “a atribuição de definições de desvio ocorre em um processo que é dirigido pelo direito formal e por metarregras (regras informais, de “second code”) (por exemplo, critérios de suspeita da Polícia).”²²⁹ Assim, a probabilidade da persecução diminui na medida em que o sujeito difere do estereótipo do criminoso (o “marginal”). Além disso, a possibilidade de fugir da persecução penal depende também dos meios materiais de que o sujeito dispõe — ou seja, quem tem dinheiro consegue, por exemplo, disfarçar com mais facilidade os seus desvios ou contratar uma defesa técnica mais qualificada na hora de enfrentar a acusação.

Por fim, o “labeling” indica as consequências da rotulação sobre a identidade do indivíduo. Nesse sentido, Howard Becker, Edwin M. Lemert e Edwin M. Schur perceberam, em síntese, que a rotulação como desviante resulta na mudança da identidade social do indivíduo. O sujeito estigmatizado tende a permanecer no papel social que lhe foi atribuído. A constatação de que a detenção consolida a identidade desviante do condenado, bem como insere o indivíduo em carreiras criminosas, colocou em crise as funções preventivas da pena, em especial a sua finalidade re-

²²⁶ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002, p. 85-87.

²²⁷ **Ibid.**, p. 89.

²²⁸ ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: uma fundamentação para o Direito Penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Rio de Janeiro/Curitiba: Lumen Juris/ICPC, 2010, p. 55.

²²⁹ **Id.**

educativa, como será explicitado adiante.²³⁰

3.1.1.4 O princípio do “labeling” teórico-socialmente orientado e a perspectiva de luta política da criminologia crítica

Podemos considerar Sack um dos primeiros defensores, nos países de língua alemã, da ampliação teórico-social da perspectiva do “labeling”.²³¹ O autor compreende a criminalidade como realidade social produzida pelo Judiciário, ou seja, como qualidade atribuída pelos juízes a determinados indivíduos, conforme metarregras, com consequências jurídicas e sociais. A criminalidade não é um comportamento, mas um “bem negativo”, submetido a mecanismos de distribuição.²³²

Albrecht pontua que uma análise ampliada da criminalidade, a exemplo da empreendida por Sack,

(...) conduz a questionamentos, que ultrapassam claramente o âmbito do objeto da teoria tradicional do Labeling. Por um lado, através da análise dos processos legislativos, são destacados os subjacentes **interesses em controle e disciplina** que, por sua vez, dirigem o olhar para questões sobre **forma da Política e forma do Estado**. Necessariamente, o interesse de conhecimento dirige-se, ao mesmo tempo, para as instituições sociais básicas de **propriedade e trabalho**, assim como para suas **formas de imposição** e para as **necessidades de controle** disso resultantes.²³³ (grifos do próprio Albrecht)

Assim, para as teorias do “labeling” sócio-teoricamente orientadas, a noção de prevenção apenas faz sentido quando pensada em termos políticos, visando a transformação da sociedade e do papel estatal.²³⁴ Nesse sentido, podemos destacar a atuação de Baratta, cuja proposta de Criminologia crítica é de fundamental

²³⁰ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002, p. 89-92.

²³¹ ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: uma fundamentação para o Direito Penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Rio de Janeiro/Curitiba: Lumen Juris/ICPC, 2010, p. 57.

²³² BARATTA, Alessandro. Obra citada, p. 107-108.

²³³ ALBRECHT, Peter-Alexis. Obra citada, p. 58.

²³⁴ **Id.**

importância — sobretudo para países com profundas desigualdades sociais, como é o caso do Brasil.

De acordo com esse jurista-filósofo, a lenta passagem da Criminologia liberal à Criminologia crítica se inicia a partir do “labeling approach” e das teorias conflituais.²³⁵ Diz respeito a um movimento de construção de uma teoria materialista do desvio, dos comportamentos socialmente negativos e da criminalização.²³⁶

É uma perspectiva que opera a superação do paradigma etiológico e de suas implicações ideológicas, ou seja, nega o desvio e a criminalidade como realidades ontológicas pré-existentes à reação social e institucional, e não aceita as definições legais como individualização daquelas supostas realidades ontológicas.²³⁷ A criminalidade é considerada um “status” atribuído a determinados indivíduos, através da seleção dos bens penalmente tutelados e a tipificação dos comportamentos a eles lesivos, bem como da seleção dos indivíduos estigmatizados. A criminalidade é, de fato, um “bem negativo” distribuído desigualmente, de acordo com a ordem de prioridades estabelecida no sistema sócio-econômico e de acordo com a desigualdade social das pessoas.²³⁸

Baratta enaltece o enfoque macrosociológico dos mecanismos de controle social — em especial o processo de criminalização — como sendo o auge do momento crítico da ciência criminológica. Tomando o Direito Penal como sistema dinâmico de funções, a Criminologia crítica ressalta o estudo (a) da criminalização primária (produção das normas), (b) da criminalização secundária (aplicação das normas, desde os órgãos de investigação até o juízo), e (c) da execução da pena ou

²³⁵ As teorias conflituais tomam o “conflito” como chave interpretativa dos processos de criminalização. Negam o princípio do interesse social e do delito natural, tendo em vista que (a) os interesses penalmente tutelados são os interesses dos grupos com poder no processo de criminalização, e (b) a criminalidade consiste numa realidade social, construída pela criminalização. Tomando o conflito como modelo fundamental da sociedade, todos os delitos refletem determinados arranjos políticos e econômicos. (Compare, nesse sentido, BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002, p. 117ss.)

²³⁶ **Ibid.**, p. 159.

²³⁷ **Ibid.**, p. 161.

²³⁸ **Id.**

medida de segurança.²³⁹ E a análise dos processos de criminalização desmascarou o mito do Direito Penal como “direito igual”:

a) **o direito penal não defende todos e somente os bens essenciais, nos quais estão igualmente interessados todos os cidadãos**, e quando pune as ofensas aos bens essenciais **o faz com intensidade desigual** e de modo fragmentário; b) **a lei penal não é igual para todos, o status de criminoso é distribuído de modo desigual** entre os indivíduos; c) o grau efetivo de tutela e a distribuição do *status* de criminoso é independente da danosidade social das ações e da gravidade das infrações à lei, no sentido de que estas não constituem a variável principal da reação criminalizante e da sua intensidade.²⁴⁰ (*grifamos*)

No sistema penal se verifica a discriminação dos indivíduos provenientes dos estratos sociais mais fracos. Ao nível da criminalização primária, os conteúdos da lei penal refletem a cultura burguesa-individualista — há na legislação penal uma maior ênfase na proteção do patrimônio privado e nas formas de desvio típicos dos grupos sociais menos favorecidos. Já os “não conteúdos” da lei penal criam uma “zona de imunização” para comportamentos que são especialmente lesivos às classes subalternas. Ao nível da criminalização secundária, os preconceitos e estereótipos influem na ação dos órgãos investigadores e judicantes, tendo em vista que a criminalidade é procurada naqueles estratos sociais normalmente associados à delinquência.²⁴¹

O sistema penal de controle do desvio manifesta, portanto, a contradição entre igualdade formal dos sujeitos de direito e desigualdade substancial dos indivíduos.²⁴² O próprio Direito Penal reproduz e produz desigualdade social, porque a aplicação seletiva das sanções penais estigmatizantes, em especial a pena de prisão, é fundamental à conservação da escala vertical da sociedade. Por outro lado, a punição de determinados comportamentos ilegais disfarça um número maior de comportamentos ilegais imunes ao processo de criminalização.²⁴³ Assim,

²³⁹ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002, p. 161.

²⁴⁰ **Ibid.**, p. 162.

²⁴¹ **Ibid.**, p. 175-177.

²⁴² **Ibid.**, p. 164.

²⁴³ **Ibid.**, p. 166.

o cárcere representa (...) o ponto do *iceberg* que é o sistema penal burguês, **o momento culminante de um processo de seleção** que começa ainda antes da intervenção do sistema penal, com a discriminação social e escolar, com a intervenção dos institutos de controle do desvio de menores, da assistência social etc.²⁴⁴ (*grifamos*)

A análise macrossociológica revela, portanto, que nas sociedades capitalistas a população carcerária é fruto de um processo de seleção que tem como alvo principal a classe operária e as classes economicamente mais débeis, o que pode ser visto como evidente reflexo da desigual distribuição de bens e de oportunidades entre os indivíduos numa dada estrutura social.²⁴⁵ Diante dessa situação, Baratta propõe a elaboração de uma política criminal alternativa e radical, com base em quatro estratégias:²⁴⁶

a) Se o problema do desvio e da criminalidade deve considerar a estrutura geral da sociedade, então é necessário interpretar separadamente o comportamento socialmente negativo das classes dominantes e das classes subalternas. Há de se distinguir também uma “política penal” — limitada ao exercício da função punitiva — de uma “política criminal” — comprometida com a transformação social e institucional. E a “política criminal alternativa” subscrita por Baratta é radical: levando em consideração as contradições estruturais das relações sociais de produção, afirma a completa inadequação dos instrumentos do Direito Penal e reivindica uma política de grandes reformas sociais e institucionais.

b) O reconhecimento do Direito Penal como Direito desigual implica consequências, analisáveis sob duas perspectivas: b1) o “uso alternativo” do direito penal nas áreas de interesse essencial para a vida individual e comunitária (p.ex. saúde, meio-ambiente etc.), e b2) a contração máxima do sistema penal, através de um amplo projeto de despenalização, da substituição das sanções penais por formas de controle legal não estigmatizantes, da utilização de processos alternativos de socialização do controle do desvio, e de privatização dos conflitos (quando oportuno e possível).

c) A ciência sobre o fracasso técnico-corretivo da prisão e sua ineficácia em

²⁴⁴ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002, p. 167.

²⁴⁵ **Ibid.**, p. 106-107.

²⁴⁶ **Ibid.**, p. 200-205.

relação ao controle da criminalidade deve levar necessariamente à abolição do cárcere. A realização desse objetivo pode passar por etapas múltiplas e politicamente diferenciadas (p.ex. ampliação das medidas alternativas, a abertura do cárcere para a sociedade etc.).

d) A estratégia político-criminal radicalmente alternativa precisa atentar para a função da opinião pública e dos processos de legitimação do Direito Penal desigual, através de processos ideológicos e psicológicos. Nesse ponto, coloca-se como fundamental refletir sobre os discursos criminológicos nos meios de comunicação, tendo em vista a influência que exercem sobre o imaginário social da criminalidade e do criminoso.

3.1.2 Teorias de criminalização: um esboço crítico das teorias de legitimação da pena

As teorias de criminalização, por sua vez, são teorias que se destinam à legitimação da própria pena. Aqui os principais discursos teóricos se fundamentam nos princípios “retributivo”, “especial-preventivo” e “geral-preventivo”. Nesse campo, tanto a perspectiva dogmática quanto a perspectiva criminológica enumeram críticas significativas em relação às funções oficialmente atribuídas à sanção criminal.

3.1.2.1 A compensação de culpabilidade e a retribuição

Na teoria retributiva “o sentido da pena esgota-se, amplamente, na **compensação de culpabilidade** relacionada ao fato.”²⁴⁷ A pena estatal encontra seu sentido na “imposição de um mal *justo* contra o mal *injusto* praticado pelo autor”²⁴⁸. Ou seja, o injusto causado pelo delinquente é compensado através da retribuição de uma pena justa, a fim de reintegrar a ordem jurídica abalada pelo fato

²⁴⁷ ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: Uma Fundamentação para o Direito Penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Curitiba: ICPC; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 62.

²⁴⁸ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal**: parte geral. 4ª ed. Curitiba: ICPC; Conceito, 2010, p. 421.

culpável e com o intuito de realizar a justiça.²⁴⁹ Trata-se de uma teoria absoluta, porque “o sentido da pena é independente de, ‘desligado de’ (lat. absolutus = desligado de) seu efeito social.”²⁵⁰ Assim, a pena deve ser justa, isto é, corresponder em sua duração e dureza à gravidade do fato, mas não precisa ainda ser útil. A grande influência científica da teoria retributiva se explica, sobretudo, pela sua fundamentação filosófica com base no idealismo alemão, notadamente nas obras de Kant e Hegel.²⁵¹

No Direito Penal brasileiro, o princípio da retribuição encontra-se ancorado — ao lado do princípio da prevenção — no art. 59 do Código Penal, pois a fixação da pena-base pelo magistrado deve ocorrer “conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime”.²⁵² Em face dessa perspectiva expiatória ou compensatória da pena, contudo, parte da doutrina manifesta-se criticamente.

Roxin advoga pela insustentabilidade científica da teoria retributiva. Por um lado, a função do Direito Penal é a proteção subsidiária de bens jurídicos e, assim, uma pena livre de qualquer finalidade social é inadmissível por carecer de legitimação. O Estado, como instituição terrena, não é capaz de realizar a ideia metafísica da justiça. E nem mesmo teria legitimidade para tanto, já que seu poder não se sustenta mais com base na vontade divina, mas na soberania do povo. Por outro lado, a compensação de culpabilidade por si só não pode fundamentar a pena criminal, tendo em vista que seu pressuposto teórico de liberdade de vontade é indemonstrável.²⁵³

Nesse sentido, também Albrecht alerta sobre o consenso no âmbito da psiquiatria forense de que “a capacidade do autor de poder ter agido diferente no

²⁴⁹ Conforme ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia: Uma Fundamentação para o Direito Penal**. Tradução: Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Curitiba: ICPC; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 62-63; ROXIN, Claus. **Strafrecht: Allgemeiner Teil**. VI. I. 4ª ed. München: Verlag C.H. Beck, 2006, p. 70.

²⁵⁰ ROXIN, Claus. Obra citada, p. 70.

²⁵¹ ALBRECHT, Peter-Alexis. Obra citada, p. 62; ROXIN, Claus. Obra citada, p. 71.

²⁵² Art. 59 do Código Penal: “O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: I - as penas aplicáveis dentre as cominadas; II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos; III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade; IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.”

²⁵³ ROXIN, Claus. Obra citada, p. 73.

momento do fato, não pode ser comprovada com meios empíricos.”²⁵⁴ Não haveria então nenhuma demonstrabilidade empírica do fundamento da culpabilidade. Concorde o autor ainda que uma teoria penal absoluta – fundada apenas no ideal da Justiça – não se sustenta mais no interior do Estado Democrático de Direito: “A sentença judicial não seria mais dedutível de forma metafísica, mas subordinada aos princípios da **Constituição do Estado civil-democrático**.”²⁵⁵

Significa dizer, conforme síntese de Cirino dos Santos, que a imposição de um “mal” para compensar outro “mal” não consiste num método retributivo democrático, nem científico:

Não é democrático porque no Estado Democrático de Direito (a) o poder é exercido em nome do povo – e não em nome de Deus –, e (b) o Direito Penal tem por objetivo proteger bens jurídicos – e não realizar vinganças. Por outro lado, não é científico porque a *retribuição* do crime pressupõe um dado indemonstrável: a *liberdade de vontade* do ser humano, pressuposta no juízo de culpabilidade (...), não admite prova empírica. Assim, a pena como *retribuição* do crime fundamenta-se num dado indemonstrável: o mito de liberdade pressuposto na culpabilidade do autor.²⁵⁶

Apesar das debilidades do conceito de culpabilidade, os teóricos preocupados com o autoritarismo estatal e o inchaço do poder punitivo defendem a necessidade de fortalecer as “funções limitadoras da culpabilidade”²⁵⁷ para garantir a liberdade do cidadão. Sob esse viés, “a culpabilidade perde a antiga função de *fundamentação da pena*, que legitima o poder punitivo do Estado em face do indivíduo, para assumir a função atual de *limitação da pena*, que garante o indivíduo contra o poder punitivo do Estado”.²⁵⁸

²⁵⁴ ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: Uma Fundamentação para o Direito Penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Curitiba: ICPC; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 65.

²⁵⁵ **Id.**

²⁵⁶ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal**: parte geral. 4ª ed. Curitiba: ICPC; Conceito, 2010, p. 423.

²⁵⁷ ALBRECHT, Peter-Alexis. Obra citada, p. 65; ROXIN, Claus. **Strafrecht**: Allgemeiner Teil. VI. I. 4ª ed. München: Verlag C.H. Beck, 2006, p. 91ss.

²⁵⁸ SANTOS, Juarez Cirino dos. Obra citada, p. 423.

3.1.2.2 A pena como prevenção especial

Nas teorias penais relativas, ao contrário, a pena criminal se refere exclusivamente à prevenção de crimes futuros (lat. *referre* = referir-se a).²⁵⁹ Na perspectiva da “prevenção especial”, a pena evitaria o cometimento de atos criminosos intervindo sobre o “indivíduo desviante” por meio de dois processos simultâneos: (a) através da correção/ressocialização (o “tratamento”) do autor durante a execução penal (função de prevenção especial positiva), e (b) através da neutralização do sujeito, supostamente perigoso, na prisão para garantir a segurança da comunidade (função de prevenção especial negativa).²⁶⁰

No ordenamento jurídico pátrio encontramos a função de prevenção especial tanto na fase da aplicação quanto da execução da pena, pois (a) o juiz deve determinar a pena e sua modalidade de execução tendo em vista a prevenção de crimes futuros (art. 59, Código Penal) e (b) os sujeitos da execução penal devem realizar esse programa, bem como “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (Art. 1º, Lei de Execução Penal — Lei nº 7.210/1984).

Há, no entanto, diversas críticas dirigidas à função especial preventiva da pena. Antes de tudo, a perspectiva não fornece nenhum princípio de medida limitadora à sanção criminal. Assim, a consequência evidente da pena apenas especial-preventiva seria manter o condenado no cárcere até o momento em que se demonstre sua ressocialização.²⁶¹

Além disso, surgem questionamentos sobre o direito do Estado de educar ou tratar sujeitos com capacidade jurídica. Até que ponto o poder estatal pode intervir sobre pessoas adultas?²⁶² A pena de prisão representa de fato uma supressão de direitos que supera o mero direito de liberdade do sujeito. De acordo com Kunz, a execução terapêutica não deveria intervir sobre a autonomia do preso, facultando-

²⁵⁹ ROXIN, Claus. **Strafrecht**: Allgemeiner Teil. VI. I. 4ª ed. München: Verlag C.H. Beck, 2006, p. 74.

²⁶⁰ Compare, nesse sentido, ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: Uma Fundamentação para o Direito Penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Curitiba: ICPC; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 63, 67; SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal**: parte geral. 4ª ed. Curitiba: ICPC; Conceito, 2010, p. 424.

²⁶¹ ROXIN, Claus. Obra citada, p. 76.

²⁶² **Id.**

lhe a participação em programas de ressocialização,²⁶³ contrariamente a uma atitude paternalista do Estado que pretende o melhoramento do sujeito de acordo com seus próprios critérios morais.²⁶⁴

Roxin indica ainda outra fragilidade da perspectiva especial-preventiva: os autores que não necessitam de intervenção ressocializadora, como é o caso, por exemplo, dos sujeitos que praticaram crimes imprudentes ou ocasionais, não se encaixariam na teoria. Aqui não haveria como legitimar a pena criminal.²⁶⁵

Por outro lado, as pesquisas empíricas indicam amplamente um quadro negativo sobre o efeito especial-preventivo da sanção criminal.²⁶⁶ De forma conclusiva, Albrecht afirma que “é de se supor, no melhor dos casos, um não efeito e, no pior dos casos, um efeito contraprodutivo. [E] Isto vale especialmente para a pena privativa de liberdade.”²⁶⁷ Na opinião de Roxin, “a finalidade especial-preventiva, diante do insucesso permanente, torna-se também então sem sentido, quando se toma ela como teoricamente correta.”²⁶⁸

Nesse sentido, refletindo, sobretudo, a realidade da América Latina, Zaffaroni/Batista/Alagia/Slokar denunciam o ambiente carcerário como estruturalmente incompatível com qualquer pretensão teórica de melhoramento do condenado, pois

Os riscos de homicídio e suicídio em prisões são mais de dez vezes superiores aos da vida em liberdade, em meio a uma violenta realidade de motins, abusos sexuais, corrupção, carências médicas, alimentares e higiênicas, além de contaminações devido a infecções, algumas mortais, em quase 80% dos presos provisórios. Assim, a prisionização é feita para além da sentença, na forma de pena corporal e eventualmente de morte, o que leva ao paradoxo a

²⁶³ KUNZ, Karl-Ludwig. **Kriminologie**: eine Grundlegung. Bern: Haupt, 1994, p. 294.

²⁶⁴ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal**: parte geral. 4ª ed. Curitiba: ICPC; Conceito, 2010, p. 425; ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro**. VI I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 127.

²⁶⁵ ROXIN, Claus. **Strafrecht**: Allgemeiner Teil. VI. I. 4ª ed. München: Verlag C.H. Beck, 2006, p. 77.

²⁶⁶ PAVARINI, Massimo. **Un arte abyecto**: ensayo sobre el gobierno de la penalidad. Buenos Aires: Ad Hoc., 2006, p. 67-71; SANTOS, Juarez Cirino dos. Obra citada, p. 425, 442-446; ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Obra citada, p. 125-127.

²⁶⁷ ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: Uma Fundamentação para o Direito Penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Curitiba: ICPC; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 86.

²⁶⁸ ROXIN, Claus. Obra citada, p. 77. (tradução nossa)

impossibilidade estrutural da teoria.²⁶⁹

Diante do evidente fracasso teórico das funções de prevenção especial positiva, as ideologias “re” (ressocialização, re-educação, reinserção, repersonalização, reindividualização, reincorporação) “utilizam como argumento em seu favor a necessidade de serem sustentadas apenas para que não se caia num retribucionismo irracional, que legitime a conversão dos cárceres em campos de concentração.”²⁷⁰ Mas se a pena realmente devesse cumprir uma função de melhoramento, então as condições reais do sistema prisional acima referidos imporiam a não aplicação da pena.²⁷¹

3.1.2.3 A pena como prevenção geral

Na teoria da “prevenção geral”, a pena também se refere à prevenção de crimes futuros – eis o motivo pelo qual é classificada como outra teoria relativa e preventiva. Mas nessa perspectiva, a pena toma como foco não o indivíduo desviante (prevenção “especial”), mas a sociedade como um todo (prevenção “geral”). A finalidade da pena está na “influência da coletividade que, através das ameaças penais e da execução penal, deve ser instruída sobre as proibições legais e deve ser desestimulada de sua infração.”²⁷²

A função clássica da prevenção geral em sua vertente negativa (função de “prevenção geral negativa”) é exercida através da intimação penal,²⁷³ de acordo com

²⁶⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro**. VI I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 126.

²⁷⁰ **Id.**

²⁷¹ **Id.**

²⁷² ROXIN, Claus. **Strafrecht: Allgemeiner Teil**. VI. I. 4ª ed. München: Verlag C.H. Beck, 2006, p. 78. (tradução nossa)

²⁷³ ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia: Uma Fundamentação para o Direito Penal**. Tradução: Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Curitiba: ICPC; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 68.; SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal: parte geral**. 4ª ed. Curitiba: ICPC; Conceito, 2010, p. 426.

a famosa “teoria da coação psicológica” de Feuerbach:²⁷⁴ as pessoas que estariam tentadas a cometer crimes seriam desestimuladas pela ameaça da sanção penal, tendo em vista que o desprazer da sanção criminal prepondera sobre o prazer da infração penal. Embora seja, primariamente, uma teoria da “ameaça penal”, não deixa de se preocupar com a aplicação e execução da pena, já que uma ameaça vazia não repercutiria sobre o comportamento da coletividade.²⁷⁵

A função da “prevenção geral positiva”, por sua vez, é cumprida através da estabilização da fidelidade normativa da sociedade.²⁷⁶ Na perspectiva de Roxin, podemos distinguir aqui três objetivos e efeitos da pena: (a) o efeito de aprendizagem (a “instrução em fidelidade jurídica”) — a população aprende ser fiel à norma em decorrência da atuação sócio-pedagógica da justiça penal, (b) o efeito de confiança — a população confia na norma porque percebe a imposição do Direito, e (c) o efeito de satisfação — a população acalma sua consciência jurídica quando vê a aplicação de uma pena em face de um injusto ou quando supõe o conflito resolvido.²⁷⁷

No Brasil também o elemento geral-preventivo encontra-se representado no momento da aplicação e execução da pena, conforme o art. 59 do Código Penal. No entanto, da mesma forma como em relação ao princípio especial-preventivo, há igualmente diversas críticas aduzidas pela doutrina em face da função de prevenção geral da pena.

No que diz respeito ao efeito de “intimidação”, existe um amplo consenso que apenas algumas pessoas planejam tão racionalmente o cometimento de fatos puníveis a ponto de serem intimidadas pela ameaça penal. Em todo caso, o que as desestimularia não seria a ameaça em si, mas o risco de ser descoberto e

²⁷⁴ “Se lesões do Direito devem (...), de qualquer modo, ser evitadas, então precisa existir, ao lado da coação psíquica, ainda uma outra que, partindo do Estado, precede a consumação da lesão do Direito e, em cada caso particular, produza eficácia, sem que seja, para isto, pressuposto o conhecimento da lesão agora iminente. Uma tal coação somente pode ser uma (coação) psicológica.” O “impulso sensorial [para comissão de uma infração] pode ser suprimido através disto, que cada um sabe, que ao seu fato seguirá um mal inevitável, que é maior do que o desprazer que resulta do não satisfeito impulso para o fato.” VON FEUERBACH *Apud* ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia: Uma Fundamentação para o Direito Penal**. Tradução: Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Curitiba: ICPC; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 68.

²⁷⁵ ROXIN, Claus. **Strafrecht: Allgemeiner Teil**. VI. I. 4ª ed. München: Verlag C.H. Beck, 2006, p. 79.

²⁷⁶ ALBRECHT, Peter-Alexis. Obra citada, p. 68.

²⁷⁷ ROXIN, Claus. Obra citada, 2006, p. 81.

perseguido pelo sistema de justiça criminal.²⁷⁸ Diante dessa constatação, as reivindicações populares por penas cada vez mais graves são descabidas, sendo na verdade mais coerente uma preocupação com a eficácia da persecução penal, na opinião de Roxin.²⁷⁹ De qualquer forma, a ineficácia da elevada ameaça penal resta empiricamente comprovada.

Conforme Zaffaroni/Batista/Alagia/Slokar, não é a prevenção geral negativa que desestimula da prática de ilícitos penais. Na verdade, “a imensa maioria das pessoas evita as condutas aberrantes e lesivas por uma enorme e diversificada quantidade de motivações éticas, jurídicas e afetivas.”²⁸⁰ Assim, “não é a prevenção geral negativa que dissuade as pessoas ou conserva a sociedade: trata-se, sim, de uma *ilusão do penalismo* que identifica direito penal com cultura.”²⁸¹

Resta, no entanto, o grave problema decorrente da ilusão da eficácia intimidatória da sanção criminal: a imposição de penas irracionais e sempre mais graves a alguns bodes expiatórios — no limite, é possível chegar teoricamente até a pena de morte.²⁸² Estamos novamente diante da problemática ausência de medida limitadora para a moldura penal. E, por conseguinte, ao menos em sua função de prevenção geral negativa, a pena corre o risco permanente de “converter-se em terror estatal.”²⁸³

Por outro lado, pesa a acusação de que a punição para fins geral-preventivos violaria a dignidade da pessoa humana, tendo em vista que a intervenção sobre o indivíduo se justifica apenas em nome do bem da coletividade, desprezando qualquer consideração sobre o sujeito que infringiu a norma. Uma execução penal dirigida apenas à intimidação necessariamente repercute de modo negativo sobre o condenado, perdendo qualquer coerência com uma proposta teórica manifesta de

²⁷⁸ ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: Uma Fundamentação para o Direito Penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Curitiba: ICPC; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 86-87.; ROXIN, Claus. **Strafrecht**: Allgemeiner Teil. VI. I. 4ª ed. München: Verlag C.H. Beck, 2006, p. 80.; SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal**: parte geral. 4ª ed. Curitiba: ICPC; Conceito, 2010, p. 427.

²⁷⁹ ROXIN, Claus. Obra citada, p. 80.

²⁸⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro**. VI I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 118.

²⁸¹ **Ibid.**, p. 119.

²⁸² **Id.**

²⁸³ ROXIN, Claus. Obra citada, p. 83.

prevenção de crimes futuros.²⁸⁴

Por fim, a função de prevenção geral positiva da pena parece empiricamente inacessível.²⁸⁵ Assim, o discurso descreve antes um mundo imaginário.²⁸⁶

3.1.2.4 As teorias unificadas da pena

A justaposição dos princípios da retribuição, da prevenção geral e da prevenção especial culminou na teoria de unificação das funções da pena. Nessa perspectiva, haveria a compensação das deficiências individuais de cada teoria penal, dando luz a uma ampla legitimação da sanção criminal.²⁸⁷ Trata-se de uma visão teórica amplamente dominante na legislação e jurisprudência ocidental,²⁸⁸ que encontra respaldo igualmente em nosso país, através do art. 59 do Código Penal — que prevê a aplicação da pena “conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime” (grifamos).

De acordo com Roxin, a teoria da unificação, enquanto simples conjunção das diversas funções penais, marcada sobretudo pela preservação do papel retributivo do Estado, carece de fundamentação teórica e é incapaz de superar suas deficiências teóricas isoladas. Em face dessa problemática, propõe uma dialética teoria de unificação preventiva.²⁸⁹

Na opinião do autor, no Estado Democrático de Direito, a função da pena

²⁸⁴ ROXIN, Claus. **Strafrecht**: Allgemeiner Teil. VI. I. 4ª ed. München: Verlag C.H. Beck, 2006, p. 83.

²⁸⁵ ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: Uma Fundamentação para o Direito Penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Curitiba: ICPC; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 91.

²⁸⁶ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal**: parte geral. 4ª ed. Curitiba: ICPC; Conceito, 2010, p. 427.

²⁸⁷ ALBRECHT, Peter-Alexis. Obra citada, p. 69-70; SANTOS, Juarez Cirino dos. Obra citada, p. 428.

²⁸⁸ SANTOS, Juarez Cirino dos. Obra citada, p. 429.

²⁸⁹ “Diante disso, a tarefa de uma teoria da unificação, sustentável sob contemporâneas condições, consiste no seguinte, sob abandono do pensamento retributivo suspender a imposição absoluta dos demais, respectivamente diferentes princípios teórico-penais, de tal modo que seus aspectos correspondentes são preservados em uma concepção mais abrangente e suas deficiências eliminadas por um sistema de recíproca complementação e limitação. Podemos falar aqui de uma ‘dialética’ teoria de unificação preventiva, na medida em que através de um tal procedimento as teorias transmitidas com suas finalidades antitéticas são trabalhadas em síntese.” (ROXIN, Claus. Obra citada, p. 85. (tradução nossa))

pode ser apenas de natureza preventiva, sendo inadmissível qualquer motivação retributiva. A finalidade de evitação de crimes futuros pode ser legitimamente perseguida através das funções tanto de prevenção especial quanto de prevenção geral.²⁹⁰ Há casos em que a pena poderá cumprir ambas as funções, mas também há hipóteses em que a pena se sustentará apenas com base na função de prevenção geral — por exemplo, quando não há perigo de reincidência ou quando o condenado não pretende se inserir em programas de natureza ressocializadora.²⁹¹ Já a pena com finalidade exclusivamente especial-preventiva é inadmissível, tendo em vista a necessária pré-determinação na lei penal dos possíveis programas de execução.²⁹²

Se ocorrer, por sua vez, um impasse quanto à moldura penal, em decorrência de exigências contraditórias da prevenção geral e da prevenção especial — digamos que a satisfação da função geral-preventiva exija uma pena maior do que a função especial-preventiva —, então se impõe um confronto dialético de suas reivindicações quanto à pena. E aqui, em geral, a proposta especial-preventiva prevalece sobre a geral-preventiva, a não ser que isso implique a total ineficácia da prevenção geral.²⁹³

Nas palavras de Roxin, sua proposta de teoria da unificação

(...) legitima portanto nenhuma utilização arbitrária de pontos de vista especial e geral-preventivos, mas coloca ambos em um sistema cuidadosamente equilibrado, que apenas com o cruzamento de seus elementos fornece um fundamento teórico para a punição estatal.²⁹⁴

Embora tal construção doutrinária pareça mais coerente do que a simples união dos elementos de retribuição, de prevenção geral e de prevenção especial, não há como negar que essa elucubração teórica é incapaz de fazer frente às constatações empíricas sobre a ineficácia das funções preventivas atribuídas à pena criminal, conforme explicitado anteriormente. A proposta teórica de legitimação da pena de Roxin, de fato, é mais democrática e refinada teoricamente do que a versão da teoria de unificação retributiva. Contudo, não deixa de ser uma tentativa de

²⁹⁰ ROXIN, Claus. **Strafrecht**: Allgemeiner Teil. VI. I. 4ª ed. München: Verlag C.H. Beck, 2006, p. 85.

²⁹¹ **Ibid.**, p. 86.

²⁹² **Ibid.**, p. 88.

²⁹³ **Ibid.**, p. 87

²⁹⁴ **Ibid.**, p. 88. (tradução nossa)

legitimação de uma ordem injustificável, se levamos em conta o fracasso dos objetivos declarados da pena, de acordo com as críticas da teoria criminológica da pena.

3.1.2.5 Ponderações da crítica negativa/agnóstica da pena

Zaffaroni/Batista/Alagia/Slokar delimitam o campo de compreensão jurídico-penal a partir da noção de pena. Em suas palavras, “a pena proporciona o horizonte de projeção do direito penal e (...) seu universo deve abarcar a legislação manifesta, latente e eventualmente penal (...).”²⁹⁵ E o que seriam essas leis penais manifestas, latentes e eventualmente penais que permitem definir o objeto do Direito Penal? A assimilação dessas ideias pressupõe resgatar, antes de tudo, a distinção entre funções manifestas e funções latentes das instituições sociais.

De acordo com os autores, podemos identificar nas instituições da sociedade tanto “funções manifestas” — que são publicamente expressas para legitimar a atuação das referidas instituições — quanto “funções latentes ou reais” — que são de fato realizadas pelas instituições na sociedade. Constata-se que, via de regra, as funções manifestas e latentes não se sobrepõem exatamente. Na maioria das instituições sociais, as funções manifestas são “não punitivas”, ao passo que as funções latentes são “punitivas” ou possuem “potencialidade punitiva”. Assim, por exemplo, a escola consiste numa instituição, cuja função manifesta é “não punitiva”, ao passo que na realidade pode exercer funções “punitivas”.²⁹⁶

A formalização dos programas de intervenção punitiva das agências políticas, por sua vez, ocorre através de leis, que expressam as funções manifestas das instituições. Mas nesse ponto não se pode trabalhar com um conceito restrito de “lei penal”, tendo em vista que diversas leis teoricamente “não penais” contêm dispositivos punitivos. Por consequência, para os autores, o horizonte do Direito Penal deve ser tomado de forma mais ampla: o conceito de “lei penal” abrange então “leis penais manifestas” — a legislação penal em sentido estrito —, “leis penais latentes” — a legislação não penal que permite o exercício de um poder

²⁹⁵ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro**. VI I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 92.

²⁹⁶ **Ibid.**, p. 88.

punitivo —, e “leis penais eventuais” — que possibilitam a transfiguração eventual do poder não punitivo em poder punitivo.²⁹⁷

Delimitado o horizonte do Direito Penal, impõe-se então verificar a conceituação da própria pena. Na perspectiva de Zaffaroni/Batista/Alagia/Slokar, “Não é possível precisar o conceito de pena sem examinar bem mais de perto a função política do direito penal, o que não é factível sem aprofundar a idéia de estado de polícia e estado de direito.”²⁹⁸

O estado de polícia e o estado de direito são modelos ideais.²⁹⁹ Não é possível fazer sua separação rígida na prática. Coexistem e se confrontam em qualquer tipo de poder político institucionalizado, já que todo Estado tende a conservar e reforçar o poder vertical e arbitrário (dimensão de estado de polícia), bem como procura limitar e horizontalizar tal poder (dimensão de estado de direito).³⁰⁰

Trabalhando com essas noções e reconhecendo que o estado de polícia se manifesta, sobretudo, na supressão dos conflitos através da disciplina hierarquizada dos seres humanos (segundo critérios de classe social, gênero, etnia, rendimentos etc.),³⁰¹ os autores identificam o exercício do poder punitivo — discriminatório e marcado por uma feição bélica — como um “capítulo do modelo de estado de polícia

²⁹⁷ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro**. VI I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 89.

²⁹⁸ **Ibid.**, p. 93.

²⁹⁹ “Pretende-se, com certo simplismo, estabelecer uma separação cortante entre o estado de polícia e o de direito: entre o modelo de estado no qual um grupo, classe social ou segmento dirigente encarna o saber acerca do que é bom ou possível e sua decisão é lei, e outro, no qual o bom ou o possível é decidido pela maioria, respeitando os direitos das minorias, para o que tanto aquela quanto estas precisam submeter-se a regras que são mais permanentes do que meras decisões transitórias. Para o primeiro modelo, submissão à lei é sinônimo de obediência ao governo; para o segundo, significa acatamento a regras anteriormente estabelecidas. O primeiro pressupõe que a consciência do bom pertence à classe hegemônica e, por conseguinte, tende a uma justiça *substancialista*; o segundo pressupõe que pertence a todo ser humano por igual e, portanto, tende a uma justiça *procedimental*. (...) O primeiro é *paternalista*: considera que deve castigar e ensinar a seus súditos e, inclusive, tutelá-los ante suas próprias ações autolesivas. O segundo deve respeitar todos os seres humanos por igual, porque todos têm uma consciência que lhes permite conhecer o bom e o possível, e quando articular decisões de conflitos, deverá fazê-lo de modo a afetar o menos possível a existência de cada um, conforme seu próprio conhecimento: o estado de direito deve ser *fraterno*.” (**Ibid.**, p. 93-94.)

³⁰⁰ **Ibid.**, p. 95.

³⁰¹ **Id.**

que sobrevive dentro do estado de direito.”³⁰² Por conseguinte, a própria legitimação do poder punitivo significa a perpetuação de elementos de estado de polícia e a destruição de elementos de estado de direito.³⁰³

Os compromissos científicos e políticos dos autores os conduzem então a renunciar todas as teorias que atribuem algum efeito positivo à pena:

É muito mais transparente renunciar a qualquer teoria positiva da pena, porque: a) todas elas legitimam de algum modo o estado de polícia; b) as funções positivas concedidas ao poder punitivo são falsas desde o ponto de vista das ciências sociais, não se comprovam empiricamente, provêm de generalizações arbitrárias de casos particulares de eficácia, jamais tendo sido confirmadas em todos os casos ou mesmo em um número significativo deles; **c) ocultam o modo real de exercício do poder punitivo e com isso o legitimam; d) só ocasional e isoladamente o poder punitivo cumpre qualquer uma das funções manifestas a ele atribuídas.**³⁰⁴ (*grifamos*)

Propõem, ao contrário, uma “teoria negativa ou agnóstica da pena”, a ser construída a partir do fracasso das teorias positivas. O conceito de pena, delimitador do Direito Penal, não deve ser construído com base nas funções manifestas da sanção criminal — já que são falsas ou não generalizáveis —, nem com base nas funções latentes da pena³⁰⁵ — pois são tantas que é impossível conhecer todas.³⁰⁶

Trata-se de construir um conceito jurídico de pena, portanto, não com base em suas funções, mas a partir de referências ônticas. Assim, para os autores, “a pena é uma coerção, que impõe uma privação de direitos ou uma dor, mas não repara nem restitui, nem tampouco detém as lesões em curso ou neutraliza perigos iminentes.”³⁰⁷ É um “conceito negativo”, porque nega qualquer função positiva da pena. Além disso, é chamado de “conceito agnóstico” porque afirma desconhecer a

³⁰² ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro**. VI I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 96.

³⁰³ **Id.**

³⁰⁴ **Id.**

³⁰⁵ “As únicas proposições que podem ser afirmadas acerca de suas funções latentes são: a) que se trata de um complexo heterogêneo; b) que diferem em razão dos conflitos sobre os quais são exercidas; c) que qualquer enunciado redutor desemboca no simplismo; d) que as funções latentes da pena não podem ser isoladas do desempenho total do poder punitivo e, por conseguinte, de seu exercício mais significativo e para o qual a pena é quase um pretexto: o poder de vigilância; e) que, em qualquer caso, o poder punitivo exercido com a pena constitui somente uma parte ínfima, tendo em vista as dimensões do poder de vigilância, do paralelo e do subterrâneo.” (**Ibid.**, p. 98.)

³⁰⁶ **Id.**

³⁰⁷ **Ibid.**, p. 99.

função da pena.

A perspectiva negativa e agnóstica toma a pena então como mero “ato de poder”, que encontra sua explicação apenas na política. Em face disso, resta ao Direito Penal programar aquilo que está ao seu alcance, ou seja, as decisões das agências jurídicas. No contexto de um compromisso político democrático, por sua vez, tais agências jurídicas devem atuar não apenas dentro do quadro legal permitido, mas buscar a limitação das manifestações de poder do estado de polícia, a fim de garantir a sobrevivência do estado de direito,³⁰⁸ atualmente ameaçada pelo inchaço do poder punitivo e a ascensão de um verdadeiro Estado Penal.

3.1.2.6 Ponderações da crítica materialista/dialética da pena

A perspectiva da criminologia crítica fundada na teoria materialista/dialética pretende não apenas desmascarar as funções ilusórias da pena, mas também denunciar as suas funções reais. O mérito dessa vertente teórica reside na identificação da relação existente entre o modo de produção capitalista e a forma de punição na sociedade moderna³⁰⁹ — pois conforme a célebre pesquisa de Rusche/Kirchheimer,

[a] pena como tal não existe; existem somente sistemas de punição concretos e práticas penais específicas. O objeto de nossa investigação, portanto, é a pena em suas manifestações específicas, as causas de sua mudança e de seu desenvolvimento, as bases para a escolha de métodos penais específicos em períodos históricos também específicos. ***A transformação em sistemas penais não pode ser explicada somente pela mudança das demandas da luta contra o crime, embora esta luta faça parte do jogo. Todo sistema de produção tende a descobrir formas punitivas que correspondem***

³⁰⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro**. VI I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 108.

³⁰⁹ Compare nesse sentido, entre outras, as seguintes obras: BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002.; FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 31ª. ed. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2006.; MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX). Tradução: Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan:ICC, 2006.; PASUKANIS, E. B. **Teoria geral do direito e o marxismo**. Tradução: Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.; SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia Radical**. 2ª ed. Curitiba: ICPC: Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

às suas relações de produção.³¹⁰ (grifamos)

Assim, a pena na sua modalidade de “retribuição equivalente” consiste na forma específica de punição da sociedade capitalista. O princípio da “retribuição equivalente”, que exprime a ideia de igualdade dos sujeitos de direito e está na base das relações econômicas capitalistas, encontra-se projetado em todos os níveis da vida social. Ou seja, da mesma forma que o trabalho é retribuído pelo equivalente formal do salário, que a mercadoria é retribuída pelo equivalente formal do preço — abstraindo-se a questão da mais-valia e do lucro —, também “no âmbito da responsabilidade penal, a retribuição equivalente é instituída sob a forma da pena *privativa de liberdade*, como *valor de troca* do crime medido pelo *tempo* de liberdade suprimida.”³¹¹ Na sociedade capitalista, o “tempo” funciona portanto não apenas como a medida de determinação do valor da mercadoria, mas também como critério de quantificação da privação de liberdade.³¹²

Ao lado do “valor de troca” da sanção criminal na sua “forma salário”, a pena possui também um “valor de uso”, consubstanciado nas funções declaradas de prevenção especial (negativa e positiva), bem como de prevenção geral (negativa e positiva).³¹³ E nesse ponto, além das críticas aduzidas anteriormente, convém indicarmos as ponderações da criminologia crítica, a fim de contextualizar as “debilidades” das funções oficialmente atribuídas às penas num quadro sócio-político maior.

A “neutralização do condenado” na prisão (prevenção especial negativa), embora possa evitar o cometimento de outros fatos puníveis durante a execução, prospectivamente é contraproducente, porque a pena privativa de liberdade exerce uma influência nefasta sobre a vida do preso.³¹⁴ O encarceramento conduz à

³¹⁰ RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2ª ed. Tradução: Gizlene Neder. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2004, p. 19-20.

³¹¹ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal**: parte geral. 4ª ed. Curitiba: ICPC; Conceito, 2010, p. 439.

³¹² SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia Radical**. 2ª ed. Curitiba: ICPC; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 67, p.71-72, p. 80.; SANTOS, Juarez Cirino dos. **O Direito Penal**: parte geral. 4ª ed. Curitiba: ICPC; Conceito, 2010, p. 439.

³¹³ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal**: parte geral. 4ª ed. Curitiba: ICPC; Conceito, 2010, p. 440-441.

³¹⁴ **Ibid.**, p. 442-446.

desintegração social do condenado. Por um lado, são rompidos praticamente todos os laços sociais fora do cárcere — no âmbito do trabalho, dos amigos, da família etc. Por outro lado, o condenado é condicionado a viver segundo a rotina prisional repressiva e uniformizante — que nada tem a ver com a vida fora da prisão.³¹⁵

Além de se sujeitar à disciplina do cárcere, o preso precisa adaptar-se ainda à subcultura prisional. Significa dizer, se ele não era “violento” ou “corrupto” antes de ingressar na execução penal, então eventualmente precisa se tornar “violento” e “corrupto” para sobreviver no cárcere.³¹⁶ E quanto mais tempo o condenado permanecer nesse ambiente, tanto maiores serão suas deformações psíquicas e emocionais, e tanto mais provável será sua inserção em carreiras criminosas.³¹⁷

Assim, a submissão do detento aos processos de “desculturação” — “desadaptação às condições necessárias para vida em liberdade”³¹⁸ — e “aculturação” ou “prisionalização” — “assunção das atitudes, dos modelos de comportamento e valores da subcultura carcerária”³¹⁹ —, que não podem ser equilibrados por nenhuma técnica psicoterapêutica e pedagógica, impedem qualquer tentativa de “ressocialização do condenado” na prisão (prevenção especial positiva), que — de fato — resta empiricamente desacreditada, conforme explicitado anteriormente.

Após o cumprimento da pena, o sujeito que desaprendeu a viver em sociedade retorna ao convívio social. E nesse ambiente sofre da rotulação de “ex-condenado”,³²⁰ com duas consequências gravosas: Por um lado, dificilmente consegue se reintegrar na sociedade, tendo em vista que a desconfiança dos outros dificulta a reconstrução dos velhos e a construção de novos laços sociais de trabalho, amizade etc. Por outro lado, se, como revela a psicologia, o sujeito se

³¹⁵ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal**: parte geral. 4ª ed. Curitiba: ICPC; Conceito, 2010, p. 442-446.

³¹⁶ **Ibid.**, p. 445-446.

³¹⁷ **Ibid.**, p. 442-443.

³¹⁸ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002, p. 184.

³¹⁹ **Id.**

³²⁰ SANTOS, Juarez Cirino dos. Obra citada, p. 442-443.

constitui a partir do olhar do outro,³²¹ então o egresso do sistema prisional tende a assimilar essa autoimagem negativa de “ex-condenado”. Pode então não encontrar o estímulo necessário para abandonar o modo de vida da subcultura prisional eventualmente assimilado durante a execução penal.

A representação nefasta da própria imagem, associada à falta de apoio estrutural após a saída do cárcere, pode induzir a atuação do sujeito de acordo com o papel que lhe foi atribuído socialmente, ou seja, conforme um “criminoso” — realizando-se a “self fulfilling prophecy”.³²² Desse modo, na contramão da pretendida função de prevenir crimes futuros, a inserção do condenado na instituição prisional favorece, na verdade, a sua reincidência em fatos puníveis.³²³

Em relação ao efeito de “intimidação” (prevenção geral negativa), indicamos anteriormente a ineficácia da ameaça penal para os crimes impulsivos, geralmente representados pela “criminalidade violenta” — apenas no âmbito dos crimes de reflexão haveria como aceitar, em tese, a função geral-preventiva da sanção criminal. Por outro lado, no que diz respeito à “estabilização da fidelidade normativa da população” igualmente apontamos que se trata de um discurso retórico e ilusório, tendo em vista que não há como demonstrar empiricamente a função de prevenção geral positiva.

Resta-nos concluir, portanto, que a pena não cumpre as funções que lhes são oficialmente atribuídas, além de contribuir para o aumento da criminalidade em decorrência dos efeitos nocivos da instituição prisional. O que se encontra comprovado empiricamente, na verdade, é a seletividade dos processos de criminalização. O Direito Penal não é, de fato, igual para todos. Há sujeitos mais vulneráveis à criminalização do que outros. Os dados oficiais denunciam claramente sobre quem recai a intervenção massiva do sistema de justiça criminal: o cliente por excelência do cárcere é representado pelos socialmente marginalizados.³²⁴

³²¹ LEITE, Dante Moreira. Educação e relações interpessoais. In: PATTO, Maria Helena Souza (org.). **Introdução à psicologia escolar**. 3ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

³²² SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal**: parte geral. 4ª ed. Curitiba: ICPC; Conceito, 2010, p. 442-446.

³²³ **Ibid.**, p. 442-443.

³²⁴ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002, p. 161-162, 175-177.

A lógica seletiva induz inclusive à ampla ineficácia de certo grupo de tipos penais: trata-se dos chamados “crimes de colarinho branco”. Nessa área, o Direito Penal mostra-se apenas “simbólico”. Significa dizer que os crimes econômicos, tributários, ecológicos etc. são criados pela legislação penal retoricamente para legitimar o Direito Penal e o poder punitivo estatal no imaginário popular, mas não possuem eficácia instrumental.³²⁵

Diante desse quadro, a crítica materialista dialética afirma não apenas o não cumprimento das funções declaradas da sanção criminal, mas busca revelar sobretudo as funções latentes ou reais da pena. Nesse sentido, a ampla imunização dos ilícitos cometidos por sujeitos de estratos sociais mais elevados e a intervenção penal preferencialmente sobre sujeitos socialmente excluídos revela o controle social seletivo do poder estatal, vinculando a prevenção especial, portanto, à garantia das relações sociais desiguais, fruto da ordem econômica capitalista.³²⁶

Ademais, a imagem de um Direito Penal que busca a proteção quase total da vida em sociedade satisfaz apenas o anseio social por eficiência repressiva no combate das situações sociais problemáticas. Nesse ponto, a tipificação de crimes no âmbito do Direito Penal simbólico é fundamental para sustentar o discurso da igualdade do Direito. A prevenção geral vincula-se então à legitimação do próprio sistema de justiça criminal como instrumento de política social.³²⁷ Assim, conforme síntese de Cirino dos Santos,

(...) o valor de uso atribuído à pena criminal, inútil do ponto de vista das funções declaradas do sistema penal, é útil do ponto de vista das funções políticas reais da pena criminal, precisamente porque a desigualdade social e a opressão de classe do capitalismo é garantida pelo discurso penal da correção/neutralização individual e da intimidação/reforço da fidelidade jurídica do povo.³²⁸

³²⁵ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal**: parte geral. 4ª ed. Curitiba: ICPC; Conceito, 2010, p. 447-451.

³²⁶ **Ibid.**, 451-453.

³²⁷ **Ibid.**, p. 441, 447-453.

³²⁸ **Ibid.**, p. 441.

3.1.3 A proposta acientífica de política criminal do discurso midiático

As narrativas midiáticas sobre a “questão criminal” constroem uma imagem seletiva do criminoso e da criminalidade. O amplo enfoque nos fatos sociais violentos e a apresentação do criminoso estereotipado induzem à crença de que a criminalidade “verdadeira” se reduz à criminalidade violenta e que o criminoso “verdadeiro” provém das classes sociais marginalizadas.

Mas com a referência ao “bandido” ou ao “indivíduo perigoso”, cuja “periculosidade” deve ser combatida, os discursos midiáticos parecem “regredir” ao nível das teorias etiológico-individuais da criminalidade, tendo em vista que o “criminoso” é apresentado como um ser portador de uma “personalidade deficitária”.

Ao trabalhar com a noção de “personalidade criminosa”, no entanto, todo o discurso ignora por completo a controvérsia científica sobre o conceito de personalidade na própria Psicologia, que — conforme sintetizado por Cirino dos Santos — “não sabe se [a personalidade] está limitada ao *ego* responsável pela relação com a realidade, se abrange o *superego* como instância de controle do *ego* ou, enfim, se inclui os instintos do *id* como fonte de energia psíquica”.³²⁹

Mas se aparentemente o discurso corriqueiro da “questão criminal” nos meios de comunicação parece estar andando de mãos dadas com as teorias etiológico-individuais da criminalidade, em alguns casos está até mesmo aquém da primeira perspectiva etiológico-individual da ciência criminológica. Isso porque enquanto as teorias biológicas da criminalidade compreendiam o criminoso como um “homem delinquente” que precisava ser “curado”, alguns jornalistas sensacionalistas literalmente “desumanizam” o “criminoso”, quando se referem a ele como “não pessoa” e em alguns casos extremos advogam até pela sua eliminação física, com expressões do tipo “bala neles”.³³⁰

Por conseguinte, é evidente que o “senso comum” criminológico também desconhece ou anula os conhecimentos aportados dentro do próprio paradigma etiológico. A perspectiva midiática não é compatível com as teorias etiológico-sócio-

³²⁹ SANTOS, Juarez Cirino dos. O direito penal do inimigo – ou o discurso do direito penal desigual. In: COUTINHO, Aldacy et. al. **Líber Amicorum**: Homenagem ao Prof. Doutor António José Avelãs Nunes. Coimbra/São Paulo: Coimbra Editora, 2009, p. 544-545.

³³⁰ Poderíamos citar como exemplo paradigmático o jornalista José Luiz Datena do programa “Brasil Urgente” do canal televisivo “Band”.

estruturais, que afirmam a normalidade da criminalidade e negam a visão do criminoso como “monstro” perigoso.

Se o discurso está em descompasso com as teorias etiológicas, então a contradição com as teorias criminológicas do “labeling” é muito mais gritante. A mídia não leva em consideração que o crime é um fenômeno social criado pela lei penal e que a qualidade de criminoso é atribuída pelas instâncias oficiais de controle social. Muito menos, dá-se conta da seletividade dos processos de criminalização primária e secundária — inclusive reproduz tal seletividade, tendo em vista que retrata a delinquência como se fosse apenas a “criminalidade de rua” e o delinquente como se fosse o “marginal agressivo” e “perigoso”.

Além disso, a mídia não se conscientiza de sua função de legitimação do Direito Penal como pretendo instrumento de solução de problemas sociais e, assim, representa um obstáculo à proposição de modelos alternativos para lidar com as questões de negatividade social. Ao professar a fé na criminalização provedora e subscrever o dogma da pena, o discurso midiático dominante propõe uma política penal sem qualquer fundamentação criminológica, tendo em vista que as funções declaradas de prevenção especial e geral não se realizam. Estamos, portanto, diante de um discurso acientífico que legitima a manutenção do Direito Penal, o contínuo inchaço do sistema de justiça criminal, bem como o processo de contínua erosão do Estado de Direito, diante da suposta ameaça do aumento exponencial da criminalidade violenta.

3.2 Um discurso paranoico

Indicada a crítica criminológica, é de se ressaltar a potencialidade da Psicanálise como “chave de leitura” interessante para uma análise do discurso criminológico midiático que se pretende interdisciplinar. É por esse motivo que iniciaremos a discussão com o resgate da “paranoia” na formulação originária de Freud. Na sequência, a pretensão é projetar os elementos centrais da “paranoia” como conceitos instrumentais para a análise da estrutura de discursos contemporâneos, a exemplo do discurso criminológico nos meios de comunicação. É nesse contexto que se pretende indagar até que ponto o discurso sobre a “questão

criminal” dominante na mídia, além de acientífico, também apresenta indícios de um “quadro paranoico”.

3.2.1 A paranoia na formulação de Freud

O diagnóstico freudiano trabalha com a hipótese da centralidade de uma fantasia de desejo homossexual nos sujeitos masculinos afetados pela paranoia. Freud reconhece que essa tese requer ainda a confirmação empírica de um número significativo de casos. O estado da investigação científica da época, no entanto, permitir-lhe-ia afirmar que “as principais formas de paranóia conhecidas podem ser todas representadas como contradições da proposição única ‘*eu (um homem) o amo (um homem)*’”.³³¹

Para o pai da psicanálise verificam-se quatro modalidades de refutação do desejo homossexual:³³²

a) A proposição “eu o amo” pode ser afastada pela afirmação “eu não o amo”/“eu o odeio”. No caso da paranoia, essa proposição transforma-se por “projeção” — o processo típico de formação dos sintomas na paranoia — na afirmação consciente “ele me odeia (persegue)”. Assim, a contradição do “predicado” (“amar”) resulta em “delírios de perseguição” do paranoico: “eu não o amo”, “eu o odeio”, porque “ele me persegue”.

b) A afirmação “eu o amo” também pode ser negada pela proposição “eu a amo”. Em decorrência da projeção, esta última frase se transforma em “eu noto que ela me ama”. Com a negação do “objeto” (“ele”), configura-se então a hipótese da “erotomania”, ou seja, o delírio do homem de ser amado por uma mulher: “eu não o amo”, “eu a amo”, porque “ela me ama”.

c) O enunciado “eu o amo” pode ser recusado ainda pela sentença “não sou eu quem ama o homem”, mas é “ela que o ama”. Aqui não se verifica a deformação pela “projeção”, porque com a substituição do “sujeito” todo o processo é de certa forma lançado para fora do ego. Resulta dessa contradição um “delírio de ciúme”,

³³¹ FREUD, Sigmund. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides). In: **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol XII. Tradução: Jayme Salomão e José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 85.

³³² **Ibid.**, p. 86-89.

pois o paranoico “suspeita da mulher em relação a todos os homens a quem ele próprio é incitado a amar.”³³³

d) Por fim, a proposição “eu o amo” pode ser negada de modo absoluto: “não amo de forma alguma”, “não amo ninguém”. Mas se a libido não extravasa de outra forma, então fica apenas com o sujeito paranoico. Segundo Freud, “esse tipo de contradição dar-nos-ia a megalomania, que podemos encarar como uma *supervalorização sexual do ego*”.³³⁴

Após a indicação da centralidade do desejo homossexual na paranoia, o autor se propõe a enfrentar os fatores que presume como distintivos da “dementia paranoides”: a) o “mecanismo pelo qual os sintomas são formados”, e b) o “mecanismo pelo qual a repressão é ocasionada”.³³⁵

a) No que diz respeito à formação dos sintomas paranoicos, a característica mais notável, segundo Freud, é o processo da “projeção”. Verifica-se esse processo quando uma “percepção interna” é suprimida, passa por uma “deformação”, e ingressa posteriormente na consciência na modalidade de “percepção externa”. Ou seja, no primeiro exemplo de contradição do desejo homossexual, anteriormente citado, a percepção interna “eu o amo” é suprimida, o sentimento de afeto é deformado (“eu o amo” se torna em “eu o odeio”), e então retorna como a percepção externa “ele me persegue”, configurando-se o “delírio de perseguição”.

Embora a “projeção” seja uma característica notável da paranoia, não se pode tomá-la como o elemento mais importante da demência. Primeiro, porque é um processo que não desempenha o mesmo papel em todas as modalidades paranoicas — lembremos, por exemplo, que na contradição do desejo homossexual que resulta em delírios de ciúmes a deformação não se dá por projeção. Segundo, porque a “projeção” não é exclusividade da paranoia. Verifica-se também sob outras condições psicológicas. Além disso, integra o cotidiano das pessoas, tendo em vista a atitude corriqueira de buscar a causa de sensações internas no mundo externo —

³³³ FREUD, Sigmund. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides). In: **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol XII. Tradução: Jayme Salomão e José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 87.

³³⁴ **Ibid.**, p. 88.

³³⁵ **Ibid.**, p. 89.

sempre é mais fácil procurar a “culpa” nos “outros”.³³⁶

b) Posto isso, Freud se dedica ao “mecanismo da repressão na paranoia”, o que lhe parece muito mais interessante, uma vez que “a maneira pela qual o processo de repressão ocorre acha-se muito mais intimamente vinculada à história do desenvolvimento da libido (...)”.³³⁷ Aqui devemos ressaltar que, do ponto de vista psicanalítico, os fenômenos patológicos, via de regra, são fruto da repressão.

E o que seria esse fenômeno? Segundo Freud, é possível distinguir analiticamente três etapas no processo da repressão: 1) “fixação”, 2) “repressão em sentido estrito”, e 3) “irrupção”.³³⁸ Na primeira fase (a “fixação”), um “instinto ou componente instintual” não acompanha os demais e é “deixado para trás, num estágio mais infantil”. Dessa maneira, fica reprimido e se comporta como se pertencesse à dimensão do inconsciente. A segunda fase (a “repressão em sentido estrito”) refere-se a um processo ativo de pós-repressão. Trata-se da repulsa do sistema consciente em face de “derivados psíquicos dos instintos retardados originais” ou em face de tendências psíquicas que geram uma forte aversão. Por fim, a terceira fase, (a “irrupção”) diz respeito ao “retorno do reprimido”. Ocorre com o fracasso da repressão e diz respeito à manifestação dos sintomas patológicos. Nas palavras do autor, a “irrupção toma seu impulso do ponto de fixação, e implica uma regressão do desenvolvimento libidinal a esse ponto.”³³⁹ E aqui é de se pontuar que a existência de inúmeros pontos possíveis de fixação implica também a possibilidade de inúmeros mecanismos de “repressão propriamente dita” e de inúmeros mecanismos de “irrupção”.

Conforme o diagnóstico freudiano, predomina na paranoia o mecanismo da “repressão propriamente dita”,³⁴⁰ na forma de “desligamento da libido em relação às pessoas — e coisas — que foram anteriormente amadas.”³⁴¹ Porém, esse desligamento da libido, por si só, não pode ser definido como o fator patogênico da

³³⁶ FREUD, Sigmund. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides). In: **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol XII. Tradução: Jayme Salomão e José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 89.

³³⁷ **Ibid.**, p. 90.

³³⁸ **Ibid.**, p. 90-91.

³³⁹ **Ibid.**, p. 91.

³⁴⁰ **Ibid.**, p. 92.

³⁴¹ **Ibid.**, p. 95.

paranoia, pois parece ocorrer em todos os processos de repressão — aliás, sem produzir os efeitos desastrosos da “dementia paranoides”.³⁴²

E onde estaria então o elemento distintivo da paranoia? Na opinião de Freud, o elemento característico da demência estaria na “utilização especial” da libido desligada das pessoas ou coisas: “(...) na paranóia, a libido liberada vincula-se ao ego e é utilizada para o engrandecimento deste. Faz-se assim um retorno ao estágio do narcisismo (...), no qual o único objeto sexual de uma pessoa é seu próprio ego.”³⁴³ Trata-se, portanto, de um diagnóstico que explica os traços de megalomania na maioria dos casos de paranoia e que induz o psicanalista a supor nos paranoicos uma fixação no estágio do narcisismo.³⁴⁴

3.2.2 A paranoia tomada como estrutura

A abstração dos elementos específicos da paranoia — partindo do diagnóstico freudiano, mas incorporando ainda outras perspectivas psicanalíticas — permite trabalhá-la como “estrutura”. E sob essa configuração, a paranoia representa uma ferramenta rica para a análise multidisciplinar dos mais variados discursos contemporâneos³⁴⁵ — inclusive, do discurso criminológico dominante nos meios de comunicação.

Antes de tudo, no entanto, é importante chamar atenção para o seguinte:

³⁴² FREUD, Sigmund. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides). In: **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol XII. Tradução: Jayme Salomão e José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 95.

³⁴³ **Ibid.**, p. 96.

³⁴⁴ **Ibid.**, p. 96.

³⁴⁵ “Pela mão de alguns teóricos municiados com as categorias da Psicanálise, a paranóia assume um status de ‘modelo explicativo’ de ‘estruturas’ sociais, igualmente constituídas pela linguagem. Por óbvio, este tipo de análise transdisciplinar produz recortes de enorme alcance explicativo, embora conscientes de suas deficiências prospectivas, dada a permanente tensão provocada quando se utiliza este método — construído para o singular — para compreender o universal. Não por outro motivo, frequentemente a Filosofia é aqui invocada para suprir as possíveis carências desta estratégia analítica, o que não raro produz resultados formidáveis na identificação de equívocos intrínsecos à redução da complexidade operada pela ciência.” (ROCHA JUNIOR, F.A.R.M.; CARDOSO, H.S.; DIETER, M.S. O potencial crítico de uma análise transdisciplinar a partir de Freud: os discursos paranóicos da modernidade e a necessidade de um espaço para a ética da alteridade na ação política. **Revista de Direito e Psicanálise**, Curitiba, v.2., n. 1, p. 37-50, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.direitoepsicanalise.ufpr.br/revista/artigos/v1n2a04.pdf>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.).

identificar a “estrutura paranoica” no discurso do sujeito não significa afirmar que o emissor da fala seja necessariamente portador de uma psicopatologia, muito menos que ele tenha tendências homossexuais reprimidas. Uma pessoa pode proferir um “discurso paranoico” ou apresentar um “quadro mental paranoico” sem apresentar um “distúrbio psíquico”. Há situações na vida cotidiana que nos aproximam da paranoia e isso fica muito evidente no exemplo aduzido por Charles Melman que se refere ao compartilhamento do mesmo espaço no interior de um trem com pessoas desconhecidas que dialogam num idioma desconhecido. Imaginem o seguinte quadro:

(...) vocês sobem em um vagão de trem, e todas as pessoas que estão ali falam uma língua incompreensível, são estrangeiros. Vocês estão sentados ali nos próprios lugares, e essas pessoas muito simpáticas falam uma língua que vocês não compreendem. Quer dizer que logo vocês se sentem excluídos dessa pequena comunidade. E, além disso, essas pessoas são alegres e se põem a rir entre si, falando. E vocês têm uma impressão esquisita. De onde vem essa impressão? Vocês têm a impressão de que elas riem de vocês, e até mesmo a impressão de que elas falam entre si, mas olhando para vocês. Temos aí um tipo de situação banal, mas que nos introduz igualmente na questão da paranóia porque mostra como as **reações paranóicas** – quer dizer, o sentimento de estar excluído, de ser observado, de que há pessoas que riem de vocês – **podem ser facilmente provocadas pelas circunstâncias**. E esse mesmo exemplo também nos introduzirá (...) na **estrutura da paranóia**.” (*grifamos*).³⁴⁶

Mas afinal, quais seriam os elementos típicos da “estrutura” do discurso paranoico? A análise freudiana indica resumidamente três características marcantes da paranoia: a) a “projeção” (o mecanismo principal de formação dos sintomas); b) o “desligamento da libido” das pessoas ou coisas anteriormente amadas (típico no mecanismo de repressão); e c) a fixação no estágio do “narcisismo”. Vimos que o sujeito paranoico desaprendeu a amar os “outros”. Ama apenas a si mesmo e assim resta aos demais a indiferença ou o ódio. Além disso, através da projeção, aquilo que foi desligado da libido retorna como percepção externa, o que permite ao paranoico fixar o lugar da culpa para longe de si, pois é o “outro” que o “persegue”, é a “outra” que o “ama” e que o “traí”.³⁴⁷

³⁴⁶ MELMAN, Charles. **Como alguém se torna paranóico**: de Schreber a nossos dias. Tradução: Telma Queiroz. Porto Alegre: CMC, 2008, p. 16-17.

³⁴⁷ Compare nesse sentido também ROCHA JÚNIOR, F.A.R.M.; CARDOSO, H.S.; DIETER, M.S. O potencial crítico de uma análise transdisciplinar a partir de Freud: os discursos paranóicos da modernidade e a necessidade de um espaço para a ética da alteridade na ação política. **Revista de Direito e Psicanálise**, Curitiba, v.2., n. 1, p. 37-50, jan./jun. 2009. Disponível em:

Agostinho Ramalho Marques Neto trabalha explicitamente com a interpretação mais ampla da paranoia como “estrutura”. Conforme a sua leitura psicanalítica contemporânea, o discurso paranoico apresenta os seguintes elementos típicos: a) exprime uma “certeza absoluta” e “não permite a dúvida”; b) manifesta um elemento de “ódio”, que gera a pretensão de “abolir o diferente” (pois não há preocupação com o “outro”); c) contém a vontade de “transformar o mundo”; d) revela um “delírio de perseguição” e expressa a “megalomania”; e) é “inacessível aos juízos de realidade”; e f) “projeta” aquilo que está “em mim” para o “outro”.³⁴⁸

Charles Melman, ao trabalhar a estrutura da paranoia, salienta a relevância da “posição de exclusão”,³⁴⁹ pois, como também observamos no exemplo da paranoia na vida cotidiana anteriormente citado, a sensação de estar excluído coloca o indivíduo numa situação de “estilo paranoico”. Diante dessa hipótese, urge a suspeita da “fronteira” como causa da paranoia, na medida em que separa daquilo que parece estranho.³⁵⁰

Esboçadas, sinteticamente, as características da paranoia tomada como “estrutura interpretativa”, surge a suspeita de que inúmeros discursos políticos da sociedade moderna apresentam um “quadro paranoico”,³⁵¹ o que parece se aplicar também ao discurso criminológico dominante nos meios de comunicação.

<<http://www.direitoepsicanalise.ufpr.br/revista/artigos/v1n2a04.pdf>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

³⁴⁸ MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. Schreber e a lei do pai. In: SEMINÁRIOS SOBRE SCHREBER. **Introduzindo Schreber e paranóia**: no direito e na psicanálise. Núcleo de Direito e Psicanálise, Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 16 de outubro de 2009.

³⁴⁹ MELMAN, Charles. **Como alguém se torna paranóico**: de Schreber a nossos dias. Tradução: Telma Queiroz. Porto Alegre: CMC, 2008, p. 96.

³⁵⁰ Mario Fleig ressalta a noção de “*mur mitoyen*” trazida por Melman: “Ele introduziu uma observação sobre o que acontece na relação com o semelhante, que facilita a emergência de uma situação paranóica, ainda que transitória. É o que ele denomina de *mur mitoyen*, a parede divisória, o muro que separa meu mundo do mundo de meu vizinho. Basta esse vizinho falar um pouco mais alto, fazer barulho, etc. e eu me sentir excluído, começará a surgir um sentimento de dano e de auto-referência: começo a ter a certeza de que ele está fazendo isso de propósito para me incomodar. A partir disso, localiza-se a ‘constante paranóica’, quer dizer, a dimensão da paranóia que é própria de todos nós, seres humanos (...)” (FLEIG, Mario. Prefácio. In: MELMAN, Charles. Obra citada, p. 11-12.).

³⁵¹ Compare nesse sentido também ROCHA JÚNIOR, F.A.R.M.; CARDOSO, H. S.; DIETER, M.S. O potencial crítico de uma análise transdisciplinar a partir de Freud: os discursos paranóicos da modernidade e a necessidade de um espaço para a ética da alteridade na ação política. **Revista de Direito e Psicanálise**, Curitiba, v.2., n. 1, p. 37-50, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.direitoepsicanalise.ufpr.br/revista/artigos/v1n2a04.pdf>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

3.2.3 O “quadro paranoico” no discurso midiático

A partir das características elementares da “estrutura paranoica” é possível identificar que o discurso dominante sobre a “questão criminal” nos meios de comunicação revela indícios de um “quadro paranoico”. Embora se pretenda oficialmente apenas “descritivo”, o discurso acaba “reproduzindo” uma imagem supostamente “real” sobre a criminalidade e o criminoso, bem como apresenta o sistema de justiça criminal como a resposta social adequada às situações sociais problemáticas.

Se o discurso retributivo e o apoio ao combate da criminalidade violenta são comuns nos meios de comunicação, em decorrência da assunção do dogma da pena, então sobretudo nas falas mais “sensacionalistas” verificamos a demanda por um tratamento diferencial dos “criminosos”. Não há dúvida sobre a premissa discursiva: o “bandido” não se confunde com o “cidadão”. Ele é um sujeito perigoso e antissocial, que muitas vezes não merece ser chamado de “pessoa”. É então classificado como um “inimigo” que ameaça a paz social e precisa ser combatido — ainda que isso signifique a invasão policial repressiva e violenta de bairros pobres (vulgo, “favelas”), com a possibilidade de baixas colaterais, que, aliás, recebe muito pouco questionamento crítico da mídia. O “combate repressivo” é assumido como a única forma de lidar com a criminalidade (dimensão da “certeza absoluta”).

O discurso midiático dominante opera uma relativização do conceito de pessoa que lhe permite distinguir entre “pessoas de direito” e “não pessoas de direito” — entre o “cidadão”, que não constitui risco à sociedade, e o “inimigo”, que representa um perigo duradouro à sociedade (dimensão da “fronteira”). E apenas ao cidadão se poderia atribuir a qualidade de “pessoa”, bem como as garantias do Direito Penal liberal (dimensão do “narcisismo”).

O “criminoso”, ao contrário, é “animalizado”. A partir de seu comportamento “impulsivo” e “violento” conclui-se que não merece ser tratado como “ser humano” (dimensão do “desligamento da libido, com a consequência da indiferença ou do ódio”). Como indivíduo perigoso, representa uma ameaça aos concidadãos e ao Estado (dimensão da “projeção”). Assim, não “faz jus” às garantias do Estado Democrático de Direito e deve ser perseguido com todas as formas possíveis, ainda que sob a forma de guerra. E quando o inimigo é apreendido — se não for morto

antes disso — devem se aplicar a ele penas duras, de longa duração, para que não comprometa a harmonia social (dimensão da “pretensão de abolir o diferente”).

Diante do suposto aumento exponencial da criminalidade, o discurso criminológico dominante da mídia reivindica a atuação estatal em favor da criminalização de fatos sociais problemáticos (fé na criminalização provedora) e da persecução penal rigorosa dos fatos violentos (dogma da pena). O Direito Penal é apresentado como a solução milagrosa dos conflitos sociais. E não se trata de uma tendência verificada apenas no Brasil, pois também em outros cantos do mundo a mídia propaga o alarme social em face da criminalidade e legitima o Direito Penal como a melhor ou única forma de garantir a segurança pública (dimensão da “*megalomania*”). É, portanto, um discurso que está se espalhando em escala global, com uma intrigante capacidade de legitimar a ascensão do Estado Penal, tendo em vista que acredita na utopia que o maior rigor punitivo seria capaz de eliminar os desvios normativos e prover um mundo livre de conflitos sociais (dimensão da “*vontade de transformar o mundo*”).

A partir do diagnóstico de um “quadro paranoico” na estrutura do discurso criminológico dos meios de comunicação, impõe-se grande preocupação, porque a história, sobretudo do século XX, mostrou do que o homem é capaz quando “desliga a sua libido” do próximo e não reconhece a alteridade dos “outros”.

3.3 Um discurso de alarme social a serviço do controle social penal seletivo

A percepção da criminalidade e do criminoso na opinião pública dá-se principalmente através dos meios de comunicação.³⁵² A representação da criminalidade na mídia, por sua vez, estimula o medo e o sentimento de insegurança na opinião pública. As pessoas acreditam viver em uma sociedade perigosa, assombrada pela criminalidade violenta.

Esse medo social produzido a partir das narrativas jornalísticas é muitas vezes utilizado politicamente como instrumento de legitimação do discurso penal

³⁵² Compare nesse sentido, entre outros, BARAK, Gregg. Media, Society, and Criminology. In: BARAK, Gregg (editor). **Media, process, and the social construction of crime: studies in newsmaking criminology**. New York, London: Garland Publishing, 1994.; CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Tradução: Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2005.; GLASNER, Barry. **Cultura do medo**. Tradução: Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2003.

dominante, tendo em vista que a população procura proteção no rigor punitivo do Estado.³⁵³ Além disso, a difusão do credo criminológico da mídia, que professa a fé no dogma da pena e na criminalização provedora, eleva essa crença ao nível de discurso penal dominante.³⁵⁴

O retrato do crime e da criminalidade nas narrativas jornalísticas repercute sobre a opinião pública, no sentido de legitimar uma “política penal” em sentido estrito, que exerce o controle social do “crime” apenas através da tipificação de condutas, a aplicação de penas e a execução penal. Não aponta para a necessidade de uma verdadeira “política criminal”, no sentido de oferecer políticas públicas de emprego, salário digno, escolarização, moradia etc.,³⁵⁵ repercutindo, em última análise, como instrumento de manutenção do “sistema de poder” da sociedade, recaindo sobre os socialmente marginalizados.

3.3.1 A mídia como agente contaminador do medo social

Todo ser vivo conhece o sentimento do medo. Mas é peculiar ao ser humano ter uma sensação que vai além da ameaça de sua vida. Ele conhece um medo de “segundo grau”, um “medo derivado” capaz de dirigir seu comportamento independente da presença de uma ameaça imediata. É o sentimento de ser “suscetível” ao perigo, é uma sensação de insegurança e vulnerabilidade. O homem acredita estar exposto a inúmeros perigos que podem afetá-lo a qualquer momento, e quando as ameaças se tornarem concretas, ele acha que não terá como delas escapar.³⁵⁶

³⁵³ Conforme CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Tradução: Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2005.; RODRIGUES, José Augusto de Souza. A economia política do medo. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, nº2, p. 269-276, 2º semestre de 1996.; WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

³⁵⁴ BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 7, nº12, p. 271-288, 2º semestre de 2002.

³⁵⁵ Sobre a diferença entre *política penal* e *política criminal*, compare BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2002, p. 201.; SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal**: parte geral. 4ª ed. Curitiba: ICPC; Conceito, 2010, p. 419-420.

³⁵⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 9.

Por outro lado, o medo também é um sentimento ubíquo. Está por todas as partes e a sua origem é indefinida, pois pode vazar, por exemplo, das ruas escuras, da natureza, de outras pessoas “prontas (...) a devastar nossos lares e empregos e ameaçando destruir nossos corpos com a súbita abundância de atrocidades terroristas, crimes violentos, agressões sexuais, comida envenenada, água ou ar poluídos”³⁵⁷.

Diariamente, aprende-se que o inventário de perigos é inesgotável e, nesse ponto, é de se ressaltar a contribuição extraordinária dos meios de comunicação na produção e difusão do medo,³⁵⁸ pois funciona a palavra como agente contaminador.³⁵⁹ Se os jornais não se ocupassem tanto das ameaças existentes na sociedade — e, para efeitos desse trabalho, destacamos particularmente o tratamento dado à criminalidade e aos criminosos como fontes de perigo — então provavelmente não se instauraria um medo social nas dimensões atualmente conhecidas. Evidencia-se o seguinte paradoxo: ainda que a sociedade moderna seja objetivamente a organização social mais segura da história da humanidade, a geração contemporânea é a mais assombrada pelo sentimento da insegurança.³⁶⁰

Ilustrativo à tese do papel disseminador do medo, através dos meios de comunicação, é um estudo empreendido na Venezuela: afirmam 67% dos entrevistados terem conhecimento sobre os problemas de segurança através dos meios de comunicação, ao passo que somente 17% dos participantes referem como fonte de suas avaliações o círculo de convivência mais próximo.³⁶¹ Também uma pesquisa americana, empreendida em nível nacional, aponta para uma realidade similar: 76% dos entrevistados identificam a mídia como fonte de conhecimento sobre o problema da criminalidade no país, enquanto apenas 22% dos participantes

³⁵⁷ BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 11.

³⁵⁸ “Entre as diversas instituições com mais culpa por criar e sustentar o pânico, a imprensa ocupa indiscutivelmente um dos primeiros lugares.” GLASNER, Barry. **Cultura do medo**. Tradução: Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2003, p. 33.

³⁵⁹ Segundo STAROBINSK “há doenças (particularmente doenças neurais e ‘morais’, neuroses e psicoses) que se espalham porque se fala sobre elas”. Assim, é a partir da verbalização que ocorre a disseminação da experiência. STAROBINSK *Apud*, BAUMAN, Zygmunt. Obra citada, p. 70.

³⁶⁰ BAUMAN, Zygmunt. Obra citada, p. 132-133 e 168ss.

³⁶¹ RODRIGUES, José Augusto de Souza. A economia política do medo. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, n°2, p. 269-276, 2º semest re de 1996, p.270.

citam como origem cognitiva sua experiência pessoal.³⁶²

Assim, embora o cidadão nunca tenha sido confrontado diretamente com uma ameaça concreta, ele vive uma sensação de insegurança por força de um perigo em abstrato, sobre o qual ele “ouviu falar”. E é a autoridade dominante dos meios de comunicação que confirma esses medos como sendo “reais”, pois segundo Bauman a mídia “defende — visível e tangivelmente — uma realidade que não se pode ver nem tocar sem a ajuda dela.”³⁶³

Isso fica mais do que evidente na pesquisa de Glasner, anteriormente citada (capítulo 2), sobre a cobertura de assassinatos no noticiário americano entre 1990 e 1998: embora o índice de homicídios tivesse diminuído 20% neste período, o número de notícias sobre assassinatos aumentou 600% (*sem* contar as matérias sobre O. J. Simpson).³⁶⁴ Ou seja, ainda que não existisse uma ameaça concreta — não havia de fato motivo para temer o aumento da criminalidade —, os meios de comunicação, através da exploração de fatos violentos em seus noticiários, acabaram produzindo uma representação equivocada da realidade — como se a criminalidade tivesse aumentado exponencialmente — e contribuíram inegavelmente à produção de um medo de “segundo grau”.

Tais medos abstratos, como adverte Bauman, são muito mais assustadores do que os medos concretos, pois como não se conhece a fonte do perigo, é impossível reagir à ameaça. Assim, o medo difuso, sem motivo nem endereço claro, “nos assombra sem que haja uma explicação visível, [sentimos esse medo quando] a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la.”³⁶⁵ Por conseguinte, é inegável que a mídia reforça o sentimento de insegurança pública através da narrativa dos fatos violentos, tanto através da dramatização e sensacionalização dos incidentes quanto pelo discurso de lei e ordem.³⁶⁶ A exploração econômica da curiosidade do público por esses fatos

³⁶² GLASNER, Barry. **Cultura do medo**. Tradução: Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2003, p. 31.

³⁶³ BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 29.

³⁶⁴ GLASNER, Barry. Obra citada, p. 31.

³⁶⁵ BAUMAN, Zygmunt. Obra citada, p. 8.

³⁶⁶ RODRIGUES, José Augusto de Souza. A economia política do medo. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, p. 269-276, 2º semest re de 1996, p. 270.

conduz na verdade a um “discurso da explosão da criminalidade”,³⁶⁷ instigador do medo social.

Quer dizer, a notícia como fator de sobrevivência econômica da empresa midiática encontra na informação sobre fatos violentos uma mercadoria altamente rentável. No entanto, a super-representação da violência nos meios de comunicação gera uma falsa ideia no imaginário social sobre a ocorrência real dos crimes violentos na sociedade e, dessa maneira, sem nenhum respaldo científico, a exploração da criminalidade por meio do serviço noticioso instala uma “síndrome do colapso iminente da ordem social”.³⁶⁸ Trata-se da “grande capacidade mediática de criar fantasias apocalípticas, que ratificam o sentimento de precariedade da existência.”³⁶⁹

Nesse sentido, a percepção de fatos sociais isoladas — por meio dos meios de comunicação — como se fossem representativos de toda realidade, estimula, em última análise, o medo e o sentimento de insegurança pública. A repercussão social é clara: a sociedade contemporânea está assombrada pela “crença de que vivemos em um momento particularmente perigoso devido ao aumento da criminalidade violenta.”³⁷⁰

3.3.2 A crise de confiança, a segregação social e o esvaziamento do espaço público

A percepção da criminalidade violenta, através dos meios de comunicação, como problema de segurança pública, fundado no medo do crime e do criminoso na sociedade, reflete de modo decisivo sobre a definição mental e espacial da cidade. As narrativas jornalísticas sobre fatos violentos demonstram diariamente que os males produzidos pelo homem são aleatórios e imprevisíveis, ou seja, toda e qualquer pessoa pode ser um criminoso em potencial — embora se pense

³⁶⁷ PASTANA, Débora Regina. **Cultura do Medo**: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: Método, 2003, p. 73.

³⁶⁸ RODRIGUES, José Augusto de Souza. A economia política do medo. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, nº2, p. 269-276, 2ºsemest re de 1996, p. 275.

³⁶⁹ SODRÉ, Muniz. A sedução dos fatos violentos. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, nº1, p. 207-214, 1ºseme tre de 1996, p. 212.

³⁷⁰ PASTANA, Débora Regina. Obra citada, p. 95.

preferencialmente no estereótipo do criminoso, ou seja, o “socialmente marginalizado”. Bauman afirma que a sociedade contemporânea está afetada por uma “crise de confiança”,³⁷¹ porque o mal pode estar em qualquer lugar e não se sabe quem está a seu serviço. Resta ao sujeito apenas ficar de olhos bem abertos, sem jamais relaxar a vigilância, pois não pode confiar em ninguém.

Glasner refere-se aos meios de comunicação como geradores de “desconfiança social”, por força da disseminação do pânico baseado em falsas crises de criminalidade. Relata que, na década de noventa, os noticiários americanos enunciavam uma verdadeira onda de casos de violência no local de trabalho, transformando até mesmo os próprios colegas em fonte de ameaça potencial.³⁷² Essa forma de problematização midiática da violência urbana que enfatiza o desamparo de todos em face de uma situação incontrolável resulta então na produção do pânico da população.³⁷³

A produção do medo nos meios de comunicação, com base nas notícias do crime e do criminoso, sustenta um clima de desconfiança social e reforça preconceitos sociais existentes. Se, como adverte Bauman, o “outro” é uma fonte de ameaça vaga e difusa e resta ao sujeito apenas adivinhar quem sucumbirá às tentações do mal,³⁷⁴ então o estigma do criminoso, sedimentado pelas narrativas jornalísticas, conduz à discriminação de grupos sociais minoritários, que já sofrem a marginalização social.

Encontramos um exemplo paradigmático do poder simbólico dos meios de comunicação no discurso da “underclass” nos Estados Unidos, pois foi graças à mídia que se deu notoriedade ao surgimento de um “novo grupo social” no coração dos Cinturões Negros urbanos, abrangendo os excluídos ou o subproletariado negro. Segundo Wacquant, a “underclass” é identificada por uma série de atributos negativos relacionados à desordem:

³⁷¹ BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 91.

³⁷² GLASNER, Barry. **Cultura do medo**. Tradução: Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2003, p. 79-82.

³⁷³ RODRIGUES, José Augusto de Souza. A economia política do medo. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, nº2, p. 269-276, 2º semest re de 1996, p. 273.

³⁷⁴ BAUMAN, Zygmunt. Obra citada, p. 92.

(...) uma sexualidade fora de controle, famílias chefiadas por mulheres, altas taxas de absenteísmo e reprovação nas escolas, consumo e tráfico de drogas, além de propensão ao crime violento, 'dependência' persistente em relação a auxílio público, desemprego endêmico (devido, de acordo com algumas versões, à rejeição ao trabalho e à recusa em ajustar-se às estruturas convencionais da sociedade), isolamento em áreas com alta densidade de famílias problemáticas etc.³⁷⁵

Mas para o autor, trata-se, nada mais, nada menos, de um discurso preconceituoso que “demoniza” o subproletariado urbano negro no debate público, sem assumir explicitamente sua natureza racista.

De acordo com Caldeira, cujo estudo se dirige à realidade brasileira — sobretudo à cidade de São Paulo —, o discurso midiático encontra-se contaminado por algo que denomina de a “fala do crime”.³⁷⁶ Trata-se de um discurso que reordena simbolicamente o mundo a partir de preconceitos e naturaliza a percepção de determinados grupos como perigosos, pois “de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais.”³⁷⁷ Salienta a autora que tal “criminalização simbólica é um processo social dominante e tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo (...)”.³⁷⁸

Se nos Estados Unidos, os discursos midiáticos referem-se preferencialmente à “underclass” como fonte de perigo e desordem, a pesquisa empírica de Caldeira revela que no Brasil o estigma do criminoso dirige-se àquele grupo social que Jessé Souza denomina de “ralé”.³⁷⁹

³⁷⁵ WACQUANT, Loïs. **As duas faces do gueto**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 44.

³⁷⁶ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000, p. 351-352.

³⁷⁷ **Ibid.**, p. 10.

³⁷⁸ **Id.**

³⁷⁹ De acordo com Jessé Souza, as sociedades periféricas se caracterizam pela produção social de “uma gigantesca ‘ralé’ de inadaptados às demandas da vida produtiva e social modernas, constituindo-se numa legião de ‘imprestáveis’, no sentido sóbrio e objetivo deste termo, com as óbvias consequências, tanto existenciais, na condenação de dezenas de milhões a uma vida trágica sob o ponto de vista material e espiritual, quanto sociopolíticas como a endêmica insegurança pública e marginalização política e econômica desses setores.” (SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003, p. 184) Nessas sociedades periféricas, como é o caso do Brasil, verifica-se uma hierarquia valorativa implícita que determina quem é “gente/cidadão” e quem não é “gente/cidadão”, resultando a subcidadania como um fenômeno de massa. Conforme

(...) **paulistanos de diferentes grupos sociais** – pelo menos aqueles que entrevistei – compartilham algumas concepções sobre o crime e o mal. Eles **parecem achar que os espaços do crime são espaços marginais, como as favelas e cortiços, e que seus habitantes, criminosos em potencial, são pessoas que estão no limite da sociedade, da humanidade e da comunidade política**. Eles ainda **vêem o crime como algo associado ao mal**, que se espalha e contamina facilmente, **e que requer instituições fortes e autoridades para controlá-lo**. Este controle é visto como uma tarefa da cultura contra as forças da natureza.³⁸⁰ (grifamos)

Essa “fala do crime” domina o imaginário da população, pois o medo da violência faz o discurso se disseminar. As pessoas se sentem compelidas a falar sobre o crime, como se isso fosse capaz de aliviar as tensões causadas pela crise de insegurança. Mas ao invés de mitigar a tensão social, a repetição das histórias sobre violência apenas reforça o sentimento de medo da população. Na opinião de Caldeira,

(...) **a fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido**, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada. É nesses intercâmbios verbais do dia-a-dia que as opiniões são formadas e as percepções moldadas, isto é, a fala do crime não só é expressiva como também produtiva. (...) **O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros**. A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que toham os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações. Além disso, a fala do crime também ajuda a violência a proliferar ao legitimar reações privadas ou ilegais – como contratar guardas particulares ou apoiar esquadrões da morte ou justiceiros –, num contexto em que as instituições da ordem parecem falhar.³⁸¹ (grifamos)

Em relação aos reflexos para o espaço urbano, percebemos que cada vez mais as cidades se transformam em verdadeiras “prisões”,³⁸² em “cidades de

pontua Souza, “o valor do brasileiro pobre *não-europeizado* (...) é comparável a que se confere a um animal doméstico, o que caracteriza objetivamente seu status sub-humano.” (SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003, p. 174)

³⁸⁰ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000, p. 57.

³⁸¹ **Ibid.**, p. 27.

³⁸² RICO *Apud* RODRIGUES, José Augusto de Souza. A economia política do medo. **Discursos Sediciosos.Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, p. 269-276, 2º semest re de 1996, p. 271.

muros”.³⁸³ As pessoas amedrontadas deparam-se todos os dias com um mundo mais violento — principalmente, através das narrativas jornalísticas. Por conseguinte, instala-se na sociedade um clima de “sobrecarga de segurança”,³⁸⁴ causado pela sensação de que as ameaças devem ser enfrentadas individualmente. Já que o poder público não é capaz de proteger os cidadãos — e isso os jornais denunciam todos os dias — então as pessoas se isolam, trancam-se e se escondem:

Trincos, ferrolhos, diversos sistemas de segurança, alarmes e câmeras de vigilância disseminaram-se das casas de campo das classes abastadas para as áreas de classe média. Viver por trás de um muro de trancas mecânicas ou protegido por muralhas eletrônicas, apitos, *sprays* de pimenta ou gás lacrimogêneo é parte da orientação urbana para a sobrevivência individual.³⁸⁵

O medo social em face das ameaças reflete-se naquilo que Bauman denomina de “moderna arquitetura de bunker”³⁸⁶. Os edifícios apresentam poucas aberturas e as poucas entradas que tiverem não dão de frente para a rua, mas para os fundos. Não é raro que sejam preenchidos com vidros escuros. Ao se referir às características das cidades brasileiras também Pastana chama atenção para uma “arquitetura do medo”.³⁸⁷ Aqueles que podem, constroem suas residências na forma de edifícios fortificados contra possíveis ameaças. Os acessórios de segurança abrangem cercas, portões automáticos, muros, câmeras de segurança, dispositivos de alarme, empresas de segurança privada. Mas também a população menos abastada tenta prevenir-se, diante deste estado de alarme social. Ela aumenta seus muros e os “enfeita” com cacos de vidro, fixa grades nas janelas, adquire cães de guarda.³⁸⁸ Enfim, tanto o “rico” quanto o “pobre” sentem medo, e ambos tentam prevenir-se da melhor forma possível dos perigos abstratos que estão por toda

³⁸³ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000.

³⁸⁴ BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 56-57.

³⁸⁵ HITZLER, Ronald. *Apud* BAUMAN, Zygmunt. Obra citada, p. 57.

³⁸⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 93.

³⁸⁷ PASTANA, Débora Regina. **Cultura do Medo**: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: Método, 2003, p. 63ss.

³⁸⁸ **Id.**

parte.

Os reflexos não se restringem apenas às unidades habitacionais. Uma análise macroscópica identifica que a cidade está dividida. Ocorre uma verdadeira “segregação espacial”,³⁸⁹ pois existem espaços fechados destinados à residência, ao trabalho, ao lazer e ao consumo. A sociedade brasileira se depara com a proliferação de condomínios fechados, conjuntos comerciais e “shopping centers”. Há uma evidente separação “classista” dos espaços sociais. Aqueles que têm dinheiro residem em condomínios “seguros”, trabalham em conjuntos comerciais com “portaria 24 horas”, fazem compras no shopping sem correr o risco de serem assaltados. Ao contrário, a população mais carente é excluída desses espaços sociais, pois há um guarda ou porteiro que não lhe permite o acesso.

Caldeira, que toma como marco de pesquisa a cidade de São Paulo, demonstra como o crime, o medo da violência e o desrespeito aos direitos da cidadania conduziram a um novo padrão de “segregação espacial” a partir da década de 80, gerando em última análise um espaço público antidemocrático:

Os enclaves fortificados que estão transformando cidades contemporâneas como São Paulo exemplificam a emergência de um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano. (...) ***o novo modelo de segregação separa grupos sociais de uma forma tão explícita que transforma a qualidade do espaço público.***

Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los. Para os pobres, os ‘marginais’, os sem-teto. Por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público. Na verdade, ***criam um espaço que contradiz diretamente os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que ajudaram a organizar tanto o espaço público moderno quanto as modernas democracias.*** Privatização, cercamentos, policiamento de fronteiras e técnicas de distanciamento criam um outro tipo de espaço público: fragmentado, articulado em termos de separações rígidas e segurança sofisticada, e no qual a desigualdade é um valor estruturante (...) ***O novo meio urbano reforça e valoriza desigualdades e separações e é, portanto, um espaço público não-democrático e não-moderno.***³⁹⁰ (*grifamos*)

A crise de confiança promove inegavelmente a promoção da “desintegração social” e a “reclusão dos indivíduos”. As pessoas mudam o comportamento cotidiano

³⁸⁹ PASTANA, Débora Regina. **Cultura do Medo**: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: Método, 2003, p. 63ss.

³⁹⁰ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000, p. 11-12.

por causa do medo da criminalidade e do criminoso. A utilização de “espaços públicos” restringe-se hoje praticamente à circulação. As pessoas preferem ficar em casa ou ir a lugares “mais seguros”. Os socialmente marginalizados — a “underclass”, a “ralé” — figuram como a representação do potencial “criminoso” e, por conseguinte, a sociedade busca aumentar ainda mais a distância em relação a essa parcela da população — consolidando uma rígida segregação social. Em resumo, impõe-se reconhecer o seguinte paradoxo: as cidades que em sua origem eram sinônimos de proteção e segurança, de intercâmbio social e cultural, hoje correspondem a um local de ameaça e violência — sendo que essa inversão conceitual repercute na redefinição do espaço urbano, assombrado pelo medo da criminalidade violenta.

3.3.3 A utilização político-ideológica do medo social da violência

No Brasil, conforme pesquisa de Pastana, os primórdios do medo social relacionam-se a conjunturas políticas que acarretavam a sensação de sérios riscos à vida e à liberdade da coletividade. O governo ditatorial militar projetava-se através do autoritarismo, do terror, da censura e da repressão violenta. Até o final da década de 70 temia-se o Estado e o medo funcionava como garantia do poder político.³⁹¹

No momento em que ocorre a abertura política, a violência urbana é definida como problema nacional. A “dramatização da violência” tem início quando o modelo econômico entra em crise e o discurso da segurança nacional se torna obsoleto por não existir mais a ameaça da guerrilha. É então lançada mão da utilização político-ideológica da violência. O discurso da segurança nacional cede ao discurso da segurança pública. A população se sujeita a um controle ostensivo não mais por medo do Estado opressor. Ao contrário, agora se teme o “criminoso”. Desse modo, o sentimento do medo e da insegurança parece ser mais grave a partir da organização democrática da sociedade.³⁹²

Processa-se a rotinização do medo como instrumento de dominação e na sociedade instala-se um clima de insegurança em face da violência criminal. Surge

³⁹¹ PASTANA, Débora Regina. **Cultura do Medo**: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: Método, 2003, p. 63ss.

³⁹² Id.

uma situação paradoxal: a mesma sociedade, que reivindica o “*laissez faire*” na ordem econômica e social, demanda um Estado forte no combate da violência criminal. A sociedade procura proteção no rigor punitivo do Estado.³⁹³

O discurso da criminalidade domina o imaginário social, ou seja, nas palavras de Malaguti Batista, “se o demônio que acossava a Idade Média era a revolução, [então] o demônio contemporâneo estaria condensado nos discursos do aumento da criminalidade”³⁹⁴. A autora trabalha com a tese de que a “difusão do medo” é um mecanismo que induz e justifica políticas autoritárias de controle social.³⁹⁵ Também Rodrigues entende que, embora não seja possível generalizar o modo como ocorre a formação do sentimento de insegurança e a forma na qual se dá a percepção de suas causas e possíveis soluções, “a formação do sentimento de insegurança e a construção de percepção das suas causas e possíveis soluções parecem estar nitidamente associadas às disputas pela definição de uma cultura política hegemônica.”³⁹⁶

Nesse ponto, é interessante a análise de Chomsky sobre a “teoria da democracia liberal”, segundo a qual a sociedade tem basicamente duas classes de cidadãos. Por um lado, a “classe especializada” que consiste na comunidade intelectual, capaz de entender questões do interesse comum: são os homens responsáveis, capacitados para cuidar da função executiva e para conduzir os demais em direção a um mundo que seriam demasiadamente “burros” para compreender sozinhos. E, por outro lado, resta a grande massa da população, que constitui o “rebanho assustado”, o qual — após ter emprestado seu apoio à “classe especializada” — deve apenas assistir a ação promovida por esta, sem participar da condução dos assuntos gerais, porque não consegue pensar, planejar e entender os interesses comunitários. Para que se mantenha essa divisão das tarefas na sociedade é necessário “algo” para domar a classe do “rebanho assustado”, que

³⁹³ PASTANA, Débora Regina. **Cultura do Medo**: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: Método, 2003, p. 39-46.

³⁹⁴ BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 83.

³⁹⁵ **Ibid.**, p.23.

³⁹⁶ RODRIGUES, José Augusto de Souza. A economia política do medo. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, n°2, p. 269-276, 2º semest re de 1996, p.271.

seria a “fabricação do consenso”.³⁹⁷ Pois, nas palavras do autor:

No caso de um Estado totalitário ou militarista (...) Você apenas segura um cassete sobre suas cabeças e, se saírem da linha, você arrebenta seus crânios. Mas, na medida em que a sociedade se torna mais livre e democrática, você perde esta capacidade. Portanto, você tem que recorrer às técnicas da propaganda. A lógica é clara: **a propaganda está para a democracia assim como o cassete está para o Estado totalitário.**³⁹⁸ (*grifamos*)

Para que essa lógica funcione, é preciso manter as pessoas isoladas. A organização da população é “perigosa”, na medida em que a união de forças e pensamentos é capaz de fazer surgir reivindicações participativas por parte da grande massa da população. Nesse ponto, a função da mídia como lazer contém uma potencialidade de distração da população que é crucial à manutenção das relações de poder, pois enquanto as pessoas ficam sozinhas em casa diante da televisão, escutando o que devem pensar sobre determinados problemas sociais, assimilando os pensamentos dominantes na sociedade, enquanto aqueles que questionam o discurso midiático, que lhes é imposto unilateralmente,³⁹⁹ não conseguem perceber que há outras pessoas que pensam o mesmo, enquanto isso permanece assim, dificilmente ocorrerá qualquer mobilização social com um potencial de transformação social.

Mas adverte Chomsky que não basta apenas confiar na distração da população com base nos meios de comunicação:

Apenas nos dois anos em que George Bush está no governo, três milhões a mais de crianças ultrapassaram a linha de pobreza, a dívida está disparando, a qualidade do ensino declinando, os salários reais retornaram a níveis do final dos anos cinquenta para a maioria da população e não se faz nada a respeito. Diante de tais circunstâncias **você tem que desviar as atenções do rebanho assustado, porque se ele começar a perceber o que está acontecendo pode ser que ele não goste**, pois ele é que sofre as consequências. **Deixá-lo assistindo ao Superbowl e a seriados de humor pode não ser suficiente. Você tem que insuflar nele o medo de inimigos.**⁴⁰⁰ (*grifamos*)

³⁹⁷ CHOMSKY, Noam. **Controle da mídia**: os espetaculares feitos da propaganda. Tradução: Antônio Augusto Fontes. Rio de Janeiro: Graphia, 2003, p. 15ss.

³⁹⁸ *Ibid.*, p. 19.

³⁹⁹ Tanto é que SODRÉ afirma a existência de um “monopólio da fala” dos discursos midiáticos, tendo em vista que o discurso é sempre unilateral, não havendo possibilidade de diálogo ou comunicação no sentido verdadeiro da palavra. (SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.)

⁴⁰⁰ CHOMSKY, Noam. Obra citada, p. 38.

É então necessário “insuflar o medo” no “rebanho assustado”, porque se ele não estiver adequadamente intimidado, se ele não estiver amedrontado por ameaças capazes de destruí-lo, então ele pode começar a refletir sobre as dinâmicas sociais, o que é arriscado à manutenção das relações de poder. Percebe-se, então, que a intimidação da população torna-se uma técnica comum em momentos de recrudescimento das formas autoritárias de dominação. Deve-se criar uma ameaça, para em seguida apresentar uma campanha para esmagá-la.

A tese chomskyana harmoniza com a opinião de Aniyar de Castro, segundo a qual muitas vezes há um interesse político muito claro na construção do sentimento de insegurança. Via de regra, o medo desvia a atenção pública de assuntos “mais importantes”. Mas esse sentimento de pavor não se presta apenas à distração da população. Também pode ser utilizado para justificar políticas autoritárias de controle social.⁴⁰¹

Nesse contexto, as forças políticas interessadas na manutenção do “status quo” encontram nos meios de comunicação um veículo ideal para a propagação do medo social. É amplo o espaço dedicado à transmissão de informações sobre a criminalidade violenta, porque a notícia-espetáculo configura uma mercadoria altamente lucrativa para a empresa midiática. O critério da rentabilidade da notícia gera uma representação desproporcional da delinquência nos meios de comunicação e, dessa forma, a produção da informação acerca da violência criminal, embora não corresponda à realidade, nem à intensidade dos fatos reais, aumenta o medo e a insegurança na sociedade.

Tendo em vista que o sistema capitalista precisa de “um poder punitivo onipresente e capilarizado, para o controle penal dos contingentes humanos que ele mesmo marginaliza”,⁴⁰² é decisiva a imagem do crime e do criminoso na opinião pública para a sustentação e legitimação do Direito Penal vigente. Nesse sentido, também é o raciocínio de Malaguti Batista:

(...) se a sociedade industrial européia proletarizou os camponeses e impôs nas cidades a disciplina do trabalho, como pode impor agora a disciplina do desemprego? **Quais são as técnicas de obediência obrigatória que podem funcionar contra as multidões crescentes que não tem e não terão emprego?**

⁴⁰¹ CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Tradução: Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2005, p. 217.

⁴⁰² BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 7, n°12, p. 271-288, 2º semestre de 2002, p. 272.

A resposta está na fabricação de medos tangíveis e na construção de um gigantesco sistema penal.⁴⁰³ (*grifamos*)

Nota-se que, como adverte Bauman, na consciência das pessoas o medo derivado desvincula-se com facilidade dos perigos que lhe dão causa. Dessa maneira, é possível que as reações defensivas ou agressivas sejam dirigidas para longe dos perigos que de fato geraram a suspeita de insegurança.⁴⁰⁴ Assim, os processos de alarme social criados pela mídia em face do inimigo — “o criminoso” — muitas vezes são utilizados estrategicamente pelas forças políticas, com o intuito de manter as relações de poder.⁴⁰⁵ Ou seja, o medo social em face da explosão da criminalidade figura como instrumento de legitimação do sistema penal e de políticas autoritárias de controle social — superando muito a fronteira da legalidade.

Como bem lembra Caldeira, a “fala do crime”, que engendra uma ordem simbólica discriminatória de alguns grupos sociais com base na dicotomia do bem e do mal, promove a criminalização dos socialmente marginalizados e os torna vítimas da violência, ao legitimar meios repressivos não só legais, mas também ilegais. Dessa forma, a fala do crime produz além da segregação social e espacial igualmente abusos por parte das instituições da ordem.⁴⁰⁶ Nas palavras da autora:

À medida que os pensamentos e atos das pessoas são moldados pelo **raciocínio categorizante da fala do crime**, sua influência **se espalha, afetando não apenas as interações sociais mas também as políticas públicas e o comportamento político**. Assim, a ordem simbólica da fala do crime visível e materialmente faz a mediação da violência. Na São Paulo de hoje, **o apoio a soluções privadas e violentas para o crime** não apenas gera discursos, mas também **alimenta o crescimento fenomenal da indústria de segurança privada (tanto legal como ilegal)**. Além disso, esse apoio **gera indiferença em relação às ações ilegais de uma força policial que em 1992 matou 1.470 suspeitos de crimes em São Paulo**. A nova Constituição, aprovada após o fim do regime militar, é descrita por muitos depreciativamente como ‘protetora de bandidos’. Se o medo do crime e a expansão da violência são reais em São Paulo, e se o crime está fornecendo uma linguagem com a qual se pode falar e pensar sobre muitos

⁴⁰³ BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 99.

⁴⁰⁴ BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

⁴⁰⁵ BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999, p. 204-205.

⁴⁰⁶ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000, p. 43-44.

outros processos de desestabilização, também é verdade que, **com a ajuda da fala do crime, o que está sendo forjado é uma cidade muito mais segregada e uma sociedade muito mais desigual, na qual as noções de justiça e os direitos de cidadania são diretamente contestados, apesar do sistema político democrático.**⁴⁰⁷ (*grifamos*)

A representação social da criminalidade, marcada pelo sentimento de insegurança pública, repercute portanto não apenas na segregação social e na construção de “cidades de muros”. Também sustenta o controle social violento e seletivo de determinados segmentos populacionais — a “ralé” —, em total desacordo com os ditames do Estado Democrático de Direito.

⁴⁰⁷ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000, p. 44.

4 A PROPOSIÇÃO DE UM POSSÍVEL CAMINHO DIANTE DA CONJUNTURA SÓCIO-POLÍTICA ATUAL A PARTIR DAS LIÇÕES DO PASSADO

O discurso criminológico dominante nos meios de comunicação revelou-se acientífico, paranoico e legitimador de um controle social penal autoritário e seletivo. E, nesse sentido, é claramente incompatível com a existência de concepções plurais na sociedade e a pretensão formal de construção de um verdadeiro Estado Democrático de Direito.

A dissolução da “pluralidade” e a falta de reconhecimento da “alteridade” podem levar à legitimação de projetos e políticas autoritárias, colocando em risco, inclusive, a própria existência humana. Impõe-se, portanto, retomar a dimensão plural da sociedade, o que pode ser feito a partir das obras de Hannah Arendt e Zygmunt Bauman.

A partir dessas digressões, o caminho aqui proposto, diante da conjuntura sócio-política atual, é o do resgate da política. E, dentro desse projeto maior, pensando especificamente na problemática do discurso criminológico dominante — que é o objeto específico de reflexão desse trabalho —, pretendemos destacar a potencialidade do paradigma da “newsmaking ciminology”.

4.1 Uma digressão arendtiana

Hannah Arendt nasceu em 1906, em Hannover, na Alemanha, numa família de judeus intelectualizados. Foi uma teórica política central do século XX, destacando-se, no entanto, sempre pela sua preocupação com a práxis — tanto é que agiu politicamente nos movimentos de resistência ao nazismo e foi presa por coletar material de propaganda nazista com o intuito de denunciar o nacional-socialismo no exterior.⁴⁰⁸

Após sua inovadora análise dos fenômenos totalitários — em “Origens do totalitarismo” —, Arendt se dedicou ao estudo dos dilemas das sociedades democráticas liberais de massa e mercado, nas quais a política foi reduzida à mera

⁴⁰⁸ DUARTE, André. Hannah Arendt: A crise da política na modernidade. In: CODATO, Adriano (Org.). **Tecendo o Presente**: oito autores para pensar o século XX. Curitiba: SESC PARANÁ, 2006, p. 53-54.

administração das necessidades sociais.⁴⁰⁹

Na obra “A condição humana”, a autora aprofunda o seu pensamento político com base no paradigma da “vita activa”.⁴¹⁰ É possível dizer que o cerne desta obra fundamental do pensamento político arendtiano é a “importância da política”,⁴¹¹ pois se trata de um “extraordinário elogio da política e uma aposta em sua importância num mundo no qual ela parecia relegada a um segundo plano.”⁴¹²

4.1.1 O contexto do pensamento político de Hannah Arendt

Arendt procura resgatar a “dignidade da política” através da recuperação e reformulação das categorias da tradição do pensamento político, iniciando pela formulação de seu paradigma da “vita activa”. Para ela, esse termo se refere a três atividades humanas fundamentais — trabalho, obra e ação^{413 414} —, que dizem respeito às condições básicas da vida do homem na Terra:

a) O “trabalho” é a atividade relacionada ao “processo biológico do corpo humano”. Satisfaz, portanto, as “necessidades vitais” do homem, ou seja, garante a sua “sobrevivência”. Assim, vincula-se à condição humana da própria “vida”. Mas o

⁴⁰⁹ Compare, nesse sentido, DUARTE, André. Hannah Arendt: A crise da política na modernidade. In: CODATO, Adriano (Org.). **Tecendo o Presente**: oito autores para pensar o século XX. Curitiba: SESC PARANÁ, 2006, p. 55-57.

⁴¹⁰ Nesse sentido, é curioso notar que Hannah Arendt modifica o título dessa obra em sua tradução alemã, pois nesta versão não mantém o título original da edição americana “The human condition” (“A condição humana”), mas utiliza o título “Vita activa oder vom tätigen Leben” (“Vita activa ou da vida ativa” (tradução nossa)).

⁴¹¹ CANOVAN, Margaret. *Introduction*. In: ARENDT, Hannah. **The human condition**. 2. ed. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1998, p. xvi.

⁴¹² BIGNOTTO, Newton. A presença de Hannah Arendt. In: CORREIA, Adriano; NASCIMENTO, Mariângela M. (Org.). **Hannah Arendt**: Entre o Passado e o Futuro. Juiz de Fora: UFJF, 2008, p. 7.

⁴¹³ A autora destaca que apenas com o desaparecimento da antiga cidade-Estado o termo “vita activa” deixa de significar apenas “uma vida dedicada aos assuntos públicos-políticos”, para então se referir a todo tipo de atividade no mundo, incluindo portanto a obra e o trabalho, que para ela se inserem igualmente em seu conceito de “vita activa”. (ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª ed. rev. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 14 e 16.)

⁴¹⁴ Adriano Correia chama atenção que nas edições anteriores de “A condição humana” da Editora Forense Universitária as palavras inglesas “labor” e “work” foram traduzidas como “labor” e “trabalho”, ao passo que nesta 11ª edição esses mesmos termos foram vertidos como “trabalho” e “obra”. (CORREIA, Adriano. *Apresentação à nova edição brasileira*. In: ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª ed. rev. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. v.)

indivíduo que trabalha e consome, embora possa pertencer a uma espécie animal mais desenvolvida, não se distingue fundamentalmente dos demais animais — é um “animal laborans”.⁴¹⁵

b) A “obra” ou “fabricação” é a atividade relacionada ao “artificialismo” da existência humana. Na medida em que o homem constrói e fabrica as coisas, ele confere certa durabilidade ao mundo e, por conseguinte, a “obra” corresponde à condição humana da “mundanidade”. É a capacidade do “homo faber” — de fazer, produzir e fabricar — que permite redimir o “animal laborans” da vicissitude da sujeição ao ciclo do processo vital, pois suaviza as labutas e penas do trabalho através de instrumentos e de sua racionalidade de meio/fim.⁴¹⁶

c) E, por último, a “ação” é a atividade que se realiza diretamente entre os homens sem a mediação das coisas. A “ação” está relacionada à condição humana da “pluralidade” — já que ocorre entre os homens “no plural” —, e esta “pluralidade” humana é a condição fundamental de toda a vida política.⁴¹⁷ No espaço político, os homens diferentes — salienta-se que, embora todos sejam iguais porque são homens, também são todos diferentes porque são únicos — organizam a sua coexistência.⁴¹⁸ Essa singularidade de cada homem fundamenta o conceito arendtiano da “natalidade”, pois cada nascimento carrega em si a potencialidade de um novo começo a ser produzido pela ação.⁴¹⁹ É nesse sentido que ela afirma seu otimismo em relação ao homem como “fazedor de milagres”, pois

(...) [o] homem tem, evidentemente, um talento fantástico e misterioso para fazer milagres. A palavra usual, corriqueira, disponível na linguagem para tal talento é ‘ação’. A ação é absolutamente singular no sentido de pôr em marcha processos que, em seu automatismo, se parecem muito com os processos naturais, mas também no de marcar o começo de alguma coisa, começar algo novo, tomar a iniciativa ou, em termos kantianos, forjar a sua própria corrente.⁴²⁰

⁴¹⁵ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª ed. rev. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 8 e 104.

⁴¹⁶ *Ibid.*, p. 8, 191 e 294.

⁴¹⁷ *Ibid.*, p. 8-10.

⁴¹⁸ ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008, p. 145-147.

⁴¹⁹ “O que se opõe a toda predeterminação e conhecimento do futuro é o fato de que o mundo se renova diariamente pelo nascimento e é constantemente arrastado para o imprevisivelmente novo pela espontaneidade de cada nova chegada.” (*Ibid.*, p. 183.)

⁴²⁰ *Ibid.*, p. 167.

O conceito da ação revela-se, portanto, central para a sua concepção de política. Além da potencialidade de “instaurar o novo”, é através das faculdades da ação e do discurso⁴²¹ que o “homo faber” é redimido da vicissitude da ausência de significado,⁴²² tendo em vista que “uma vida sem discurso e sem ação (...) é literalmente morta para o mundo; deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é mais vivida entre os homens.”⁴²³

Ao tomar a pólis grega como uma forma organizacional de vida em comum humana exemplar, tendo em vista aquilo que entendemos por política,⁴²⁴ Arendt retorna ainda à oposição entre esfera pública e esfera privada, para encontrar novos critérios de avaliação do sentido da política.

Na cidade-estado o homem estava inserido em duas ordens diametralmente opostas de existência: a) por um lado, ele experimentava uma vida privada, que dizia respeito àquilo que lhe era próprio (“idion”), e, b) por outro lado, vivia o “bios politikos”, no qual interessava aquilo que era comum (“koinon”). Assim, no antigo pensamento político, havia uma nítida separação entre as atividades relativas à manutenção da vida e as atividades relativas a um mundo comum — tanto é que para Aristóteles apenas a ação (“praxis”) e o discurso (“lexis”) eram compreendidas como atividades políticas que constituíam o “bios politikos”, excluindo-se deste tudo aquilo que se referia apenas ao necessário ou útil.⁴²⁵

A dicotomia entre esfera pública e privada reflete, portanto, a existência em separado do domínio da família e da política na antiga cidade-Estado. Enquanto o “lar” era a esfera das necessidades da vida e dos modos pré-políticos de organização, na qual reinava a desigualdade e na qual a força e a violência se justificavam para tornar o homem livre de tais necessidades (através do domínio de escravos, por exemplo), o espaço da pólis era a esfera da verdadeira liberdade, na

⁴²¹ Arendt salienta que nos tempos de Homero o discurso era visto como uma forma de ação. (ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008, p. 181.)

⁴²² ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª ed. rev. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 294.

⁴²³ **Ibid.**, p. 221.

⁴²⁴ Compare, nesse sentido, também ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008, p.168.

⁴²⁵ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª ed. rev. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 28-29 e 34.

qual não havia sujeição a qualquer necessidade, onde todos eram iguais entre si (ninguém comandava ninguém) e se podia alcançar a verdadeira felicidade, a “vida boa” de Aristóteles.⁴²⁶

Ao aprofundar o significado da esfera pública, Arendt esclarece que a palavra “público” se refere a dois fenômenos correlatos: a) “Significa, em primeiro lugar, que tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível.”⁴²⁷ Assim, a esfera pública é muito importante, pois se a aparência constitui a realidade, aquilo que não é visto e ouvido pelos outros possui apenas uma existência incerta e obscura.⁴²⁸ b) “Em segundo lugar, o termo ‘público’ significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele.”⁴²⁹ Aqui, a autora toma o mundo como algo construído pelo homem, como um espaço-entre que, ao mesmo tempo, une e separa as pessoas.

Mas esse mundo comum depende de certa permanência, pois o espaço público deve transcender a duração da vida de homens mortais. O mundo comum é, afinal de contas, “aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos.”⁴³⁰ Então adverte Arendt: “(...) esse mundo comum só pode sobreviver ao vir e ir das gerações na medida em que aparece em público. É a publicidade do domínio público que pode absorver e fazer brilhar por séculos tudo o que os homens venham a querer preservar da ruína natural do tempo.”⁴³¹ Não é por outro motivo que, para os gregos antigos, a esfera pública, a pólis, era o espaço no qual se podia alcançar a imortalidade, pois algum feito poderia levar à admiração

⁴²⁶ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª ed. rev. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p.44.

⁴²⁷ **Ibid.**, p. 61.

⁴²⁸ Arendt traz o exemplo do sentimento da dor física: trata-se de uma experiência subjetiva, incapaz de assumir qualquer forma de aparência. No entanto, nem todas as coisas suportam a “luz crua” do mundo público – o amor, por exemplo, embora seja relevante, só consegue sobreviver na esfera privada. (**Ibid.**, p. 62-63.)

⁴²⁹ **Ibid.**, p. 64.

⁴³⁰ **Ibid.**, p. 67.

⁴³¹ **Id.**

pública imortal.⁴³²

Por outro lado, a vida pública é fundamental porque permite que as coisas apareçam, sejam vistas e ouvidas através de perspectivas variadas e plurais. Isso permite que a realidade se manifeste da forma mais fidedigna possível e impede que os homens fiquem presos à própria subjetividade.⁴³³ Na opinião de Arendt, “o mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva.”⁴³⁴

A esfera privada, em oposição à múltipla importância da esfera pública, possuía um caráter “privativo”, no sentido de privação da realidade — já que não se era visto nem ouvido —, no sentido de não ter relações objetivas com os demais cidadãos através de um mundo comum, e, por fim, no sentido de não poder realizar algo mais permanente na esfera pública. Dessa forma, na pólis grega, “viver uma vida inteiramente privada significava, acima de tudo, estar privado de coisas essenciais a uma vida verdadeiramente humana.”⁴³⁵

Resta claro que na Grécia antiga a atuação no domínio público não era vista como um “ônus”, mas como a possibilidade de ser verdadeiramente livre e de se realizar uma vida com dignidade humana. A partir da análise do significado da oposição entre esfera pública e privada, a autora procura então resgatar o sentido original da política.

Arendt sempre se preocupou em deixar claro que a política necessita da “pluralidade” humana, pois se realiza entre os homens “no plural”. O homem em si é apolítico, pois sozinho não é capaz de ação e discurso. É através da política que os absolutamente diferentes se organizam.⁴³⁶

A clara distinção entre domínio público e domínio privado no pensamento grego — isto é, entre o espaço da pólis e o espaço do lar —, além de excluir da política os assuntos referentes à provisão das necessidades práticas da vida, como acima referido, permite Arendt a resgatar o sentido original da política como

⁴³² ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª ed. rev. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 67-68.

⁴³³ **Ibid.**, p. 70.

⁴³⁴ **Ibid.**, p. 71.

⁴³⁵ **Id.**

⁴³⁶ ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008, p. 146-147.

liberdade, pois “ser livre” e “viver na polis” eram equivalentes, já que, nas palavras da autora,

(...) para poder viver numa pólis o homem precisava já ser livre sob outro aspecto – não podia estar submetido como escravo à dominação de outro ou como trabalhador à necessidade de ganhar o pão de cada dia. O homem devia primeiro ser libertado ou libertar-se a si próprio para poder desfrutar a liberdade, e ser libertado da dominação das necessidades da vida era o verdadeiro significado (...) [daquilo] que hoje chamamos de ócio, lazer.⁴³⁷

Assim, a liberdade só existia no singular espaço da política e se manifestava através da capacidade de ação e discurso. Na Grécia clássica, a política não era um meio para alcançar um fim maior, mas era primordialmente o próprio fim. A possibilidade de atuar politicamente significava movimentar-se livremente num espaço de igualdade, onde não havia qualquer forma de sujeição, já que todos eram iguais e ninguém governava ninguém. Era um espaço no qual os assuntos se resolviam através do diálogo e da persuasão.⁴³⁸ Por conseguinte, a perda do espaço político implicava também a perda da liberdade.⁴³⁹

Para Arendt, refletir sobre a experiência da pólis grega e resgatar o conteúdo original do conceito de política é fundamental para demonstrar que a política na verdade não é em si uma necessidade e que ela nem sempre existiu e muito menos precisará existir sempre — embora considere trágico o seu desaparecimento.

Se, em suas palavras, “a política começa onde termina a esfera das necessidades materiais e da força física”, então “[a] política como tal existiu tão raramente e em tão poucos lugares, que, falando historicamente, só umas poucas épocas extraordinárias a conheceram e a tornaram realidade.”⁴⁴⁰

Em todo caso, a experiência da Grécia clássica, além de revelar a intrínseca relação entre política e liberdade, demonstra que, em seu sentido original, a liberdade não significava apenas poder dizer o que se queria — no sentido de liberdade de opinião —, muito menos estar livre do ônus da responsabilidade política — no sentido de estar livre de obrigações cívicas —, mas que a liberdade tinha o

⁴³⁷ ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008, p. 171.

⁴³⁸ **Ibid.**, p. 172.

⁴³⁹ **Ibid.**, p. 174.

⁴⁴⁰ **Id.**

significado, sobretudo, de poder realizar a ação e o discurso.⁴⁴¹ Como anteriormente destacado, era na esfera pública que se podia agir e realizar algum feito memorável para engrandecer a existência humana e assim apenas a política era capaz de libertar o homem da futilidade de uma existência puramente animal.

Isso fica evidente no próprio significado da palavra grega “archein” como “começar” e “conduzir”. Na arena da política grega, a liberdade de ação dizia então respeito ao “começar algo” e “conduzir algo”. Apenas aquele que era livre podia iniciar algo novo. Essa capacidade de ação poderia ser traduzida hoje como aquilo que associamos à “espontaneidade” e constitui o cerne do conceito arendtiano de “natalidade”.⁴⁴²

A liberdade, no entanto, possui ainda outro significado. Na medida em que se exerce no espaço público — local onde se revela, por excelência, a condição humana da pluralidade já que todos podem agir e falar livremente como iguais —, ela permite apreender de modo mais adequado o mundo objetivo em sua plena realidade. O mundo sobre o qual se fala surge, portanto, a partir do diálogo plural.⁴⁴³

Para Arendt, é de suma importância compreender a identidade entre liberdade e política. Impõe-se assimilar que, em sua conceituação originária, a liberdade não é, portanto, um objetivo a ser alcançado por meios políticos. Ao contrário, a constituição do espaço político na Grécia clássica não ocorria com base na ação e no discurso. A libertação do homem da sujeição às necessidades vitais era conquistada por meios não políticos — através da coação, da força bruta, da escravidão.⁴⁴⁴

Por conseguinte, na perspectiva de Arendt,

(...) [a liberdade] quer como liberdade de partir e começar algo novo e inaudito, quer como liberdade de interagir oralmente com muitos outros e experimentar a diversidade que é a totalidade do mundo — (...) não é o objetivo último da política, isto é, algo que possa ser alcançado por meios políticos, mas, ao contrário, a substância e o significado de tudo que é político. Nesse sentido, política e liberdade são idênticas, e onde inexiste esse tipo de liberdade inexiste espaço

⁴⁴¹ ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008, p. 181.

⁴⁴² **Ibid.**, p. 182.

⁴⁴³ **Ibid.**, p. 184-185.

⁴⁴⁴ **Ibid.**, p. 171; 185-188.

verdadeiramente político.⁴⁴⁵

Esboçada a perspectiva política arendtiana, na qual a política deve ser entendida como liberdade e o espaço público-político deve ser compreendido não como local das necessidades nem da coação, mas da ação e do discurso — onde se pode inaugurar o novo —, é possível agora lançar um olhar sobre o seu diagnóstico da modernidade.

4.1.2 O diagnóstico arendtiano da sociedade moderna

De acordo com Arendt, o surgimento da esfera social se deu concomitante à eclosão da era moderna e encontrou sua forma política no Estado-nação.⁴⁴⁶ A autora conceitua a sociedade como “o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana [e afirma que] sua forma política de organização é denominada ‘nação’.”⁴⁴⁷

Se a comunidade política é encarada como uma grande família, então a política funciona agora como meio de administração dos assuntos domésticos em nível nacional⁴⁴⁸ —, ou seja, “[com] a ascendência da sociedade, isto é, do ‘lar’ (oikia) ou das atividades econômicas ao domínio público, a administração doméstica e todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família transformaram-se em preocupação ‘coletiva’.”⁴⁴⁹

Mas, nas palavras de Arendt, “[o] aparecimento da sociedade (...) do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública não apenas turvou a antiga fronteira entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão, ao ponto de torná-los quase

⁴⁴⁵ ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008, p. 185.

⁴⁴⁶ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª ed. rev. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 33.

⁴⁴⁷ **Ibid.**, p. 34.

⁴⁴⁸ **Id.**

⁴⁴⁹ **Ibid.**, p. 39-40.

irreconhecíveis.”⁴⁵⁰

Enquanto para os antigos a esfera privada estava vinculada às “necessidades” e à “privação” da participação na esfera pública — significando a ausência de liberdade do homem —, a privatividade moderna surgiu para proteger a “intimidade” da pretensão da sociedade de “conformar” e “normalizar” os seus membros. Ou seja, se antigamente a esfera política era o espaço da livre manifestação da individualidade, onde se podia realizar feitos memoráveis, na modernidade o sujeito vive a “diferença” no espaço privado.⁴⁵¹

Tais mudanças apontadas por Arendt significam fundamentalmente duas coisas: por um lado, os assuntos debatidos na esfera pública não dizem mais respeito às questões originalmente compreendidas como políticas — já que versam sobre as necessidades vitais dos membros sociais —, e, por outro lado, as pessoas não identificam mais a política como liberdade, já que a responsabilidade política é encarada como um ônus, que precisa ser suportado por alguns para desonerar os demais.

Mas, na perspectiva arendtiana, o banimento da capacidade de ação e discurso para a esfera do íntimo implicou a perda da qualidade dessas capacidades na modernidade,⁴⁵² assim como a liberação dos deveres cívicos de participação política enfraqueceu e distorceu completamente a noção de soberania do povo.⁴⁵³ Evidencia-se, portanto, na era moderna uma nítida atrofia da esfera política.⁴⁵⁴

Assim, nas palavras da autora:

O que hoje entendemos por **governo constitucional** (...) é essencialmente um governo controlado pelos governados e limitado em seus poderes e quanto ao uso da força (...) em nome da liberdade, para a sociedade e para o indivíduo. (...) **Não se trata tanto, pelo menos não primordialmente, de tornar possível a liberdade de agir e a de ser politicamente ativo. Estas seguem sendo prerrogativas do governo e dos políticos profissionais que se oferecem, pela via indireta do sistema partidário, às pessoas como seus delegados e que**

⁴⁵⁰ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª ed. rev. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 46.

⁴⁵¹ **Ibid.**, p. 46-51.

⁴⁵² **Ibid.**, p. 60.

⁴⁵³ ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008, p. 200.

⁴⁵⁴ **Ibid.**, p. 212.

representam os seus interesses junto ao Estado (...) ⁴⁵⁵ (*grifamos*)

Se na era moderna o homem está cada vez mais “livre” dos assuntos público-políticos, então ele está cada vez mais “livre” para trabalhar e consumir — ou não seria o caso dele estar cada vez mais coagido pelas necessidades da vida? ⁴⁵⁶

Arendt identifica, por conseguinte, a tendência de que todas as comunidades se transformaram em sociedades de operários e assalariados, bem como de que os membros da sociedade se tornaram todos “laboradores”, isto é, seres humanos cuja vida não está governada pela liberdade, mas pela necessidade — tendo em vista que suas atividades estão fundamentalmente direcionadas à satisfação das necessidades da vida. ⁴⁵⁷

Desse modo, a autora verifica que na sociedade de consumo, “os ideais do *homo faber*, fabricante do mundo, que são a permanência, a estabilidade e a durabilidade, foram sacrificados à abundância, o ideal do *animal laborans*.” ⁴⁵⁸ Mas essa vitória do “animal laborans” implica a redução do homem a um mero animal que “trabalha para consumir” e “consome para trabalhar”, conforme síntese apropriada de André Duarte. ⁴⁵⁹

A política que na tradição tornava a vida do homem verdadeiramente humana, por distingui-lo do mero animal, foi sacrificada na sociedade de consumo, pois

(...) o tempo excedente do *animal laborans* jamais é empregado em algo que não seja o consumo, e quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e ardentes são os seus apetites. O fato de que esses apetites se tornam mais sofisticados, de modo que o consumo já não se restringe às necessidades da vida, mas, ao contrário, concentra-se principalmente nas superfluidades da vida, não altera o caráter dessa sociedade, mas comporta o grave perigo de que afinal nenhum objeto do mundo esteja a salvo do consumo e da aniquilação por meio do

⁴⁵⁵ ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008, p. 201.

⁴⁵⁶ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª ed. rev. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 56, e ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008, 207.

⁴⁵⁷ ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008, 207-208.

⁴⁵⁸ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª ed. rev. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 156.

⁴⁵⁹ DUARTE, André. Hannah Arendt: A crise da política na modernidade. In: CODATO, Adriano (Org.). **Tecendo o Presente**: oito autores para pensar o século XX. Curitiba: SESC PARANÁ, 2006, p. 59.

consumo.⁴⁶⁰

Na opinião de Arendt, o estado calamitoso do mundo se revela na redução da política contemporânea à preocupação com a existência pura e simplesmente de todos — “calamidade que ameaça livrar o mundo não só da política, como também de tudo mais.”⁴⁶¹

4.2 Uma digressão baumaniana

Zygmunt Bauman nasceu em 1925, na Posnânia, na Polônia. Em 1939, foi obrigado a fugir com sua família para a Rússia, para escapar do destino que o Holocausto preparava para todas as famílias judias polonesas. Após a guerra, retornou à sua terra natal, ingressou no Partido Comunista e estudou na Universidade de Varsóvia, onde posteriormente foi professor, até que uma nova onda de antissemitismo e de repressão o obrigou a exilar de seu país com a sua esposa e as suas três filhas. Desde 1971, é radicado na Inglaterra. Atualmente é professor emérito não apenas da Universidade de Leeds, que o acolheu na década de setenta, mas também da Universidade de Varsóvia.⁴⁶²

É um filósofo e sociólogo central do século XX, engajado na luta por uma sociedade mais justa, igualitária e emancipada. Entre suas obras, pretendemos destacar aqui, entre outras, “Modernidade e Holocausto”, cujo valor inestimável foi reconhecido através do “Prêmio Amalfi” em 1989. Nessa obra específica, Bauman procurou encerrar a triste sabedoria contida no livro “Inverno de manhã” de sua esposa Janina, qual seja: “A coisa mais cruel da crueldade é que desumaniza suas vítimas antes de destruí-las. E a mais dura das lutas é continuar humano em

⁴⁶⁰ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª ed. rev. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 165-166.

⁴⁶¹ ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008, 204.

⁴⁶² PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Entrevista com Zygmunt Bauman. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 1, Junho de 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100015&lng=en&nrm=iso>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

condições inumanas.”⁴⁶³

No começo de sua investigação, achava que os cientistas sociais deviam esclarecer o Holocausto. No decorrer de sua pesquisa, contudo, percebeu que era o Holocausto que podia esclarecer algo sobre a sociedade moderna.⁴⁶⁴ E é pelas conclusões do filósofo-sociólogo polonês, bem como pela sua incansável luta em favor da emancipação, que a presente digressão baumaniana se impõe como fundamental para refletir sobre a atual conjuntura sócio-política.

4.2.1. A decantação das lições do holocausto

Bauman interpreta o Holocausto como produto da civilização moderna. Em sua opinião, é necessário superar o mito de uma sociedade ocidental emergindo da barbárie pré-social e assumir a “dupla face” da civilização moderna. O Holocausto não foi um “tumor canceroso” no corpo de outra forma sadio da sociedade civilizada, como frequentemente afirmado, mas revelou justamente esta “outra face”, isto é, a fraqueza humana em relação aos produtos da civilização moderna (tais como a tecnologia, os critérios racionais de escolha etc.). O assassinato em massa foi realização tecnológica de uma sociedade industrial e sucesso de organização de uma sociedade burocrática, marcada por uma forte racionalidade instrumental, que percebe a sociedade como objeto de administração.⁴⁶⁵

A história mostra que o Holocausto não foi cometido por criminosos de nascença, sádicos ou loucos. A maioria dos que executaram o genocídio eram pessoas normais, assim como também as estruturas da organização que coordenaram as ações dos indivíduos eram normais. Contudo, a realização da solução final pressupunha a superação da “piedade animal” que afeta todos os homens normais na presença do sofrimento físico. Nesse contexto, as pesquisas de Bauman indicam que as inibições morais contra atrocidades violentas tendem a ser corroídas se a violência é autorizada ou se as vítimas da violência são

⁴⁶³ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 237.

⁴⁶⁴ **Ibid.**, p. 10ss.

⁴⁶⁵ **Ibid.**, p. 19-37.

desumanizadas.⁴⁶⁶

No caso do Holocausto, deve-se destacar o papel da “disciplina da organização”, pois dentro da cadeia burocrática havia a exigência de obedecer a ordens superiores. O Holocausto foi produto de uma sociedade rigidamente organizada e disciplinada, na qual a própria violência tornou-se uma técnica puramente racional. A disciplina substituiu a responsabilidade moral e, assim, produziu indiferença moral em relação às vítimas.⁴⁶⁷

Nesse contexto, as conclusões da experiência de Stanley Milgram são significativas: o psicólogo descobriu que a desumanidade está em função da distância social e que o efeito da distância é potencializado pela natureza coletiva da ação. Como na burocracia há tanto a divisão do trabalho quanto a formação de grupos para a ação cooperativa, abre-se o caminho para a transformação dos atores em opressores e dos objetos em vítimas. Milgram constatou ainda que a quebra do caráter monolítico de autoridade dissipou a disposição à obediência ou à ação em conflito com a própria opinião e consciência. O pluralismo seria, portanto, o melhor remédio preventivo contra pessoas moralmente normais envolvendo-se em ações moralmente anormais.⁴⁶⁸ Esse obstáculo, contudo, não se configurou no regime totalitário do nacional-socialismo — não havia espaço para o pluralismo político.

Bauman ressalta que a maioria dos participantes do genocídio não atirou em crianças, nem despejou gás nas câmaras de gás. Tendo em mente as lições de Milgram, salta aos olhos a importância do conceito de “mediação da ação” — o intermediário, inserido numa complexa teia de interações, não enxerga os resultados finais da ação.⁴⁶⁹ Nas palavras de Bauman: “O aumento da distância física e/ou psíquica entre o ato e suas conseqüências produz mais que a inibição moral; anula o significado moral do ato e todo conflito entre o padrão pessoal de decência moral e a imoralidade das conseqüências sociais do ato.”⁴⁷⁰ Efeito análogo resulta da invisibilidade psicológica das próprias vítimas, e é inegável que o regime nazista

⁴⁶⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 38-41.

⁴⁶⁷ *Ibid.*, p. 117-129.

⁴⁶⁸ *Ibid.*, p. 178-196.

⁴⁶⁹ *Ibid.*, p. 42-44.

⁴⁷⁰ *Ibid.*, p. 45.

conseguiu aliar com maestria essas condições: além de uma sociedade altamente burocrática e hierarquizada, havia um discurso antissemita de cunho racista que desumanizava as suas vítimas.⁴⁷¹

E nesse ponto faz-se necessário um esclarecimento sobre o significado do antissemitismo na interpretação de Bauman. Segundo o autor, o antissemitismo isolado não consegue explicar a singularidade do Holocausto.⁴⁷² Apenas a partir de sua roupagem racista moderna, científica, a antiga repulsa aos judeus pôde ser transformada num procedimento sanitário, necessário para sustentar a ideia do extermínio de todo um povo. Existiria, portanto, uma relação entre a forma exterminatória do antissemitismo e a modernidade, pois a concepção de extermínio dependeu da “teoria racista” e da “síndrome médico-terapêutica”,⁴⁷³ bem como da moderna “burocracia”.⁴⁷⁴

A concretização de uma “nova e melhor ordem social”, purificada de judeus, pressupunha a neutralização das atitudes alemãs normais em relação ao povo de origem judaica. Era necessário construir um conceito abstrato de judeu pela propaganda nazista, com nítido cunho racista. Os judeus foram definidos como inferiores, foram associados a todo tipo de doença, que deveria ser eliminada da sociedade alemã, e foram desclassificados como “não pessoas”. O discurso racista, sem dúvida, conduziu à “desumanização” do judeu. E, uma vez rotulado, não havia mais retorno — ele era e continuava sendo judeu. No entanto, o discurso não era suficiente. Era importante concretizar a fronteira física entre “cidadãos alemães” e “não pessoas”. Então, o racismo associou-se a uma estratégia de “isolamento” e

⁴⁷¹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 46-47.

⁴⁷² O antissemitismo na Alemanha era bem menos expressivo do que o ódio em relação aos judeus em outros países europeus. Por consequência, não teve um papel ativo no processo de extermínio. No máximo induziu à apatia em face do destino do povo judeu. Por outro lado, o antissemitismo tinha uma história de séculos e, ainda assim, o Holocausto foi um evento sem precedentes. (*Ibid.*, p. 51 -53.)

⁴⁷³ Conforme Bauman, “o racismo destaca-se por um costume (...) que combina *estratégias de arquitetura e jardinagem* com a da *medicina*, a serviço da construção de uma ordem social artificial, pelo corte de elementos da realidade presente que nem se adequam à realidade perfeita visada nem podem ser mudados para que se adequem. (...) o racismo expressa a convicção de que certa categoria de seres humanos não pode ser incorporada à ordem racional, seja qual for o esforço que se faça.” (*Ibid.*, p. 87.)

⁴⁷⁴ A burocracia foi fundamental para a eficiência do extermínio antissemita. A “solução final” resultou de uma mistura letal entre a ambição tipicamente moderna de engenharia e planejamento social, bem como a concentração tipicamente moderna de poder, recursos e técnicas administrativas. (*Ibid.*, p. 99-100.)

“marginalização” — primeiramente, através da expulsão dos judeus do convívio social cotidiano e, em um segundo momento, por meio da própria liquidação dos judeus nos campos de concentração.⁴⁷⁵ Assimilado o discurso desumanizador das vítimas no seio social, não havia mais obstáculo para a ação genocida da máquina burocrática.⁴⁷⁶ De modo progressivo, a distância física e mental entre as vítimas e a população alemã aumentava — até que a responsabilidade e as inibições de ordem moral se tornaram inaudíveis.⁴⁷⁷

O assassinato em massa não foi uma invenção moderna. Mas o genocídio moderno caracterizou-se pelo papel decisivo de um projeto racional. Refletiu nitidamente a visão moderna de “engenharia social” e o trabalho de “jardineiro”, destinados à construção de uma sociedade perfeita, na qual não havia espaço para “ervas daninhas”.⁴⁷⁸ Bauman percebe o Holocausto como “um subproduto do impulso moderno em direção a um mundo totalmente planejado e controlado”.⁴⁷⁹

Resta evidente, portanto, que seria equivocados restringir o Holocausto a um capítulo da história judaica. Ao contrário: “O Holocausto nasceu e foi executado na nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano, e por essa razão é um problema dessa

⁴⁷⁵ Raul Hilberg inclusive esquematizou o gradual silenciamento das inibições morais e o mecanismo da destruição em massa nos seguintes passos: *a) definição* – as vítimas eram definidas como um grupo diferente que estava sujeito a tratamento especial; *b) demissão de empregados e expropriação de casas de negócio* – as vítimas eram removidas de cena e assim se instala uma distância física e espiritual em relação a elas; *c) concentração* – as vítimas são concentradas, o que completa o processo de distanciamento; *d) exploração do trabalho e medidas para matar de fome* – legitimavam o assassinato como ato de misericórdia; *e) extermínio* – como consequência lógica dos passos anteriores, lógico conforme os critérios técnico-rationais e possível pelo baixo grau de inibição moral; *f) confisco de bens pessoais*. (HILBERG *Apud* BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 219-221.)

⁴⁷⁶ A diferenciação funcional – típica da burocracia – permite que a preocupação moral do funcionário se concentre na boa execução da tarefa. Além disso, a ação burocrática conduz à desumanização dos objetos da operação burocrática (os objetos visados são reduzidos a um conjunto de medidas quantitativas), o que permite encará-los com indiferença ética. Como a burocracia é programada para buscar a solução ótima, segundo critérios de eficiência e diminuição dos custos, ela é intrinsecamente capaz de ação genocida. (BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 117-131.)

⁴⁷⁷ *Ibid.*, p. 221-222.

⁴⁷⁸ *Ibid.*, p. 114-115.

⁴⁷⁹ *Ibid.*, p. 117.

sociedade, dessa civilização e cultura.”⁴⁸⁰ Por outro lado, se os fatores sociais que permitiram o evento do Holocausto não foram eliminados e são onipresentes, então persiste a possibilidade do Holocausto. E isto, segundo o autor, é motivo de preocupação.⁴⁸¹

Impõe-se, por conseguinte, a responsabilidade social de identificar e desconstruir discursos com potencialidade genocida, tomando como paradigmática a tríade fundamental denunciada por Bauman, isto é, a) a existência de um projeto que legitima o genocídio, b) a disposição da burocracia estatal para realizar este projeto, e c) a “carta branca” dada pelo imobilismo da sociedade.⁴⁸²

4.2.2. O desafio de uma nova agenda emancipatória

A reflexão sobre a questão da “emancipação” na sociedade contemporânea leva Bauman a retomar a seguinte constatação de Marcuse: no final das “três décadas gloriosas”, após a Segunda Guerra Mundial, enfrentamos o problema da necessidade de “libertação de uma sociedade na qual a libertação aparentemente não conta com uma base de massas.”⁴⁸³ Ou seja, a maioria das pessoas não desejava ser libertada ou lutar pela sua libertação. Além disso, também era incerto de que modo se daria esta libertação, ou seja, qual seria a diferença do Estado “atual”.

A partir desta problematização, Bauman aponta para “as bênçãos mistas da liberdade”. Coloca-se a pergunta se a libertação seria uma benção ou uma maldição. Diante da constatação que alcançar a liberdade é algo custoso e que os “libertados” não desejam necessariamente sua libertação, os pensadores chegaram a dois tipos de respostas: a) A prontidão do “povo comum” para a liberdade é questionável — esta posição provocou sentimentos ambíguos: compaixão pelo povo desorientado ou desprezo pelo povo descompromissado com as responsabilidades associadas à

⁴⁸⁰ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 12.

⁴⁸¹ **Ibid.**, p. 111.

⁴⁸² **Ibid.**, p. 139.

⁴⁸³ **Ibid.**, p. 23.

autonomia e autoafirmação. b) Talvez não seja de todo errado questionar os benefícios da liberdade — esta perspectiva reconhece que nem todo tipo de liberdade é garantia de felicidade. A imposição de certos limites à liberdade do homem é necessária à convivência social. A libertação dependeria da submissão à sociedade. A regulamentação normativa afastaria em parte a dúvida e o medo, assim como a rotina e o hábito seriam importantes para as pessoas, pois dariam sentido à vida.⁴⁸⁴

Todavia, apesar da ausência do apoio massivo a projetos emancipatórios, a sociedade contemporânea não suprimiu totalmente o pensamento crítico. Ocorre, no entanto, que hoje a reflexão crítica não é capaz de alterar a agenda das escolhas na “política-vida”. Bauman entende que a “hospitalidade à crítica” da atual sociedade segue o “padrão do acampamento”: existe a abertura para qualquer hóspede que não seja inconveniente; os hóspedes se interessam apenas com o conforto imediato e não refletem sobre a gerência do lugar; e quando vão embora, tudo permanece como estava.⁴⁸⁵

A teoria crítica clássica de Adorno e Horkheimer foi desenvolvida em outra forma de modernidade. De acordo com Bauman, essa “modernidade pesada/sólida/condensada/sistêmica da ‘teoria crítica’ era impregnada da tendência ao totalitarismo”.⁴⁸⁶ Por conseguinte, esta teoria crítica pretendia eliminar qualquer inclinação totalitária, bem como defender a autonomia, a liberdade de escolha, a autoafirmação e o direito à diferença. A libertação da sociedade totalitária, homogeneizante e uniformizante seria o caminho para a emancipação e o fim da miséria humana.⁴⁸⁷

Os tempos mudaram. Mas também a sociedade do século XXI não deixa de ser moderna. Tão pouco acarretou o fim do sofrimento humano. Assim, não dispensa a crítica. Segundo Bauman, nossa forma de modernidade apresenta dois aspectos novos: a) não se acredita mais que há um estado de perfeição a ser alcançado, e b) as tarefas e os deveres modernizantes foram deslocados ao espaço

⁴⁸⁴ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 25-30.

⁴⁸⁵ **Ibid.**, p. 30-32.

⁴⁸⁶ **Ibid.**, p. 33.

⁴⁸⁷ **Ibid.**, p. 34.

privado, isto é, o aperfeiçoamento social deve se dar primordialmente através do indivíduo.⁴⁸⁸

A sociedade moderna se caracteriza pela “individualização” dos membros sociais. O indivíduo, no entanto, “é o pior inimigo do cidadão”, como já afirmava Toqueville.⁴⁸⁹ Para o indivíduo, o trabalho conjunto é visto como limitação de sua liberdade individual. Ele reivindica do poder público apenas que respeite a individualidade de cada um (os “direitos humanos”) e que garanta a paz pública — “protegendo a segurança de seus corpos e posses, trancando criminosos reais ou potenciais nas prisões e mantendo as ruas livres de assaltantes, pervertidos, pedintes e todo tipo de estranhos constrangedores e maus.”⁴⁹⁰ A individualização resulta, portanto, na corrosão da cidadania. O interesse geral corresponde, na verdade, a um conjunto de interesses individuais, isto é, “o ‘público’ é colonizado pelo ‘privado’”.⁴⁹¹

Hoje, as frágeis comunidades se constroem através do compartilhamento de intimidades. Trata-se de “comunidades de temores, ansiedades e ódios compartilhados — mas em cada caso comunidades ‘cabide’, reuniões momentâneas em que muitos indivíduos solitários penduram seus solitários medos individuais.”⁴⁹² A aquisição da liberdade veio acompanhada da tarefa de enfrentar suas consequências. Para Bauman, “o abismo que se abre entre o direito à auto-afirmação e a capacidade de controlar as situações sociais que podem tornar essa auto-afirmação algo factível ou irrealista parece ser a principal contradição da modernidade fluida”.⁴⁹³

Criticar compulsivamente a realidade é característico do impulso modernizante. A privatização deste impulso significa buscar as causas dos problemas no indivíduo e ignorar o espaço social, no qual as contradições da própria existência são produzidas coletivamente. Em face das contradições sistêmicas são

⁴⁸⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 36-38.

⁴⁸⁹ **Ibid.**, p. 45.

⁴⁹⁰ **Id.**

⁴⁹¹ **Ibid.**, p. 46.

⁴⁹² **Ibid.**, p. 47.

⁴⁹³ **Id.**

propostas “soluções imaginárias”, que retiram sua aparente razoabilidade da “individualização” das tarefas e responsabilidades.⁴⁹⁴ Segundo Bauman,

(...) o nosso tempo é propício aos bodes expiatórios — sejam eles políticos que fazem de suas vidas privadas uma confusão, criminosos que se esgueiram nas ruas e nos bairros perigosos ou ‘estrangeiros entre nós’. O nosso é um tempo de cadeados, cercas de arame farpado, ronda dos bairros e vigilantes; e também de jornalistas de tablóides ‘investigativos’ que pescam conspirações para povoar de fantasmas o espaço público funestamente vazio de atores, conspirações suficientemente ferozes para liberar boa parte dos medos e ódios reprimidos em nome de novas causas plausíveis para o ‘pânico moral’.⁴⁹⁵

Na opinião do autor, tornar-se um indivíduo “de fato”, ou seja, poder controlar o próprio destino, requer a atuação da Política. Assim, se antes a teoria crítica defendia a autonomia privada em face da esfera pública, hoje deve lutar pela reconstrução do espaço público: é necessário repovoar a ágora e retomar o diálogo entre questões privadas e públicas, o indivíduo e o bem comum. A emancipação humana significa hoje a construção de cidadãos, pois apenas estes podem transformar-se de indivíduos “de direito” em indivíduos “de fato”.⁴⁹⁶

Com a gradual diminuição do Estado como “mestre-de-obras da sociedade racional”, o Estado deixa de ser o veículo e o alvo da libertação. No entanto, a emancipação não deixa de ser necessária. A teoria crítica deve ocupar-se de uma nova agenda pública de emancipação.⁴⁹⁷ Se a teoria crítica clássica enxergava os obstáculos à emancipação na esfera pública, então deixou de discutir o perigo do esvaziamento desse espaço público e de sua colonização pelo privado.⁴⁹⁸

Nas palavras de Bauman, “[a] verdadeira libertação requer hoje mais, e não menos, da ‘esfera pública’ e do ‘poder político’”. Agora é a esfera pública que precisa desesperadamente de defesa contra o invasor privado — ainda que, paradoxalmente, não para reduzir, mas para viabilizar a liberdade individual.”⁴⁹⁹

⁴⁹⁴ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 47-48.

⁴⁹⁵ **Ibid.**, p. 48.

⁴⁹⁶ **Ibid.**, p. 49.

⁴⁹⁷ **Ibid.**, p. 58-59.

⁴⁹⁸ **Ibid.**, p. 62.

⁴⁹⁹ **Id.**

4.3 A potencialidade destrutiva do discurso criminológico da mídia dominante

O processo de trabalho na sociedade capitalista produz um desgaste não só físico, mas também emocional das pessoas. Após a jornada de trabalho, o sujeito retorna exausto para casa. Não quer se preocupar com mais nada, apenas deseja descansar e repor suas forças para, no dia seguinte, conseguir retornar ao trabalho e garantir a sua sobrevivência. Trata-se da lógica que rege o “animal laborans” que trabalha para poder consumir e consome para poder trabalhar.

Em relação aos jornais, tal conjuntura significa que entram em cena as notícias sensacionais, de variedades e aquelas que refletem o “senso comum” da sociedade, tendo em vista que a maioria da população não tem paciência ou disposição para refletir sobre assuntos complexos: interessa-lhe o jornal que a entretenha, que seja de fácil consumo e não aquele que a obrigue a pensar seriamente sobre o mundo em que vive. As questões atinentes à política são da alçada daqueles poucos que assumiram o “ônus” de se ocupar com o governo — com a política — para que o “sujeito moderno” possa viver e consumir livre dessas “preocupações”. Nesse sentido, para garantir um índice de audiência capaz de convencer o setor publicitário a anunciar no veículo, o jornal precisa oferecer notícias que satisfaçam o gosto de uma grande massa da população. Não convém tratar de assuntos polêmicos que chocam a população ou que exigem do público um esforço reflexivo.

A pretensão de atingir um público extenso conduz, no entanto, à homogeneização dos conteúdos nele veiculados. De acordo com Bourdieu, quanto maior a difusão de um jornal, maior a tendência de caminhar para “assuntos-ônibus”, que interessam a todos, mas sem levantar questões problemáticas.⁵⁰⁰ Os significados veiculados no jornal também precisam ser construídos com base nas “categorias de percepção do receptor”.⁵⁰¹ O grande público não tem tempo para pensar e, por conseguinte, os meios de comunicação lhe fornecem um “fast food” cultural: os significados difundidos correspondem ao pensamento dominante na sociedade, o que possibilita o consumo imediato das notícias. Assim, “no calor da hora — que é a hora do jornalismo —, a tendência é acatar a interpretação

⁵⁰⁰ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 62-63.

⁵⁰¹ **Id.**

socialmente mais aceita, o que por sua vez reforça as expectativas já presentes no senso comum.”⁵⁰²

E a repercussão da “primazia do espetacular” e do “senso comum” nas narrativas jornalísticas sobre a “questão criminal” é evidente: a exploração massiva dos fatos violentos e a produção/reprodução da imagem estereotipada do criminoso (“o marginal”) e da criminalidade (“a criminalidade violenta”). Tal lógica estrutural conduz, no entanto, à simplificação dos problemas sociais e favorece a “despolitização” da população,⁵⁰³ pois na medida em que os jornais deixam de discutir questões fundamentais à compreensão da sociedade — a exemplo das relações de poder e suas implicações para o Direito Penal —, não fornecem elementos capazes de desenvolver uma visão crítica em relação aos fenômenos sociais e induzem, em última análise, ao “conformismo social”.⁵⁰⁴ E ainda que existam jornais e notícias que apresentam um enfoque mais crítico, as informações inconvenientes não são capazes de interferir efetivamente sobre o pensamento dominante, porque o grau de dissensão no campo jornalístico é muito pequeno.⁵⁰⁵

Nesse ponto, também a ausência de um espaço público efetivo, onde poderiam ser discutidas questões políticas relevantes, onde poderia haver o embate de concepções plurais, facilita a aceitação pacífica das mensagens veiculadas pela mídia.⁵⁰⁶ Assim, “[na] busca insistente do entretenimento dispersivo, a função desses meios de comunicação acaba sendo especificamente a de desviar as pessoas de sua vida, dos dissabores da política, da economia e da sociedade”.⁵⁰⁷ O anti-intelectualismo resultante dessas dinâmicas estruturais funciona como eficiente

⁵⁰² MORETZSOHN, Sylvia. De Carcavelos ao Leblon: arrastões do preconceito. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 11, nº 15/16, p. 359-368, 1º e 2º semestres de 2007, p. 363.

⁵⁰³ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 62ss.

⁵⁰⁴ MERTON, Robert K.; LAZARSFELD, Paul F. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: ADORNO et ali. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 121.

⁵⁰⁵ HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**. Tradução: Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 2003, p. 12.

⁵⁰⁶ Compare nesse sentido também CHOMSKY, Noam. **Controle da mídia: os espetaculares feitos da propaganda**. Tradução: Antônio Augusto Fontes. Rio de Janeiro: Graphia, 2003.

⁵⁰⁷ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, p. 93.

meio de contenção das grandes massas.

Por outro lado, não se deve ignorar que é o predomínio ideológico da classe dominante que garante a manutenção do poder e, nesse ponto, a ausência de elementos questionadores da ordem social na mídia é fundamental. Isso vale, sobretudo, para o discurso criminológico prevalecente nos meios de comunicação. A construção da imagem do crime e da criminalidade nas narrativas jornalísticas corresponde a um recorte que reflete as hierarquias existentes na sociedade. Os jornalistas — via de regra, representantes de uma moral tipicamente burguesa — problematizam (consciente ou inconscientemente) aquilo que eles mesmos experimentam como ameaça, ou seja, “a produção da preocupação por meio do serviço noticioso tem a ver com a diluição geral das preocupações da classe dominante na sociedade, como preocupação genérica.”⁵⁰⁸

Frequentemente também atores sociais poderosos influem diretamente na construção de significados na mídia. Assim, por exemplo, as “Organizações Globo” — como vimos um dos principais conglomerados de comunicação no cenário nacional — utilizaram seu poder de difusão “informativa” diversas vezes para apoiar ou desaprovar determinados movimentos sociais, determinadas pessoas, opiniões, posições políticas etc. Nesse ponto, vale lembrar do caso paradigmático da “Greve de Volta de Redonda”, anteriormente citado (capítulo 2), no qual o Jornal Nacional “marginalizou” cidadãos que estavam lutando pelo reconhecimento de seus direitos e “legitimou” a atuação repressiva do Estado para “calar” as reivindicações dos grevistas.

Na opinião de Marcondes Filho, é através da imprensa que

(...) se manifestam os processos menos democráticos de formação de opinião, porque os jornais são epifenômenos das grandes correntes de opinião, conduzidos pelas classes em conflito, classes essas que carregam, cada qual, grupos em constante disputa pelo poder. Os jornais são como pontas de *icebergs*, que no nível externo representam a democracia formal, na qual todos seriam iguais, e, no fundo, escondem o poder político ou econômico que os sustenta, que é incomparavelmente diferenciado de um jornal para outro em relação ao seu tamanho e importância.⁵⁰⁹

Assim, quando se expressa nos meios de comunicação a fé na

⁵⁰⁸ MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, p. 17.

⁵⁰⁹ **Ibid.**, p.13.

criminalização provedora e a defesa do dogma da pena, faz-se referência, na verdade, aos socialmente marginalizados — os “criminosos marginais” — e à criminalidade violenta. Os discursos retributivos na mídia dificilmente se dirigem aos autores de crimes no âmbito do Direito Penal simbólico. A seletividade não é, portanto, característica exclusiva dos processos de criminalização — encontra-se também no discurso midiático, que distingue entre o “cidadão de bem” e o “criminoso do mal”.

Os meios de comunicação constroem e reforçam, portanto, um “conceito abstrato” e “estereotipado” do “criminoso” que representa uma ameaça ao Estado e que, em alguns casos, até mesmo é desumanizado. O “criminoso” é claramente distinguido do “cidadão” e entre eles é traçada uma “fronteira” que marca a sua “distância social”. Como demonstraram Bauman e Milgram, o componente da distância anula as inibições morais em relação ao “outro” e facilita a execução de atos cruéis ou de outra forma não compatíveis com a própria consciência. Assim, a rotulação do criminoso como “inimigo social”, a sua “desumanização”, permite aceitar as violações de seus direitos e defender o seu afastamento da sociedade para “tratamento” ou simples “neutralização” através de penas privativas de liberdade, preferencialmente, de longa duração.

Enquanto a atuação violenta e repressiva do Estado contra representantes das classes sociais mais elevadas é percebida como inadmissível, o mesmo não vale para os socialmente marginalizados, para a “underclass”,⁵¹⁰ para a “ralé”.⁵¹¹ A morte de “criminosos” nas operações de combate ao crime muito raramente é questionada ou é até mesmo aplaudida nos discursos midiáticos. Denúncias de torturas contra a população carente — identificada como o berço tradicional dos “marginais” — dificilmente alcançam destaque nos meios de comunicação. Parece que o medo em face da criminalidade violenta e o não reconhecimento da alteridade permitem a existência de um discurso maleável: aquilo que se entende inaplicável ao cidadão — a abordagem estatal repressiva e violenta —, encontra sua aplicação justificada contra o “criminoso/inimigo”.

Vimos anteriormente que uma das mais importantes lições do Holocausto foi

⁵¹⁰ WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

⁵¹¹ SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

a desmistificação da imagem de progresso último da civilização moderna. Bauman alerta que devemos nos conscientizar das lições sociológicas, psicológicas e políticas do Holocausto e transpor este conhecimento para as análises mais gerais da ciência social e política: é necessário que fiquemos atentos para detectar a conjunção de fatores similares àqueles que permitiram o surgimento do Holocausto.

Diante dessa constatação baumaniana, a reflexão sobre a conjuntura sócio-política contemporânea faz intuir uma sensação incômoda de “déjà-vu”. O discurso criminológico nos meios de comunicação apresenta diversas semelhanças com o projeto teórico que possibilitou o extermínio em massa do povo judeu na Alemanha nazista: a construção abstrata de um conceito de “inimigo”, “desumanizado”, que “polui” a “pureza” da sociedade e que precisa ser “tratado”, “afastado” ou “extirpado” do convívio social.

Evidentemente as meras narrativas jornalísticas não são suficientes para gerar uma situação similar ao Holocausto. Preocupa-nos, contudo, que esse discurso reflete e influi — numa relação cíclica — a percepção dominante sobre a “questão criminal” na sociedade, bem como legitima o controle social através do Direito Penal e a ascensão de um verdadeiro “Estado Penal” — tendência, aliás, que se evidenciou nos Estados Unidos e está se disseminando pelo mundo.⁵¹²

O próprio Estado burocrático e hierarquizado promove o tratamento jurídico-penal diferenciado dos “cidadãos” através da criminalização seletiva dos “socialmente marginalizados” e da ampla imunização dos “socialmente incluídos”. Nada melhor do que os dados da estatística oficial de junho de 2010 do Ministério da Justiça para comprovar que as instituições carcerárias são verdadeiras “prisões da miséria”:⁵¹³ os presos no Brasil são, em sua grande maioria, homens, jovens (com

⁵¹² Compare nesse sentido, ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. **Do Estado social ao Estado penal**: invertendo o discurso da ordem. Disponível em: <www.cirino.com.br>. Último acesso em: <12 dez 2010>. ; BOURDIEU, Pierre (Org.). De l'État social à l'État penal. Tradução: Simone Simões e Augusto Alencastro. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro: Revan, ano 7, n. 11, 2002.

⁵¹³ Wacquant demonstra com clareza como “o bom senso penal” americano da criminalização e do encarceramento dos miseráveis tende a se disseminar pelo mundo afora, inclusive para o Brasil. Compare, nesse sentido, entre outros, WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008; WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

menos de 30 anos), negros ou pardos, e de instrução precária.⁵¹⁴ Além disso, as condições às quais o Estado expõe os condenados nas instituições carcerárias — o local onde é despejado o “lixo humano” — são tão adversas e degradantes⁵¹⁵ que as prisões deveriam mesmo ser chamadas de “campos de concentração”.⁵¹⁶

Sob pena de atenuar a brutalidade da realidade penitenciária brasileira captada na fala de Wacquant, optamos por transcrever literalmente o seu diagnóstico crítico:

O sistema penitenciário brasileiro acumula com efeito as taras das piores jaulas do Terceiro Mundo, mas levadas a uma escala digna do Primeiro Mundo, por sua dimensão e pela indiferença estudada dos políticos e do público: **entupimento estorrecedor dos estabelecimentos, o que se traduz por condições de vida e de higiene abomináveis, caracterizadas pela falta de espaço, ar, luz e alimentação** (nos distritos policiais, os detentos, freqüentemente inocentes, são empilhados, meses e até anos a fio em completa ilegalidade, até oito em celas concebidas para uma única pessoa, como na Casa de Detenção de São Paulo, onde são reconhecidos pelo aspecto raquítico e tez amarelada, o que lhes vale o apelido de “amarelos”); **negação de acesso à assistência jurídica e aos cuidados elementares de saúde**, cujo resultado é a aceleração dramática da difusão da tuberculose e do vírus HIV entre as classes populares; **violência pandêmica entre detentos, sob forma de maus-tratos, extorsões, sovas, estupros e assassinatos, em razão da superlotação superacentuada, da ausência de separação entre as diversas categorias de criminosos, da inatividade forçada** (embora a lei estipule que todos os prisioneiros devam participar de programas de educação ou de formação) **e das carências de supervisão.**

Mas o pior, além disso tudo, é a **violência rotineira das autoridades, indo desde as brutalidades cotidianas à tortura institucionalizada e às matanças em massa por ocasião das rebeliões que explodem periodicamente como reação às condições de detenção desumanas** (cujo ponto máximo permanece o massacre do Carandiru, em 1992, quando a polícia militar matou 111 detentos em uma orgia selvagem estatal de uma outra era), e que se desdobra numa impunidade praticamente total.⁵¹⁷ (*grifamos*)

O aumento vertiginoso do encarceramento no Brasil a partir da década de

⁵¹⁴ Compare nesse sentido os dados oficiais do **InfoPen** de junho de 2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Último acesso em: <12 dez 2010>.

⁵¹⁵ Compare nesse sentido ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro**. VI l. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 126.

⁵¹⁶ ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. **Do Estado social ao Estado penal**: invertendo o discurso da ordem. Disponível em: <www.cirino.com.br>. Último acesso em: <12 dez 2010>, p. 19.; WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 11.; ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Obra citada, p. 126.

⁵¹⁷ WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 11.

80⁵¹⁸ culminou, em junho de 2010, a uma população carcerária de 494.237 (440.864 custodiados no sistema penitenciário e 53.373 sob cuidados da polícia e das secretarias de segurança pública), o que representa o número relativo de 258,11 presos por 100.000 habitantes.⁵¹⁹ Também a análise das principais leis aprovadas em segurança pública e justiça criminal pelo Congresso Nacional, no período de 1989 a 2006, indica o recrudescimento penal, tendo em vista a existência prioritária de normas criminalizadoras ou normas agravadoras das penas.⁵²⁰

Por outro lado, a população em geral não parece incomodada com esta tendência. As pessoas temem cada vez mais o “outro” — a potencial fonte de “perigo”. A sociedade afetada por uma grave “crise de insegurança” está cada vez mais dividida, e quanto maior for a segregação social, tanto menor será a possibilidade de reconhecer a alteridade e se comprometer com políticas de apoio social aos socialmente marginalizados. Ao contrário, as ansiedades sociais são descarregadas no “bode expiatório” da sociedade: o “criminoso/inimigo”. Dirigem-se a ele os discursos retributivos e repressivos: ele deve ser excluído do convívio social e se a pena de morte fosse permitida então encontraria sua aplicação legítima contra ele. Com a distância física e mental concretizada em relação ao “criminoso/inimigo” — através de seu encarceramento e do discurso maniqueísta do “bem” e do “mal” — não se sustenta qualquer sentimento de piedade diante dele. O encarceramento massivo em condições desumanas é aceito socialmente. Embora hoje poucas pessoas manifestariam seu apoio ao projeto político nazista, curiosamente a maioria da população não se choca com a realidade carcerária no país que, em geral, pouco difere de um “campo de concentração”.

Retornemos então ao questionamento que esboçamos anteriormente: Não estaríamos experimentando uma situação similar àquela que permitiu o rompante do Holocausto? Não salta aos olhos a tríade que compõe a conjuntura propícia ao

⁵¹⁸ Compare, nesse sentido, os dados colhidos por Pavarini e Giamberardino (PAVARINI, Massimo; GIAMBERARDINO, André. **Teoria da Pena e Execução Penal**: uma introdução crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011 (*no prelo*), capítulo 5.). Os autores constatarem inclusive que “nas últimas duas décadas, a população carcerária brasileira cresceu cerca de 430% em números absolutos, com um crescimento *proporcional* de 341%.”

⁵¹⁹ Conforme os dados oficiais do **InfoPen** de junho de 2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Último acesso em: <12 dez 2010>.

⁵²⁰ De acordo com pesquisa de CAMPOS, Marcelo da Silveira. **Crime e Congresso Nacional**: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006. São Paulo: IBCCRIM, 2010.

genocídio apontada por Bauman? Estamos diante de um discurso legitimante de exclusão social radical de certa categoria de indivíduos (“os criminosos/inimigos”), cujo projeto é concretizado pelo próprio Estado burocrático, sem um obstáculo sério em decorrência do imobilismo social. E se, por fim, como pontuou Bauman, “cada passo no sentido do enfraquecimento das bases sociais da democracia política torna um pouco mais possível um desastre social na escala do Holocausto”,⁵²¹ então é fundamental promover o debate político e desconstruir discursos que podem ser utilizados em favor de políticas autoritárias — a exemplo do discurso criminológico nos meios de comunicação atualmente dominante.

4.4. O “legado” de Arendt e Bauman: a necessidade do resgate da política

A originalidade da obra arendtiana, como pontuado por André Duarte, está “em suas críticas às difíceis condições que a modernidade e o mundo contemporâneo reservaram para o exercício da política em suas determinações democráticas essenciais.”⁵²² Arendt identificou com muita clareza o problema da “atrofia política” da sociedade moderna e sempre se dedicou a resgatar a “dignidade da política”. Além disso, o pensamento arendtiano chama atenção para o perigo de uma comunidade despolitizada, já que as experiências históricas evidenciaram que apenas a democracia formal não foi suficiente para impedir o totalitarismo.⁵²³

⁵²¹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 140.

⁵²² DUARTE, André. Hannah Arendt e a modernidade: esquecimento e redescoberta da política. In: CORREIA, Adriano (Coord.). **Transpondo o abismo**: Hannah Arendt entre a filosofia e a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 55.

⁵²³ Aqui é necessário comentar que, embora concordamos com o diagnóstico arendtiano da modernidade, acreditamos que seu pensamento precisa ser atualizado em alguns aspectos. Ainda que o resgate da oposição entre domínio público e privado permitiu a Hannah Arendt formular os seus conceitos políticos, é de se ter certa cautela metodológica em relação a esta dicotomia. Em primeiro lugar, a defesa arendtiana de uma esfera pública, onde não há disputas de interesses, mas na qual se constroem consensos a partir do diálogo plural e da persuasão com base numa razão pública, preocupada com o mundo comum, parece contrafactual. Neste sentido, Iris Marion Young salienta que o modelo de uma razão normativa imparcial é ilusório: é impossível ao sujeito desvincular-se de seu próprio contexto concreto de decisão moral. (Compare neste sentido, YOUNG, Iris Marion. A Imparcialidade e o Público Cívico: Algumas Implicações das Críticas Feministas da Teoria Moral e Política. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Coord.). **Feminismo Como Crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987, p. 70.)

Em sua fundamental obra “As origens do totalitarismo”, a autora deixa claro que

O sucesso dos **movimentos totalitários** entre as massas significou o fim de duas ilusões dos países democráticos em geral e, em particular, dos Estados-nações europeus e do seu sistema partidário. A primeira foi a ilusão de que o povo, em sua maioria, participava ativamente do governo e todo indivíduo simpatizava com um partido ou outro. Esses movimentos, pelo contrário, **demonstraram que as massas politicamente neutras e indiferentes podem facilmente constituir a maioria num país de governo democrático e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade, eram aceitas apenas por uma minoria.** A segunda ilusão democrática destruída pelos movimentos totalitários foi a de que essas massas politicamente indiferentes não importavam, que eram realmente neutras e que nada mais constituíam senão um silencioso pano-de-fundo para a vida política da nação. Agora, **os movimentos totalitários demonstravam que o governo democrático repousava na silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, tanto quanto nas instituições e organizações articuladas e visíveis do país.**⁵²⁴ (*grifamos*)

Nesse diapasão, também Bauman em sua análise do totalitarismo compreende o Holocausto como produto da civilização moderna, que revelou a fraqueza humana diante dessa civilização. Vimos que o assassinato em massa foi realização tecnológica de uma sociedade industrial e sucesso de organização de uma sociedade burocrática, marcada por uma forte racionalidade instrumental, que percebe a sociedade como objeto de administração.⁵²⁵ E como os fatores sociais que conduziram ao Holocausto não foram eliminados, persiste a possibilidade do

Por outro lado, taxar certas questões como apolíticas, porque na Grécia antiga os assuntos referentes às necessidades vitais não podiam adentrar a esfera pública, parece arbitrário e antidemocrático. Se os cidadãos quiserem discutir democraticamente questões atinentes à sua sobrevivência, não deve haver motivo para excluí-las da esfera pública e de não se atribuir a elas o “status” de dignidade política.

Na opinião de Iris Marion Young, não se trata de eliminar a existência destes dois espaços diferentes. Dentro de um paradigma democrático, a noção de público deveria vincular-se à existência de espaços públicos e de expressão pública, ao passo que a privacidade deveria se referir àquele aspecto da vida que o indivíduo pode excluir dos demais, se assim desejar. (YOUNG, Iris Marion. A Imparcialidade e o Público Cívico: Algumas Implicações das Críticas Feministas da Teoria Moral e Política. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Coord.). **Feminismo Como Crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987, p. 83-84). Assim, “O refrão feminista ‘o pessoal é político’ não nega uma distinção entre público e privado, mas de fato nega uma divisão social entre esferas pública e privada, com diferentes espécies de instituições, atividades e atributos humanos. Dois princípios se seguem desse refrão: a) nenhuma instituição ou prática social deve ser excluída *a priori* como sendo a questão própria para discussão e expressão pública, e b) nenhuma pessoa, nem ações nem aspectos da vida de uma pessoa devem ser forçados à privacidade.” (*Ibid.*, p. 84)

⁵²⁴ ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 362.

⁵²⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 19-37.

retorno de um evento similar.⁵²⁶

Diante de seu diagnóstico, Bauman ressalta a responsabilidade social de identificar e desconstruir discursos com potencialidade genocida. Também em sua opinião, a constatação da apatia política impõe à teoria crítica a tarefa de se ocupar com o resgate da cidadania e do espaço público.

Se conferem os diagnósticos de Arendt e Bauman, então é fundamental resgatar a política e o domínio público como o espaço da pluralidade, onde os homens podem perceber o mundo a partir de múltiplas perspectivas. Parece evidente que quanto maior for a pluralidade, tanto mais difícil se torna a manipulação das massas, para fundamentar discursos acientíficos, paranoicos e autoritários.

A pluralidade no espaço público permite verificar a realidade da forma mais fidedigna possível. Assim, o fomento de diversas perspectivas sobre a criminalidade no espaço público poderia fazer frente a uma proposta de política criminal, sem qualquer fundamentação científica. Por outro lado, quanto mais plural for o espaço público, tanto menor é a possibilidade de negar a alteridade. O confronto com o “outro”, a necessidade de compreender a sua perspectiva, seria um obstáculo a discursos paranoicos no âmbito da política.

Além disso, a perspectiva cívica — defendida tanto por Arendt quanto por Bauman — preocupada com a dignificação da política, é fundamental para “politizar” a população e impedir o “imobilismo social” diante de projetos políticos autoritários, tendo em vista que o “pluralismo” na esfera pública quebra o “caráter monolítico de autoridade”.

Assim, o caminho que propomos aqui para combater o discurso legitimante da ascensão de um verdadeiro “Estado Penal” no Brasil é o resgate da política. Embora a erosão do Estado de Direito através do recrudescimento penal seja uma tendência verificada na prática, o ser humano, se assim o desejar, pode mudar o rumo da atual política penal. Através de sua capacidade de conduzir e de iniciar algo novo — através de sua “ação” —, o homem pode “fazer a diferença”, ainda que isso signifique uma longa e árdua batalha.

Nas palavras de Arendt:

Se estamos (...) à espera de milagres devido ao impasse em que se encontra o nosso mundo, tal expectativa de forma alguma nos expulsa da esfera política em

⁵²⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 107 e p. 111.

seu sentido original. ***Se o significado da política é a liberdade, isso quer dizer que nessa esfera — e em nenhuma outra — nós temos efetivamente o direito de esperar milagres.*** Não por acreditarmos supersticiosamente em milagres, mas ***porque os seres humanos, saibam eles ou não, na medida em que são capazes de agir, estão aptos a realizar, e realizam mesmo, constantemente, o improvável e o imprevisível.***⁵²⁷ (grifamos)

A luta contra discursos autoritários — aqui se inclui, entre outros, o discurso criminológico nos meios de comunicação — e contra a tendência à erosão do Estado de Direito pode então encontrar inspiração, sobretudo, na obra arendtiana, pois embora a sua autora tenha vivenciado os horrores do Holocausto, ela nunca perdeu a esperança de uma mudança decisiva “para melhor” através de uma espécie de “milagre”.⁵²⁸ E é essa esperança que motiva a nossa caminhada.

4.5 A necessidade de desconstrução e de reconstrução da imagem sobre a “questão criminal” no espaço público: a práxis da “newsmaking criminology”

Os meios de comunicação, ao tratar da criminalidade em suas narrativas jornalísticas, constroem uma imagem estereotipada da “questão criminal” e disseminam um “credo criminológico”, consistente principalmente no dogma da pena e na fé da criminalização provedora. Apontamos, no entanto, que se trata de um discurso acientífico, pois gira em torno de um “senso comum” e ignora o conhecimento criminológico crítico. Em relação à abordagem midiática da criminalidade e suas possíveis soluções, instalou-se um ambiente de “terra de ninguém”, pois todos pensam entender do tema e todos querem brindar o público com a sua opinião pessoal. É de se advertir, como lembra Bourdieu, que infelizmente o poder do jornalista de dar notoriedade pública às suas opiniões lhe confere uma “consideração muitas vezes desproporcional a seus méritos intelectuais.”⁵²⁹

A fim de tornar as matérias jornalísticas mais confiáveis — pois vivemos numa sociedade que acredita no “mito da ciência” —, o jornalista as fundamenta

⁵²⁷ ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008, p. 18.

⁵²⁸ **Ibid.**, p. 164.

⁵²⁹ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 66.

frequentemente em opiniões de “especialistas”. Verifica-se, contudo, a tendência de consultar “profissionais” que defendem uma opinião condizente com a ideia a ser disseminada pela notícia. O convencimento do jornalista ou da organização de comunicação diante da temática será então decisivo no momento da produção jornalística. Ou seja, geralmente a declaração do “especialista” presta-se apenas para reforçar uma opinião pré-constituída. Nesse sentido,

Enunciados secundários do discurso criminológico da mídia (“a impunidade aumenta o número de crimes”; “nas drogas é como uma escada, passa-se das mais leves para as mais pesadas”; “penas elevadas dissuadem”, etc), que não alcançariam jamais constatação empírica, por serem completamente indemonstráveis, precisam de um respaldo “científico”, que os conduza respeitavelmente à doutrina dos editoriais. É aí que entram os especialistas. Como o discurso criminológico da mídia não representa o produto de um esforço na direção do saber, mas sim uma articulação retórico-demonstrativa daquele *credo* [criminológico da mídia] a que nos referimos, ele selecionará os especialistas segundo suas opiniões coincidirem ou dissintam daquelas crenças.⁵³⁰

Há casos em que o “especialista” consultado até indica um ponto de vista crítico. Muitas vezes, porém, o resumo de suas ideias pelo jornalista, para torná-las compreensíveis ao público, é capaz de suavizar — se não anular — a crítica proferida.

O panorama geral do discurso jornalístico aponta, no entanto, que a princípio o intercâmbio com a pesquisa universitária é raro e que o conhecimento acumulado sobre o assunto geralmente é ignorado. Na opinião de Rodrigues, sem o adensamento das redes nas quais ocorre a discussão sobre a violência, “estamos todos condenados ao que se poderia denominar de ‘**síndrome do ano zero**’”,⁵³¹ uma vez que não se verifica a acumulação do conhecimento anteriormente discutido. É produzida uma opinião pública superficial e despolitizada sobre o fenômeno da criminalidade.

Tendo em vista a ampla dominância desse *credo* criminológico nos meios de comunicação, como também o fato de que questões políticas importantes e análises estruturais dos problemas da sociedade recebem uma cobertura desproporcionalmente menor em comparação aos fatos sensacionais, esse discurso acaba formando um consenso social em relação ao fenômeno da criminalidade. O

⁵³⁰ BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 7, n°12, p. 271-288, 2° semestre de 2002, p. 277.

⁵³¹ RODRIGUES, José Augusto de Souza. A economia política do medo. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, n°2, p. 269-276, 2° semestre de 1996, p. 274.

poder da mídia de produção e difusão de informação em grande escala acaba impondo à sociedade uma visão de mundo calcada nas crenças da classe média e alta: a construção da imagem da criminalidade e do criminoso nos meios de comunicação reflete as preocupações da classe dominante.

Assim, de acordo com Batista, o credo criminológico da mídia corresponde a um discurso que penetrou inteiramente o campo jornalístico. É “um discurso que aspira a uma hegemonia, sobretudo, em relação ao discurso acadêmico, na direção da legitimação do dogma penal como instrumento básico de compreensão dos conflitos sociais.”⁵³² A difusão do medo da criminalidade através do noticiário e a propagação do mito da pena como remédio universal dos conflitos sociais acabam repercutindo, então, como instrumento eficaz de legitimação do discurso penal dominante e do fortalecimento do Estado Penal.

Conforme indicação estratégica de Baratta, a construção de uma política criminal alternativa não pode de forma alguma ignorar a dimensão da opinião pública. Num contexto de contínua erosão do Estado de Direito, de mitigação das garantias constitucionais e processuais de tutela do cidadão em face do poder punitivo do Estado, resta evidente a necessidade de uma verdadeira “batalha cultural e ideológica para o desenvolvimento de uma consciência alternativa no campo do desvio e da criminalidade. (...) sem a qual ela [a política alternativa] estará destinada a permanecer uma utopia de intelectuais iluministas.”⁵³³

Os partidários da criminologia crítica precisam então atentar para a necessidade de democratizar os discursos midiáticos sobre a “questão criminal”. Por um lado, isso significa que é preciso lutar contra os obstáculos estruturais da oligopolização no setor de comunicação, pois quanto maior for a pluralidade dos meios de comunicação, tanto maior será a probabilidade de se criar canais de acesso aos veículos informativos, para poder proferir um discurso criminológico alternativo. Aqui um primeiro grande passo seria dado com a concretização dos mandamentos constitucionais em relação aos meios de comunicação, que prescrevem a pluralidade dos meios e a valorização de assuntos de interesse

⁵³² BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 7, n°12, p. 271-288, 2° semestre de 2002, p. 286.

⁵³³ BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999, p. 205.

público.⁵³⁴

Por outro lado, os criminólogos precisam abraçar o dever cívico de se empenhar ativamente na desconstrução do discurso criminológico dominante e na construção de um contradiscurso sobre a “questão criminal”. É preciso que o discurso crítico saia de seu enclausuramento na academia e permeie o espaço público — e aqui a conquista de terrenos nos meios de comunicação é fundamental.

Nesse sentido, parece interessante a proposta de Gregg Barak, pois preocupado com os efeitos politicamente nefastos das distorções midiáticas sobre o crime — na melhor das hipóteses, impedem abordagens racionais do controle criminal e da justiça social, na pior das hipóteses, ameaçam a própria existência humana —,⁵³⁵ o autor postula a prática criminológica da “newsmaking criminology”: os criminólogos devem intervir na produção midiática do retrato sobre a questão do crime e do controle social, e compartilhar seu conhecimento com a população.⁵³⁶

E como deveriam os acadêmicos proceder nessa empreitada? Nas palavras de Barak, “participando especificamente no processo de produção de notícias como credíveis porta-vozes, os criminólogos podem trabalhar para redefinir os parâmetros de aceitáveis ou preferíveis temas sobre crime e justiça.”⁵³⁷ Evidentemente existem obstáculos ocupacionais, burocráticos e políticos à construção da práxis da “newsmaking criminology”, mas não haveria obstáculos absolutos.⁵³⁸ Também entre os jornalistas há mentes mais abertas à crítica e então a atuação emancipatória dos criminólogos seria facilitada através do estabelecimento de laços com o pessoal da mídia comprometido com a função democrática dos meios de comunicação:

Dentro das contradições da sociedade burguesa avançada, o sucesso ou o

⁵³⁴ De acordo com a Constituição da República, “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.” (Art. 220, § 5º, CR). Além disso prescreve que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão deverão atender aos seguintes princípios: “I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.” (Art. 221, CR)

⁵³⁵ BARAK, Gregg. *Newsmaking Criminology: reflections on the media, intellectuals, and crime*. In: BARAK, Gregg (editor). **Media, process, and the social construction of crime: studies in newsmaking criminology**. New York, London: Garland Publishing, 1994, p. 254.

⁵³⁶ *Ibid.*, p. 237-238.

⁵³⁷ *Ibid.*, p. 250. (tradução nossa)

⁵³⁸ *Id.*

fracasso da newsmaking criminology dependerá das inclinações ou habilidades dos criminólogos e outros de desenvolver relacionamentos com o pessoal e os processos internos à produção noticiosa. Ganhar acesso a redes de comunicação em massa, local ou nacional, é problemático, mas sem acesso direto, criminólogos não serão capazes de participar da construção em massa do crime “sério” e do controle criminal.⁵³⁹

Também nessa luta política vale o ditado que “a união faz a força”. Embora o indivíduo isolado possa desempenhar um papel valioso, a práxis transformadora requer uma “rede” de criminólogos (e demais pessoas) comprometidos com a “newsmaking criminology”.⁵⁴⁰ O caminho escolhido pelo próprio Barak foi assumir publicamente o seu apoio a ideias e organizações de esquerda, bem como tecer uma rede de contatos “com pessoas que convergem nas esferas sobrepostas do Estado, da comunidade e dos meios de comunicação de massa.”⁵⁴¹

Stuart Henry propõe a prática da “newsmaking criminology” através do “replacement discourse”. Salienta que não se trata apenas de um discurso de oposição. Ao contrário, o “discurso substitutivo” requer um processo dual de desconstrução do discurso dominante e de seu deslocamento por um discurso alternativo.⁵⁴² Para que as perspectivas criminológicas diferenciadas tenham impacto na esfera pública, precisam necessariamente transcender os muros das universidades, o que significa que o “replacement discourse” deve interceder no debate público sobretudo — embora não exclusivamente — através dos noticiários midiáticos.⁵⁴³

Henry identifica quatro estilos exemplares de “newsmaking criminology” como “replacement discourse”, cada um com potencialidades emancipatórias distintas: 1) a disputa de dados: o criminólogo como “especialista”; 2) o desafio do jornalismo: o criminólogo como jornalista; 3) a autorreportagem: o criminólogo como assunto; e 4)

⁵³⁹ BARAK, Gregg. Newsmaking Criminology: reflections on the media, intellectuals, and crime. In: BARAK, Gregg (editor). **Media, process, and the social construction of crime: studies in newsmaking criminology**. New York, London: Garland Publishing, 1994, p. 251. (tradução nossa)

⁵⁴⁰ **Ibid.**, p. 256. (tradução nossa)

⁵⁴¹ **Id.** (tradução nossa)

⁵⁴² HENRY, Stuart. Newsmaking Criminology as Replacement Discourse. In: BARAK, Gregg (editor). **Media, process, and the social construction of crime: studies in newsmaking criminology**. New York, London: Garland Publishing, 1994, p. 288-289.

⁵⁴³ **Ibid.**, p. 289-290.

o confronto da mídia: o criminólogo como provocador educativo.⁵⁴⁴

1) A forma clássica de intercessão do criminólogo nos meios de comunicação é a “disputa de dados”, ou seja, quando ele confronta as informações trazidas pelo jornalista por outros dados que sustentam uma perspectiva alternativa. Geralmente esse estilo toma forma através de cartas ao editor, participação em fóruns abertos ou por meio da atuação como “especialista” chamado a se pronunciar sobre as notícias “da hora”.

Embora seja uma forma de intervenção midiática importante, essa “newsmaking criminology” enfrenta um obstáculo significativo no controle do jornalista sobre a direção da história. Assim, “sua habilidade de gerar um discurso alternativo é limitado por agendas jornalísticas (antes do que criminológicas) e pelo papel pré-selecionado do criminólogo como alguém que necessariamente emprega os conceitos contidos nas afirmações iniciais com o intuito de ‘desafiá’-los.”⁵⁴⁵

2) Outro estilo de “replacement discourse” é a atuação do criminólogo como jornalista, seja como “freelance” ou possuindo uma coluna ou um programa radiofônico ou televisivo regular. Trata-se de uma forma mais ativa de “newsmaking criminology” que permite desenhar um quadro mais amplo sobre o tema abordado. Aqui a fala do criminólogo não é utilizada para integrar a argumentação alheia e não corre o risco de ser taxada como “o outro lado da moeda”.

Apesar de tudo isso, ainda assim diz respeito a estratégias que não deixam de sofrer “as desvantagens de estarem sujeitas à reconstrução editorial e estarem limitadas em seu escopo à imediata audiência radiofônica ou televisiva”⁵⁴⁶.

3) Na estratégia de “autorreportagem”, por sua vez, o criminólogo consiste no assunto da própria notícia. Ele pode publicar os resultados de alguma pesquisa realizada ou oferecer aos profissionais do jornalismo as palavras para descrever os seus estudos. Trata-se de um discurso que, via de regra, permite maior profundidade de análise, tendo em vista que o criminólogo é a única ou quase exclusiva fonte da notícia.

No entanto, assim como nas outras duas formas de “replacement discourse”,

⁵⁴⁴ HENRY, Stuart. Newsmaking Criminology as Replacement Discourse. In: BARAK, Gregg (editor). **Media, process, and the social construction of crime: studies in newsmaking criminology**. New York, London: Garland Publishing, 1994, p. 291-314.

⁵⁴⁵ **Ibid.**, p. 292. (tradução nossa)

⁵⁴⁶ **Ibid.**, p. 293. (tradução nossa)

não desaparece aqui a desvantagem que “o jornalista e os editores, bem como o estilo historicamente estabelecido da saída midiática [“media outlet”], novamente, podem resultar em empacotamento [“packaging”] que mata.”⁵⁴⁷

4) O “replacement discourse” pode também dirigir-se à própria mídia. Através de sua crítica, o criminólogo tenta então provocar os meios de comunicação ou os próprios jornalistas a realizarem uma autoanálise.

Originando-se de um espaço fora do jornalismo convencional, esse estilo de “newsmaking criminology” oferece a vantagem de estar livre da lógica produtiva midiática. Mas nesse caso, a partir do momento em que houve o primeiro impulso do criminólogo, as respostas midiáticas subsequentes fogem de seu controle. Configura-se o risco de reduzir o discurso criminológico alternativo a uma mera constatação de que “os especialistas discordam”. Aqui, a fim de resistir ao “desarmamento” da crítica, o criminólogo poderia tentar ingressar na disputa discursiva atuando como jornalista.

De qualquer forma, a práxis provocativa teria sua eficácia potencializada com a infiltração do criminólogo em espaços estratégicos como, por exemplo, as associações profissionais de jornalismo. Dirigindo-se aos profissionais da área midiática, a voz do criminólogo nesses espaços poderia influenciar os próprios processos produtivos da notícia.

Henry reconhece, portanto, que a análise de todos esses quatro estilos de “discurso substitutivo” indica um espaço reduzido para a desconstrução e a reconstrução da imagem popular sobre a “questão criminal”. De fato, o discurso alternativo pode ser co-optado, enfraquecido e contaminado. Isso, no entanto, não retira do “replacement discourse” a sua capacidade transformadora e não deslegitima a “newsmaking criminology” como prática emancipatória.⁵⁴⁸

Desse modo, para todos aqueles preocupados com a atual conjuntura sócio-política — como é o nosso caso —, impõe-se “colocar a mão na massa” e “recrutar aliados” para essa luta política no estilo da “newsmaking criminology”. Isso porque enquanto não houver uma tentativa séria e contínua de introjetar as aquisições científicas da criminologia crítica nos meios de comunicação — e no espaço público

⁵⁴⁷ HENRY, Stuart. Newsmaking Criminology as Replacement Discourse. In: BARAK, Gregg (editor). **Media, process, and the social construction of crime: studies in newsmaking criminology**. New York, London: Garland Publishing, 1994, p. 297. (tradução nossa)

⁵⁴⁸ **Ibid.**, p. 314-315.

como um todo —, o “retrato padrão” sobre a “questão criminal” não sofrerá alterações. E então corremos o perigo da sociedade não se rebelar contra a consolidação desse Estado Penal que ameaça, literalmente, “devorar” grande parte da população brasileira.

CONCLUSÃO

O discurso criminológico dominante nos meios de comunicação constrói uma imagem estereotipada sobre a “questão criminal”. Grosso modo, a criminalidade representada se resume quase exclusivamente à “criminalidade violenta”, ao mesmo tempo em que o criminoso apresentado se reduz, na prática, ao “socialmente marginalizado”. Além desse retrato seletivo, a fala midiática padrão veicula também mensagens implícitas e explícitas sobre a forma mais adequada de fazer frente ao “problema da criminalidade”.

As narrativas jornalísticas acabam proferindo um verdadeiro “credo criminológico”. Por um lado, defendem o “dogma da pena” e, assim, ao “delito-notícia” segue a reivindicação da “pena-notícia”, tendo em vista que a sanção criminal é encarada como a solução milagrosa dos conflitos sociais. E nesse ponto, os discursos midiáticos ignoram amplamente a necessidade de preservação das garantias constitucionais dos investigados, a exemplo do princípio da presunção de inocência, do devido processo legal etc. Por outro lado, tais narrativas acreditam também na “criminalização provedora”. Em decorrência disso, aprovam — ou até mesmo reivindicam — a atitude estatal de enfrentar questões sociais problemáticas através de leis penais. De qualquer forma, dificilmente alguma lei que abraça o recrudescimento penal é criticada nos discursos midiáticos.

O questionamento interdisciplinar do discurso criminológico dominante na mídia, no entanto, revelou que se trata de um discurso acientífico, em total descompasso com as mais diversas teorias da criminalidade e da criminalização. É uma fala que não questiona a seletividade dos processos de criminalização e sugere — ou reclama — uma política penal que, do ponto de vista científico, é completamente irracional. Ao menos no que diz respeito às funções declaradas, a sanção criminal é absolutamente contraproducente.

Além disso, uma leitura psicanalítica contemporânea das narrativas jornalísticas indica a presença de um “quadro mental paranoico” na fala midiática sobre a “questão criminal”. O desligamento da libido em relação a esse “outro” (o “criminoso”) e o engrandecimento do “eu” (o “cidadão”) repercutem no delineamento de uma nítida “fronteira” que separa o criminoso do “mal” do cidadão do “bem”. A percepção de que esse “outro”, que não é mais “amado”, é a origem da insegurança,

permite justificar uma sensação de indiferença ou ódio em relação a ele. E para alcançar a doce ilusão de uma sociedade livre do crime, o discurso paranoico permite — ou defende — a aniquilação do “outro”.

Levando em conta que a percepção popular da criminalidade e do criminoso se dá principalmente através dos meios de comunicação, o discurso criminológico midiático possui a capacidade extraordinária de reforçar preconceitos já existentes na sociedade e influir decisivamente sobre a definição mental e espacial das cidades. A exploração massiva de fatos sociais violentos e de seus autores rotineiros nas narrativas jornalísticas fortalece uma sensação de insegurança existencial, gera um medo social em face da criminalidade desproporcional aos riscos reais de vitimização, bem como aloca a ameaça criminal no socialmente marginalizado. Por conseguinte, a sociedade amedrontada divide-se cada vez mais, alcançando níveis de segregação social que geram um espaço público antidemocrático. É possível verificar que muitas das formas organizacionais urbanas contemporâneas se constituem como verdadeiras “cidades de muro”. Nesse contexto de alarme social, as políticas de controle social repressivas são bem vindas e os programas políticos de fortalecimento de um Estado Penal são fundamentais tanto para o êxito de qualquer campanha eleitoral quanto para o apoio popular subsequente dos candidatos eleitos. Numa sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, como é o caso do Brasil, o medo social em face da criminalidade frequentemente é utilizado político-ideologicamente para a manutenção das relações de poder, justificando inclusive políticas repressivas e até mesmo abusos institucionais em face de nossa imensidão de “subcidadãos”.

Se esse é o nosso “diagnóstico de época”, então a pretensão de uma “teoria crítica” sobre o discurso criminológico dominante nos meios de comunicação requer ainda a explicitação dos obstáculos e das possibilidades emancipatórias em face da dominação dos socialmente marginalizados — que encontra sua expressão máxima na ascensão de um verdadeiro Estado Penal, o qual “aniquila” cotidianamente grande parte da ralé estrutural brasileira em suas prisões em formato de “campos de concentração”.

O discurso midiático dominante sobre a “questão criminal” legitima essa política penal estrita contra os estratos mais baixos da população — seja através da construção de uma imagem seletiva da criminalidade e do criminoso ou do

levantamento de campanhas de alarme social. Evidentemente é dever dos meios de comunicação “informar” sobre questões sociais relevantes, o que inclui também assuntos ligados ao desvio normativo. No entanto, a lógica de produção noticiosa que impõe uma linguagem sensacionalista e maniqueísta, que dificilmente abre espaço para perspectivas plurais e polêmicas sobre a temática, constitui um forte obstáculo à construção de um contradiscurso em favor de uma política criminal alternativa. Acrescentando-se a esse impasse estrutural ainda a tendência à oligopolização, bem como as complexas redes de poder que envolvem os grandes atores no setor de comunicações, o quadro parece piorar ainda mais.

Diante dessa conjuntura, há como falar em potencialidades emancipatórias? Apenas acreditando no “milagre” de que as pessoas podem fazer a diferença através de sua ação. Vislumbramos um caminho possível no resgate da política. É preciso que aqueles conscientes da lógica de dominação em face dos socialmente marginalizados assumem a disseminação desse conhecimento como um dever cívico. O saber criminológico crítico, enquanto enclausurado no meio acadêmico, não é capaz de cumprir sua missão transformadora. Impõe-se construir um contradiscurso no espaço público e lutar para que ele se torne hegemônico.

Para esse fim, vale conquistar espaços estratégicos dentro do próprio setor de comunicações. A concretização da proposta de desconstrução da imagem dominante sobre a questão criminal e de reconstrução de uma perspectiva alternativa nos meios de comunicação — conforme indicada pela “newsmaking criminology” — é de fundamental importância. Aqui é necessário romper os obstáculos estruturais da oligopolização e da lógica de produção da notícia. O êxito desse projeto hercúleo depende inegavelmente de aliados no próprio campo das comunicações, na arena política e na sociedade civil.

Diante da atrofia política de grande parte da população, obviamente não será uma tarefa fácil, ou melhor, será uma missão quase impossível. Mas se o discurso criminológico crítico não conseguir voz no espaço público, se não tiver êxito em resgatar a alteridade dos socialmente marginalizados, então qualquer política criminal alternativa fracassará. Enquanto a maioria da população brasileira seguir vivendo de acordo com a lógica da “classe média”, isto é, enquanto as pessoas estiverem preocupadas apenas com o seu próprio ciclo biológico, enquanto subscreverem a atitude “não tô nem aí” / “quero que se exploda a periferia toda”,

enquanto se “indignarem com o Estado” apenas quando não varre das ruas “o pedinte esfomeado”, “o camelô” ou o “malabarista do farol”, enquanto fizerem “passeata” apenas em decorrência de crimes que chocam a opinião pública,⁵⁴⁹ enquanto culparem os marginais pela desordem que a sociedade capitalista provocou — como capta com lucidez Max Gonzaga na música “Classe Média” que constitui a “trilha sonora” desse trabalho⁵⁵⁰ —, então não há muita esperança para “aqueles que já cumprem pena de vida”. O imobilismo social permitirá o inchaço cada vez mais agudo do Estado Penal que criminaliza massiva e preferencialmente os nossos subcidadãos e os aniquila nos nossos “campos de concentração” — que são as instituições prisionais brasileiras.

Se desejarmos evitar um evento similar ao Holocausto em nosso país, então precisamos começar a nos engajar politicamente contra essa conjuntura sócio-política autoritária. E nessa luta, todo aliado é bem-vindo.

⁵⁴⁹ É curioso notar como nunca se fazem passeatas para denunciar as situações de miserabilidade do povo brasileiro. As manifestações públicas nesse sentido geralmente tomam forma em “incêndios” de veículos de passeio ou de transporte coletivo. Fatos, aliás, que nos discursos midiáticos, via de regra, são narrados como mais um sinal de violência e de desordem nos bairros pobres – vulgo, favelas.

⁵⁵⁰ GONZAGA, Max. **Classe Média**. Música e letra disponível em: <http://www.maxgonzaga.com.br/f_index.htm>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: uma fundamentação para o Direito Penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Rio de Janeiro/Curitiba: Lumen Juris/ICPC, 2010.

ALENCAR, Izidoro. Balanço de índices após lei seca indica queda de vítimas. **Folha.com**. 18 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u491398.shtml>>. Último acesso em: <10 de dezembro de 2010>.

ANDRADE, Fabio Martins de. **Mídi@ e poder judiciário**: a influência dos órgãos da mídia no processo penal brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

ANDREAZZA, Maria Luiza. *Dominium*, terras e vassalagem na América Portuguesa. In: SILVA, Luiz Geraldo (org.). **Facetas do Império na História**: conceitos e métodos. São Paulo: Hucitec, 2008.

ARAÚJO, Fernando. Detento recebe prêmio por melhor redação. **Gazeta do Povo**. 06 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=773502>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª ed. rev. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **A Promessa da Política**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

_____. **As origens do totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARGÜELLO, Katie Silene Cáceres. **Do Estado social ao Estado penal**: invertendo o discurso da ordem, p. 19. Disponível em: <www.cirino.com.br>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

BACILA, Carlos Roberto. **Estigmas**: um estudo sobre os preconceitos. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2005.

BARAK, Gregg. Media, Society, and Criminology. In: BARAK, Gregg (editor). **Media, process, and the social construction of crime**: studies in newsmaking criminology. New York, London: Garland Publishing, 1994.

_____. Newsmaking Criminology: reflections on the media, intellectuals, and crime. In: BARAK, Gregg (editor). **Media, process, and the social construction of crime**: studies in newsmaking criminology. New York, London: Garland Publishing, 1994.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 7, nº 12, p. 271-288, 2º semestre de 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **Medo líquido**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Modernidade e Holocausto**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. IN: FRAGOSO, João (org.). **O antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BIGNOTTO, Newton. A presença de Hannah Arendt. In: CORREIA, Adriano; NASCIMENTO, Mariângela M. (Org.). **Hannah Arendt**: Entre o Passado e o Futuro. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

Blog (Gol)pe de Estado. Disponível em: <http://goolpedeestado.blogspot.com/2008/05/priso-ilegal-do-casal-nardoni.html>.
Último acesso em: 03 de outubro de 2008.

BOURDIEU, Pierre (Org.). De l'État social à l'État penal. Tradução: Simone Simões e Augusto Alencastro. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro: Revan, ano 7, n. 11, 2002.

_____. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Último acesso em: <02 jan. 2011>.

_____. **Constituição** (1946). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Último acesso em: <02 jan. 2011>.

_____. **Constituição** (1967). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm. Último acesso em: <02 jan. 2011>.

_____. **Constituição** (1969). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm. Último acesso em: <02 jan. 2011>.

_____. **Constituição** (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Último acesso em: <02 jan. 2011>.

_____. **Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>. Último acesso em: <02 jan. 2011>.

_____. **Lei nº 10.224 de 15 de maio de 2001**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10224.htm. Último acesso em: <02 jan. 2011>.

_____. **Lei nº 11.705 de 19 de junho de 2008.** Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que 'institui o Código de Trânsito Brasileiro', e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11705.htm>. Último acesso em: <02 jan. 2011>.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. **Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006.** São Paulo: IBCCRIM, 2010.

CANOVAN, Margaret. Introduction. In: ARENDT, Hannah. **The human condition.** 2. ed. Chicago& London: The University of Chicago Press, 1998.

CAPPARELLI, Sérgio; SANTOS, Suzy dos. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia.** São Paulo: Paulus, 2005.

CARDOSO, Helena Schiessl. O ESCRAVO NO BRASIL NA PASSAGEM DO SÉCULO XVIII PARA O SÉCULO XIX: considerações a partir das ambivalências do compadrio de cativos na região do Paraná. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v.1, 2009. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cejur/article/viewFile/15498/11491>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

_____. ; FONSECA, Juliana Pondé. Indissociabilidade entre mente e mundo: a importância de Hilary Putnam para um repensar filosófico. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v.1, 2009. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cejur/article/viewFile/15499/11493>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

CARROLL, Lewis. **Alice's Adventures in Wonderland.** Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/11/11-pdf.pdf>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação.** Tradução: Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2005.

CHOMSKY, Noam. **Controle da mídia**: os espetaculares feitos da propaganda. Tradução: Antônio Augusto Fontes. Rio de Janeiro: Graphia, 2003.

CHRISTIE, Nils. **Crime control as industry**: towards gulags, western style. 3 ed. London ; New York : Routledge, 2000.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. DEZ IMPASSES PARA UMA EFETIVA CRÍTICA DE MÍDIA NO BRASIL. In: **Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2 a 6 de setembro de 2003, Belo Horizonte [recurso eletrônico]: mídia, ética e sociedade. São Paulo: Intercom, 2003.

CIDADES E SOLUÇÕES. Ressocialização de presos. **Rede Globo**. 21 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM745592-7823-RESSOCIALIZACAO+DE+PRESOS,00.html>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

CORREIA, Adriano. Apresentação à nova edição brasileira. In: ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11 ed. rev. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUARTE, André. Hannah Arendt: A crise da política na modernidade. In: CODATO, Adriano (Org.). **Tecendo o Presente**: oito autores para pensar o século XX. Curitiba: SESC PARANÁ, 2006.

_____. Hannah Arendt e a modernidade: esquecimento e redescoberta da política. In: CORREIA, Adriano (Coord.). **Transpondo o abismo**: Hannah Arendt entre a filosofia e a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FERNANDES, Bob. Diretor do Estadão: "Não houve censura a Maria Rita Kehl". **Terra Magazine**. 7 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4722596-EI6578,00-Diretor+do+Estadao+Nao+houve+censura+a+Maria+Rita+Kehl.html>>. Último acesso em: <10 dez 2010>.

_____. Maria Rita Kehl: "Fui demitida por um 'delito' de opinião". **Terra Magazine**. 7 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4722228-EI6578,00->>

Maria+Rita+Kehl+Fui+demitida+por+um+delito+de+opinio.html>. Último acesso em: <10 dez 2010>.

FLEIG, Mario. Prefácio. In: MELMAN, Charles. **Como alguém se torna paranóico: de Schreber a nossos dias**. Tradução: Telma Queiroz. Porto Alegre: CMC, 2008.

FOLHA ONLINE. Brasil economiza R\$ 48,4 milhões com lei seca em 2 meses, diz pesquisa. **Folha.com**. 20 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u435923.shtml>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

_____. Balanço de índices após lei seca indica queda de vítimas. **Folha.com**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u491398.shtml>>. Último acesso em: <10 de dezembro de 2010>.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 31 ed. Tradução: Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2006.

FREUD, Sigmund. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides). In: **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol XII. Tradução: Jayme Salomão e José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

G1. 3,1 mil detentos de SP recebem diploma. **Globo.com**. 30 de maio de 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL584178-5604,00-MIL+DETENTOS+DE+SP+RECEBEM+DIPLOMA.html>>.

GLASNER, Barry. **Cultura do medo**. Tradução: Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2003.

GONZAGA, Max. **Classe Média**. Disponível em: <http://www.maxgonzaga.com.br/f_index.htm>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

HARNIK, Simone. Presos são aprovados no vestibular de faculdade no RS. **Globo.com**. 22 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL269422-5604,00-PRESOS+SAO+APROVADOS+NO+VESTIBULAR+DE+FACULDADE+DO+RS.html>>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

HENRY, Stuart. Newsmaking Criminology as Replacement Discourse. In: BARAK, Gregg (editor). **Media, process, and the social construction of crime**: studies in newsmaking criminology. New York, London: Garland Publishing, 1994.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**. Tradução: Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 2003.

ILANUD. **Crime e TV**. São Paulo: ILANUD, 2001.

INFOPEN. Disponível em:
<<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Último acesso em: <12 dez 2010>.

KEHL, Maria Rita. Dois Pesos... In: **O Estado de São Paulo**. 2 de outubro de 2010. São Paulo. [versão eletrônica] Disponível em:
<http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20101002/not_imp618576,0.php>. Último acesso em:<12 dez 2010>.

KUNZ, Karl-Ludwig. **Kriminologie**: eine Grundlegung. Bern: Haupt, 1994.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEITE, Dante Moreira. Educação e relações interpessoais. In: PATTO, Maria Helena Souza (org.). **Introdução à psicologia escolar**. 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação e televisão**: desafios da pós-globalização. São Paulo: Hacker, 2004,

LIMA, Venício A. de. Globo e Política: "Tudo a ver". In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org). **Rede Globo**: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. 2ed. São Paulo: Editora Ática, 1989

_____. **Televisão**: a vida pelo vídeo. São Paulo: Moderna, 1988.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. Schreber e a lei do pai. In: SEMINÁRIOS SOBRE SCHREBER. **Introduzindo Schreber e paranóia**: no direito e na psicanálise. Núcleo de Direito e Psicanálise, Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 16 de outubro de 2009.

MELMAN, Charles. **Como alguém se torna paranóico**: de Schreber a nossos dias. Tradução: Telma Queiroz. Porto Alegre: CMC, 2008.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX). Tradução: Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan:ICC, 2006.

MENDONÇA, Kleber. A onda do arrastão. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 4, nº 7 e 8, p. 267-282, 1º e 2º semestres de 1999.

MERTON, Robert K.; LAZARSFELD, Paul F. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: ADORNO et ali. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 109-131.

MORETZSOHN, Sylvia. A lógica do jornalismo impresso na era do “tempo real”. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 4, nº 7 e 8, p. 261-266, 1º e 2º semestres de 1999.

_____. De Carcavelos ao Leblon: arrastões do preconceito. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 11, nº 15/16, p. 359-368, 1º e 2º semestres de 2007.

NATALINO, Marco Aurélio Carvalho. **O discurso do telejornalismo de referência**: criminalidade violenta e controle punitivo. São Paulo: Método, 2007

NOBRE, Marcos. Introdução: Modelos de teoria crítica. In: NOBRE, Marcos (Org.) **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papirus, 2008.

PASTANA, Débora Regina. **Cultura do Medo**: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: Método, 2003.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Entrevista com Zygmunt Bauman. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 1, Junho de 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100015&lng=en&nrm=iso>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

PASUKANIS, E. B. **Teoria geral do direito e o marxismo**. Tradução: Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

PAVARINI, Massimo. **Un arte abyecto**: ensayo sobre el gobierno de la penalidad. Buenos Aires: Ad Hoc., 2006.

_____.; GIAMBERARDINO, André. **Teoria da Pena e Execução Penal**: uma introdução crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. (*No prelo*)

PUTNAM, Hilary. **Razão, verdade e história**. Tradução: António Duarte. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

ROCHA JÚNIOR, F.A.R.M.; CARDOSO, H. S.; DIETER, M.S. O potencial crítico de uma análise transdisciplinar a partir de Freud: os discursos paranóicos da modernidade e a necessidade de um espaço para a ética da alteridade na ação política. **Revista de Direito e Psicanálise**, Curitiba, v.2., n. 1, p. 37-50, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.direitoepsicanalise.ufpr.br/revista/artigos/v1n2a04.pdf>. Último acesso em: <02 jan 2011>.

RODRIGUES, José Augusto de Souza. A economia política do medo. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, nº2, p. 269-276, 2º semestre de 1996.

ROXIN, Claus. **Strafrecht**: Allgemeiner Teil. VI. I. 4 ed. München: Verlag C.H. Beck, 2006.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2ª ed. Tradução: Gizlene Neder. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2004.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia Radical**. 2 ed. Curitiba: ICPC: Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. **Direito Penal**: parte geral. 4 ed. Curitiba: ICPC; Conceito, 2010.

_____. O direito penal do inimigo – ou o discurso do direito penal desigual. In: COUTINHO, Aldacy et. al. **Líber Amicorum**: Homenagem ao Prof. Doutor António José Avelãs Nunes. Coimbra/São Paulo: Coimbra Editora, 2009.

_____. **30 anos de vigiar e punir (Foucault)**. Disponível em: <http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/30anos_vigiar_punir.pdf>. Último acesso em: 03 de outubro de 2008.

SCHNEIDER, Hans Joachim. **Kriminologie**. 3 ed. München: C.H. Beck, 1992.

SCHWIND, Hans-Dieter. **Kriminologie**: eine praxisorientierte Einführung mit Beispielen. 7 ed. Heidelberg: Kriminalistik Verlag, 1996.

SODRÉ, Muniz. A sedução dos fatos violentos. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, p. 207-214, 1º semestre de 1996.

_____. **O monopólio da fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 3ª ed. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VEIGA, Zaclis. **Telejornalismo e Violência Social**: a construção de uma imagem. Campinas: [s.n.], 2000.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **As prisões da miséria**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WANDERLEY, Sonia. A greve de Volta Redonda (1988): o telejornal construindo significados. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 2, nº 3, p.187-193, 1º semestre de 1997.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial presença, 1994.

YOUNG, Iris Marion. A Imparcialidade e o Público Cívico: Algumas Implicações das Críticas Feministas da Teoria Moral e Política. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Coord.). **Feminismo Como Crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro**. VI l. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.